

CELSO MARIA DE MELLO PUPO

Da Academia Campinense de Letras

da Academia Paulista de História

Do Instituto Histórico e Geográfico
do Estado de São Paulo

SAUDADES....

"Amar o passado/o que a vida oferece/
de perdido/É singular/É recriar o im-
possível". (Mauro Sampaio).

Desenhos de Mirian Guedes de Tullio Norkin (Mirona),
de Sandra Geraldi e

CAMPINAS - Estado de São Paulo ~BRASIL

CASAMENTOS DE OUTRORAA CATEDRAL DE CAMPINAS E SEU TEMPOPADRE FEIJÓ, SENHOR DE ENGRNHO

O Pai de Feijó
 Meninice
 Mocidade
 Senhor de Engenho
 A Mãe de Feijó
 Os Irmãos de Feijó

UM MENINO DE CAMPINASANFITRIÃO DE SUAS MAJESTADES

Genealogia e Heráldica *de Suas Majestades*
 Visitas Imperiais
 O Visconde de Indaituba

AMARAIS NAS CADEIRAS DO OUVIDOR

A Fazenda do Emboaçava
 Gurgel e Sua Origem
 Amaral Gurgel
 Tamburetes, Bufetes e Tapeçarias
 As Cadeiras do Ouvidor
 A Heráldica das Cadeiras
 Gurgel Nos Armoriais Portugueses
 Cartas de Brasão
 O Ouvidor e Herdeiros da Mobília
 Colaterais e Descendentes

UM PAULISTA DO MARANHÃOUM ARANHA NA GUARDA DE HONRA

A Fonte Atávica
 O Guarda de Honra de Dom Pedro
 Viscondessa de Campinas
 Marquês de Três Rios ~~Barões de Itapura~~
 Barões de Itapura

A VERDADE DE VENDA GRANDE

Mistério a Desvendar
 As Tropas Atacantes
 A Tropa Mercenária
 O Capitão Boaventura

A PRIMEIRA LUTA POLÍTICA E O PRIMEIRO CAPITÃO MOR

Ao Findar do Século XVIII
 Um Candidato Popular e Sua Gente
 A Nova Eleição
 Consolidação Oposicionista
 Novo Governador e Fim de Luta

Novo Governador e Fim de Luta

Solares do Açúcar

Um Candidato Popular e Sua Gente

Em Busca de Autonomia

A Nova Eleição

Consolidação ~~exFimxLuta~~ Oposicionista

Novo Governador e Fim de Luta

Finalmente o Capitão-Mor

~~Solares do Açúcar~~

6 Morgado ditador

CASAMENTOS DE OUTRORA

As clarinadas do seu primeiro vigário, arauto da pujança do solo campinense, espalharam-se repetindo de lombada em lombada, de solar em solar, de vila em vila, clamando aos meninos que as ouviam, aos jovens que as ponderavam, aos senhores que pressentiam boa paga para suas realizações. E Campinas passou de terra dos que viviam de roça, à objetivo de abastados e poderosos com recursos para aqui plantar cana, montar engenhos, fabricar e exportar açúcar para o Reino. Iniciada esta cultura no setecentismo, já em 1818 Saint Hilaire contava mais de uma centena de engenhos em Campinas. Fabricava-se o açúcar que era enviado para Santos emombo de burros, em cargueiros, e posto em navios que o levaria para Lisboa. Atividade lucrativa, multiplicaram-se as fortunas; senhores de engenho tinham na cidade portuária firmas comissárias e exportadoras; eram homens de empresa, viajavam para centros maiores, frequentavam o Rio de Janeiro e privavam com seus fidalgos, aristocratas e homens de negócios. Passavam a residir em amplos sobrados dos seus engenhos, tinham sua casa na vila para as festas da igreja, missa do preceito, procissões, Semana Santa, usufruindo dos privilégios do senhor de engenho, concedidos por lei régia que enobrecia tais latifundiários. A riqueza trouxe fausto e abastança, mobiliário mais caro, luxuoso guarda-roupa, amplas residências como sedes de engenho que tiveram construídos seus solares, sobrados solenes ou casas solarengas acolhedoras; e nos foi permitido, por documentário valioso, transpor os umbrais do solar do engenho da Lagoa, fundado em 1801 pelo Major Teodoro Ferraz Leite, nas proximidades do antigo bairro dos Amaraes. Grande sobradão era sua sede com a fábrica de açúcar, a casa de purgar onde se clarificava o produto; alambiques, caldeiras de cobre, taxos e escumadeiras, moinho e demais montagens a compor o rico senhorio com as pastarias, muito gado, os quarteis de cana, tudo servido por quase uma centena de escravos, com animais de sela ajaezados de prata e bestas arreadas para o transporte das cargas e da elegante e encortinada liteira.

Mas, o alto do sobrado é que abrigava o lar senhorial de um casal feliz; numerosas janelas iluminavam os salões e câmaras da residência abastada. A jovem senhora, no encanto dos seus verdes anos, de corpo exuberante e rara formosura, a mais bela mulher de Campinas no dizer de seus contemporâneos, na faina doméstica de mãe extremosa, perpassava e dirigia sua casa; seu vasto salão de jantar era bem paulista, sóbrio e de discreta riqueza; a baixela era de louça inglesa, de jantar e de chá, as salvas e talheres de prata entre copos e cálices de cristal lapidado; ao centro, a mesa com suas cadeiras e, de encosto às paredes, não só a marquesa ampla e os canapés, como um nobre e alto relógio de cadeias e pesos a marcar o tempo de ventura; e tudo era alegrado com

4
os cilindros musicais do realejo, instrumento da época, que sonorizava este aconhego de paz e encantamento.

O Senhor do engenho era de apuramento de hábitos, trajando sua casaca e calções de seda, mantêu de renda, espada e faixa militar. No seu nobre solar nasceram-lhe os filhos, aumentou grandemente sua fortuna, e foi aí que se casaram as filhas, meninas-moças no florescer de seus catorze anos; e aqui podemos alçar nossa fantasia em tradições memoradas, para a imaginação de uma das festas tão comentadas anos após:

Os convidados chegavam a cavalo e só pessoas idosas se conduziam em liteiras que se vedavam com cortinas de seda. No sobrado do engenho, amplo e senhoril, com sua simpleza que o fazia belo, internamente viam-se os cômodos pródigos de área permitindo melhor perspectiva para as peças de jacarandá e caviúna de correntios traços e linhas de estilo Dona Maria Primeira. Um vasto salão com muitas janelas que se abriam para um pomar de mangueiras gigantes que as superavam, acolhia os convidados. Na parede oposta da qual pendia espelho de cristal com moldura de talha, encostavam-se um longo canapé e numerosas cadeiras de palhinha trançada nas peças de pesado madeiro; interpunham-se dois consolos elegantes, de quatro colunas torneadas e pés de graciosas curvas que encobriam a necessária solidez de suportes, consolos que fronteavam outros dois iguais entre janelas, todos mantendo castiçais de prata com velas esguias resguardadas pelas donzelas, grandes mangas de cristal que vedavam a iluminação dos açoites do vento. A espivitadeira e a salvinha cumpriam sua finalidade.

No canapé e na maioria das cadeiras, assentavam-se as senhoras de mais idade e descansavam os anciãos alquebrados; as moças de pé, na graça e formosura da juventude, ocupavam toda esta metade do salão, como um ramalhete de botões de rosas a embelezar o ambiente. Na outra metade e separados pela passagem onde desfilaria a noiva, ficavam os senhores, graves nas suas casacas e os moços elegantes no viço da mocidade, a olhar para as moçoilas e com elas trocar olhares tão profundos e significativos que valiam pelos arroubos de uma declaração de amor, no tempo em que se amava à distância e furtivamente.

Em parede do extremo do salão, entre duas janelas, uma porta com sua metade superior de treliça havia sido aberta desvendando o oratório do solar, um altar embutido com a Senhora da Conceição vinda do Reino, talhada, dourada e rendada em cores, violácea no seu manto e rosa claro na sua túnica. Acompanhavam-na duas pequenas imagens marcadas pelo tempo, de São Joaquim e São Mateus Evangelista; abaixo, à frente da Senhora, pequena cruz de jacarandá sustinha o Cristo expirante.

Ao lado direito, junto ao oratório, postava-se um jovem elegante, vestido de casaca e colete de seda, calça mais moderna que os calções. Moço guapo, esbelto e bem posto, era noivo muito cobiçado; vindo de ou

tras terras, de distinta família abastada e de boa linhagem, era bacharel pelas arcadas numa de suas primeiras turmas, antevendo-se-lhe um ~~brilhante~~ futuro. O que mais nele se denotava era a inquietação que a todos parecia justificada com a solenidade do ato; mas o que o mantinha alanceado de dúvidas, era, para ele, a desconhecida figura de sua noiva que jamais vira; seria feia, gordalhona, desajeitada ou minúscula, insignificante, sem vida? A mãe bonita, ^{mo}fora apreciável balzaqueana de bastante corpo, jovial rosto cheio de frescor e mocidade; o pai, bem mais velho, não era feio apesar de avançado nariz que lhe dava ar de superioridade. Para o noivo, os minutos pareciam horas e suas mãos cruzavam-se e descruzavam-se, brincavam nervosamente com os botões do colete, como se estivessem sobrando naquela hora de angústia.

Finalmente, no outro extremo do salão, abriu-se uma porta ampla e surgiu um par: ele avelhantado, solene, de casaca e véstia de seda pura, calção de seda fechado abaixo dos joelhos e cobrindo os punhos das meias com fivêlas de ouro; ^{e faixa}sua faixa militar sobreposta com a espada de punho de prata significavam o seu alto e antigo posto; sua mão alçada e dentro de uma luva de seda, suportava a delicada mãozinha da noiva que ele conduzia. O noivo se extasiou; a surpresa era de encantamento; a ~~que~~ que iria ser sua esposa era uma faiança de graça e de beleza: menina-moça de catorze anos, já feita de corpo elegante e esbelto, tinha um rosto de anjo, e tez pálida como as flores de estufa, boca bem esculpida e o nariz perfeito entre dois olhos fulgurantes; vestia rendas alvinitentes bordadas de ouro. E o par vagaroso avançou transpondo o salão até o altar onde os noivos prestaram, trêmulos, os juramentos sacramentais, recebendo as bênçãos do vigário da paróquia, amigo dos mais caros da família da noiva que ele batizara naquele mesmo oratório.

Finda a celebração, depois dos abraços e das lágrimas, seguiu-se o banquete na vasta mesa com toalhas e guardanapos de linho, copos de cristal lapidado, fina fouça inglesa e travessas da Companhia das Índias, com os leitões assados, os cabritos de espeto, os patos recheados, douradas perdizes e o lombo de porco, almôndegas e empadas, a torta de frango e o cuscuz de peixe, seguidos do arroz de forno e das verduras variadas e succulentas. O vinho era do Reino, trazido de Santos em lombo de burro. A sobremesa surgiram os doces de fruta, goiabas em calda, de caixeta, flácida ou puxa, a velha marmelada, branca ou vermelha, os fi-fios d'ovos, papos de anjo, sonhos, fatias do céu, arroz doce e tantos mais.

O casamento era um ato que se avultava pela sua santidade. Sacramento da perpetuação da espécie, era dos mais emocionantes atos familiares, com longos, custosos e absorventes preparativos; com sua solenidade de coletiva alegria, de felicidades e esperanças, com suas festas, que no século passado se estendiam por dias seguidos num júbilo geral de amigos, parentes e até fâmulos. Casamento era um estremecer de cora-

ções, de sobressaltos dos pais, de enlevo e dúvida dos noivos, de augúrios dos parentes e amigos; era um semear de novo lar, de uma nova família como se nova árvore fosse plantada para crescer e frutificar num desdobramento de gerações. Cristãmente, está a se repetir pelos séculos como alicerce indispensável à estabilidade social da civilização.

Dentro das famílias, sempre houve para o casamento uma liturgia própria que paulidamente se modifica sob os ditames dos hábitos que marcam cada passo da história. Os casamentos antigos se faziam precedidos de combinações dos pais dos nubentes, aos quais cabia a escolha, o trato prévio concertando condições para os futuros noivos. Tinham eles em mente casar as meninas aos doze ou catorze anos, idade própria, e os moços quando seguros na vida, comumente aos vinte e cinco e trinta anos. Escolhiam-se as famílias pelos seus maiores, seus antepassados, seus colaterais de importância; escolhiam-se os noivos pelas posições que ocupavam, pelas habilidades para a administração do lar, pelo caráter, educação e cultura que os igualasse e pela consolidação das fortunas. Não havia cogitações quanto ao gosto dos noivos, que só se conheceriam no altar.

Mas nem sempre eram tão rígidos os velhos costumes de nossos antepassados, pois, dentro da tradição também havia os liberais que toleravam audição aos noivos mudando o curso das negociações paternas. De liberalidade, podemos rememorar um projeto nupcial realizado em velha e rica vila onde o comandante militar da praça, homem de vastos haveres, agricultor, comerciante, exportador e armador, recebeu em seu vasto salão de visitas, de nove metros de extensão, com teto de três posições e decorado, no sobrado do largo da matriz, um pretendente para a filha. Ouvido o pedido, ponderadas as recomendações, o ricoço chamou a filha à presença do pretendente e a interpelou: "Maria das Dores tu queres casar com este senhor?" Ao que ela submissa respondeu: "se for da vontade de meu pai, eu quero". E este querer devia ter sido sincero, pois o noivo era um belo rapaz; casaram-se lá pelos anos de 1812 e tiveram dezesseis filhos.

Outro pai, senhor de engenho em Campinas e bacharel em direito, recebeu um pretendente que não teve a mesma sorte do anterior, pois a mãe da mocinha permitiu que a filha olhasse o pretendente pelo orifício da fechadura da qual ela se afastou chorando e dizendo que não queria se casar com aquele homem. O pai atendeu aos desejos da filha e só aceitou pedido do segundo pretendente que, conhecido da mocinha, mereceu dela a exclamação: "com este eu quero casar".

As escolhas feitas pelos pais muitas vezes uniam primos, consaguínios, de duvidoso resultado para a prole, já que a união poderia resultar acumuladas qualidades ou fatores negativos, pelo que a Igreja, para a celebração delas, exigia dos noivos um prévio ato de sacrifício, que os conduzia à ponderação necessária e à consciência de suas respon-

4

sabilidades. Entre primos, casaram-se muitos na velha Campinas. Um casamento que resultou em vantagem para os descendentes, pelas qualidades que neles imprimiu, e que constituiu ato social de grande relevo, realizou-se no engenho do Mato Dentro, no casarão solarengo de grande porte, aberto em corredor central, ladeado de salas e alcovas até a imensa sala de jantar que se estendia por toda a largura da casa, na tradicional disposição das residências da época, e com suas quatro paredes enriquecidas por vistosa decoração. Tinha a seu lado, anexada, a sua capela, na forma graciosa de solares portugueses.

O casamento realizou-se com apuro e elegância ao gosto dos nossos rígidos e pragmáticos avós, aos 16 de junho de 1817; testemunhou-o o capitão-mor, [redacted] que envergando suas vestes de solenidade e faixa própria, levava a esposa para assistir as bodas. Outra testemunha foi o [redacted] senhor do engenho da Lagoa do qual tratamos, e que tinha a seu lado a sua jovem e formosa segunda esposa, [redacted] prima

da noiva. E quantos campinenses de prol, como as testemunhas, não estariam também, a cavalo ou lotando suas liteira, em busca do rico engenho para o casamento da sinhazinha da casa que era a futura Viscondessa

[redacted] Maria Luzia Aranha, casadeira pelos hábitos da época, de tez moreno-clara, olhos pretos e muito vivos, nariz perfeito, boca direita e bem rasgada na moldura dos lábios de curvas elegantes, como nos mostra seu retrato de anciã de agradáveis traços e doce semblante de bondade.

Tal casamento teve uma especial característica com a ausência do noivo, que casou por procuração. Era ele [redacted] que, co-herdeiro do engenho, cultivou-o com dedicação e zelo merecido por este grande latifúndio, tratou dos canaviais, fabricou açúcar e aguardente, aumentou a escravatura, criou gado e fez uma das primeiras e vultuosas plantações de café, sem alinhamento e chamada "café do burrico", ainda existente há cinquenta anos, mas lamentavelmente destruída quando o imóvel passou à propriedade do governo do Estado.

Um hábito curioso era o uso do próprio nome pelas mulheres da classe abastada, pois usavam um nome abreviado ou um nome religioso nos atos da Igreja, e o nome completo em atos civis, como as escrituras públicas. A futura viscondessa de Campinas se casou com o nome de Maria - Luzia Aranha, com o primo Francisco Egídio de Sousa, como consta do termo de registro, passando ambos, depois de casados, a usar dos apelidos Sousa-Aranha, uma vez que o noivo era também Aranha pelo lado materno. Em batizados dos filhos a futura Viscondessa registrava seu nome religioso, Maria Luzia da Conceição, assim como suas filhas nos batizados de seus netos; enquanto sua prima tinha nos atos religiosos o nome abreviado de Maria Luíza Teixeira e nas escrituras o nome completo de Teixeira Nogueira de Camargo.

Usavam-se os casamentos coletivos em classes modestas ou abandonadas

como o que se realizou em 1862, na festa do Divino, festa que era de explendor pela grande devoção que tinham pelo Divino Espírito Santo. Em acada ano, escolhia-se um festeiro que se esmerava em dar o maior fulgor à grande festa; a parte religiosa, compunha-se de novena preparatória, missa cantada com procissão do Espírito Santo e sermão por pregador especialmente convidado, e que neste ano foi o vigário de Indaiatuba, Padre Antônio Casimiro. A parte profana compunha-se de festas populares e seus entretenimentos, flogos, rojões, cavalhada e lauto banquete oferecido pelo festeiro.

Neste ano de 1862, foi festeiro o advogado provisionado Ildefonso Antônio de Moraes, nascido em Santos em 1818, e que se mudara com seus irmãos para Campinas onde advogou até a sua morte em 20 de outubro de 1876. Fez, por força de promessa, a sua festa do Espírito Santo com gesto de caridade dotando e fazendo casar nove órfãs, em ato soleníssimo na matriz durante a missa cantada.

Campinas de 1865 acentuava-se numa transformação econômica, do açúcar, a grande coluna de uma riqueza inicial, para o café, que cada vez mais, assumia a soberania da produção e do lucro. A febricitante atividade dos engenhos que no mês de maio faziam o corte e conduziam em sonolentos carros de boi toda a cana para os cilindros que começavam a moagem entre as festas de tempos generosos, passa o cetro da fartura ao café, também festivo no outono, com suas turmas de pessoal ridente e animado que, com peneiras, corriam para o cafezal na azáfama da colheita. Ambas as culturas, davam às propriedades agrícolas o sentir venturoso e festivo de colher os frutos de um ano de trabalho; o corte e moagem da cana e colheita e benefício de café, era o tempo de animação e esperança da paga de um penoso labor.

Cândido José da Silva Serra era um campinense de quatro costados; suas propriedades, de cana e café, se localizavam nas divisas do município, dispondo de duas sedes, tão próximas uma da outra que entre elas se entendiam por sinais; a fazenda Tatu, de terras altas, dedicava-se ao café e a Cachoeira, na planície, estava indicada para a cana de açúcar. Chefe de numerosa família, e opulento, fez Cândido Serra casar, no mesmo dia, 6 de novembro de 1865, seis filhos, dois homens, José Floriano de Campos Serra e Joaquim de Campos Pais de Andrade e quatro filhas, Cândida Eleutéria de Campos Serra e Deolinda Francisca de Andrade. E cada um jurou união ao seu cônjuge "até que a morte os separe", e cumpriram seus juramentos.

Campinas saíra de sua vida mais modesta, dos pequenos sítios de sustento próprio da família, para a lucrativa indústria açucareira trazida de Itu, o maior centro exportador para Lisboa. Transcorria a última década do século dezoito, espalhada a notícia da excelência das terras ferazes deste solo campinense, graças à divulgação feita pelo seu primeiro vigário que atraiu seus próprios parentes, incentivando a vida agrícola local - dos pequenos sítios para os engenhos; da mediania para a fartura; do sustento para o lucro generoso e abundante.

Exportava-se açúcar para Lisboa o que até então só cabia ao vale do Paraíba e a Itu, as zonas ricas da capitania de São Paulo que passavam a caudatárias da mais nova e mais lucrativa: Campinas. Campinas firmara sua exportação para a Europa ao encerrar-se o século XVIII, quando o mundo católico assistia o findar do papado do papa Pio VI, vítima da cobiça de soberanos europeus ávidos de prestígio na agitação de côrtes da Europa, e início do papado de Pio VII, sacrificado pelo domínio napoleônico desejoso de expansão sem limites o que, na debilidade das formas de comunicação da época, pouco ou nada toldaria a placidez da vida campinense, fora dos altos círculos eclesiásticos.

Então, enquanto os senhores de engenho se ufanavam com os prêmios de sua exportação, o alto clero sentia mais intensamente o dever de clamar pela misericórdia divina, nos sacrifícios e preces pessoais e ações coletivas de fé e glorificação a Deus.

O ano de 1797 marcou o primeiro passo pela construção de uma nova igreja matriz para Campinas, quando o vigário Bernardo de São Paio Barros, Antônio Ferraz de Campos, Filipe Neri Teixeira, Joaquim José Teixeira Nogueira, - estes três últimos pioneiros na fundação de engenhos de açúcar em Campinas - com mais moradores reunidos, pediram ao bispo de São Paulo autorização para construir nova igreja matriz, aspiração coletiva que viria demonstrar um intenso

fervor religioso, rendendo a Deus o culto merecido pelas bênçãos der-

(*) Palestra proferida na Academia Campineense de Letras em 12/12/1983.

10

ramadas sobre este rincão privilegiado da capitania. Juntavam-se então, uma aspiração de atos devocionais e sacrifícios necessários aos sentimentos de louvor a Deus, da população leiga premiada pela fartura benéfica e generosa, com o povo profundamente religioso.

A localização da nova ^Mmatriz provocou desde logo dois pareceres, o dos irmãos Teixeira^s que a desejavam em terreno alto a cavaleiro e fora da vila, prevendo seu futuro risonho, e o de seus oponentes que opinavam pela demolição da velha matriz para no mesmo local elevar a nova. Campinas, entretanto, sofreu a partir do mesmo ano de 1797 a sua primeira luta política: o ^Ccapitão-general da ^Ccapitania que elevou Campinas de simples freguesia componente do termo da Vila de Jundiá à vila autônoma, com cargos de elevação para seus habitantes, de capitão-mor, ^Ssargento-mor, ^Vveradores e outros, o primeiro eleito em lista tríplice pelos vereadores para a escolha de um pelo ^Ccapitão-general.

Mas entendia o ^Ccapitão-general que era o direito seu escolher o capitão-mor, a ^Cautoridade máxima da vila que ele criara. A isto se opuzeram os vereadores escudados na lei, componentes da primeira Câmara^s que foi dissolvida pelo ^Ccapitão-general, e outras que se elegeram em seguida, privando Campinas de sua autoridade máxima e estabelecendo uma situação de luta entre o ^Cgoverno local e o ^Ccapitão-general que não conseguiu dominar o ardor cívico da vila que criara, terminando seu mandato em 1802 sem conseguir nomear seu protegido para o cargo ^Cobrigado.

Mas, permanecia ainda a divergência sobre a localização da nova ^Mmatriz, quando aqui esteve, em visita pastoral, o ^Bbispo de São Paulo, em 1801, aconselhando a construção no mesmo local da matriz primitiva onde ela se conservou até os dias de hoje, representada ~~na~~ pela ^BBasílica de Nossa Senhora do Carmo.

Passaram-se os anos, firmaram-se opiniões, até 1807 quando outro era o ^Ccapitão-general da capitania, trazendo a paz política, cuidando-se de reunião dos "homens bons" sob a ^Dpresidência do ^Ccorregedor Miguel Antônio de Azevedo Veiga em suas ^Cfunções por Cam-

pinas, quando eramos ainda uma vilazinha, cuja extensão norte-sul iniciava-se nos fundos da citada Basílica do Carmo para terminar na atual rua General Osório.

Reunidos os senhores de engenho, discutiu-se a localização da nova matriz, elegendo-se uma comissão de obras chefiada por Filippi Neri Teixeira, que previra o brilhante futuro de Campinas e escolhera para a sua matriz nova um terreno alto, com extensa visão até as mais afastadas terras, embora além da parte edificada da vila. Assim se abriram os alicerces cujas dimensões não representavam sua pequena população, mas o grandioso futuro como traça a sua história até o final do século dezenove.

E foi o grande Francisco Quirino dos Santos, jornalista, poeta, escritor e deputado provincial, o primeiro a historiar a construção da matriz nova, hoje Catedral, quem disse: "discutida, calorosamente discutida a matéria da situação em que deveria ela erguer-se, venceu a final o parecer da importante família Teixeira Nogueira".

Mas não só a escolha do local causa pasmo; a visão de progresso que tinham os "homens bons" de Campinas, com disposição de colocar para tal construção as suas próprias fortunas particulares, era fato inusitado. Os trinta e sete proprietários rurais que subscreveram a ata da sessão, comprometeram-se a doar para as obras, dez por cento da produção de seus engenhos no ano que corria, e cinco por cento em anos seguintes. Dez por cento da renda bruta de seus haveres, parece-nos caso único na história econômica das realizações coletivas.

Dispostos os "homens bons" de Campinas a levar avante a construção da nova matriz, abriram-se os alicerces para uma igreja tão grande como catedral de vasta diocese; os trabalhos logo se caracterizaram com o socamento das taipas, paredes de terra, de barro próprio que a sabedoria dos antigos bem escolhia. Naquela área de mais de dois mil metros quadrados, iniciaram-se os fechos que a transformaria em templo. Gente de fé e de entusiasmo levou avante um projeto grandioso e verdadeiramente fantástico para a modesta vila.

- 4 - 12

Vila. Elevaram-se as taipas graças à generosidade dos senhores de engenho, enquanto eles permaneciam à frente de suas indústrias do açúcar.

Passa-se o tempo, aqueles beneméritos se avisinham da velhice, vão desta vida à outra; seus bens se dividem entre herdeiros, cresce o custo da obra, surgem dificuldades e problemas da construção que exigem a busca de recursos nos órgãos oficiais. O Senado da Câmara já então respondendo pela construção da igreja, bem público, que a ele cabia zelar, com períodos de atividade entrecortados pelas paralizações de carência de meios, chegaram às obras do telhado, completado em 1845. Mas, foi em 1853 que novo alento veio tomar agora toda a cidade, já passada de vila, que era a situação desde 5 de fevereiro de 1842.

Se toda a audácia dos moradores de 1797 nos causa até hoje admiração, mais um fato extraordinário veio abalar Campinas pela sua grandeza: Antônio Francisco Guimarães, de própria iniciativa e à sua custa, fez vir três entalhadores da Bahia, chefiados por um deles, Vitoriano dos Anjos, para talhar ^{em} os altares e a decoração da igreja, como se viam na Bahia e em Minas Gerais, especialmente, e como desejava o mecenas, brasileiro por adoção, amando o Brasil onde acumulara fortuna da qual aplicaria recursos em favor da nova matriz de Campinas.

Todas as atenções passaram para o aprimoramento interno da igreja. E os entalhadores se dedicaram a buscar nas exuberantes matas de Campinas, o cedro vermelho, - a melhor madeira para ^{as} esculturas - que os artistas transformariam, pela arte maravilhosa do formão, em jóias perfeitas de colunas, coroas de folhagens e flores como não se vira ainda na província de São Paulo. Esta comissão de artistas trabalhou por nove anos, talhando o altar-mor, ^{as tribunas,} os púlpitos e grades rendadas dos dois andares do coro, a capela de Jesus Flagelado e o frontal do arco cruzeiro, peças das mais preciosas, de excelente neoclassismo e não barrocas como se afirma erradamente.

Germain Bazin em sua magnífica obra sobre igrejas do norte do Brasil, Rio de Janeiro, Minas Gerais e mais alguns Estados, ao afirmar que "tudo trazia expressões das extravagâncias barrocas que apaixonavam o povo e as correntes européias, impressionando fortemente sua imaginação", confirmava o entusiasmo popular e dos ~~brasileiros~~ europeus fixados no Brasil, pelo barroco, com os conhecimentos devidos em grande parte a livros religiosos abundantes com ilustrações desta natureza.

Tratadistas localizam o barroco na Europa, ou antes, em Portugal, de 1667 a 1750, enquanto dão ao neoclassismo os anos de 1777 a 1816. E o Brasil teve seu período barroco difundido por muitas regiões do país, mais numeroso em Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, com maior riqueza e abundância de artistas especializados, e em outros Estados com maior parcimônia.

Mas, a nossa Catedral, assim como, então, o novo retábulo da matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Salvador, talhado e dourado a partir de 1829, e citado por Bazin, são neoclássicos, que é arte mais pura, mais erudita que Vitoriano dos Anjos trasladou da Bahia para Campinas, aqui valorizada com a ausência de coberturas de ouro ou tinta.

Em 1862 Vitoriano dos Anjos e seus companheiros resolveram deixar os trabalhos da Matriz Nova, criando o maior problema da construção. Paralizaram-se as obras até 1864, quando se entendeu que dever-se-ia entregar a direção das obras a Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, o Sampaio, artista de valor e de múltiplas habilidades no campo da arte, o único em Campinas capaz de solucionar a falta de entalhadores. Mas o Sampaio não desejava assumir tal responsabilidade, tornando-se necessária a interferência de vários amigos seus para que fosse persuadido a aceitar tal encargo.

14

da arte, o único em Campinas capaz de solucionar a falta de entalhadores.

E foi este diretor competente que formou, no Rio de Janeiro, um maior grupo de entalhadores trazendo-os para Campinas onde completaram as talhas da Catedral, sem necessidade de projetá-las mas, apenas, seguindo os preciosos trabalhos de Vitoriano dos Anjos. Fizeram os altares laterais da nave, inclusive os dois dos cantos, estes sem os anjos voantes, e a capela lateral à direita da nave.

A fachada principal da igreja, agora construída de pedra e tijolos, absorveu todas as atenções e provocou vários problemas, mas que se aliavam àqueles presentes em todos os tempos, o da falta de recursos para as obras de construção. Caminhava-se, porém, para o final dos trabalhos, enquanto animava-se a população ante-vendo o término das obras e as festas da inauguração, discutidas e comentadas pela província toda, e até pelas circunvisinhas, divulgando-se a perfeição dos adornos de talha nua que valorizava efetivamente nossa matriz.

→ Vencia-se uma batalha árdua, de 1807 a 1883, de setenta e seis anos trabalhosos, exaustivamente trabalhosos; mas Campinas vencera, possuía uma das mais belas igrejas da província, numa cidade de vertiginoso progresso e enriquecimento, dando a seu comércio uma elevada situação e fazendo-a rica praça importadora direta de produtos europeus e abastecedora de boa parte das províncias de São Paulo e de Minas Gerais.

Era merecida uma festa inaugural faustosa, e foram elas realizadas em dezembro de 1883, brilhantes, prolongadas por vários dias com a apresentação opulenta de beleza, rica de arte e magestosa grandiosidade. Com mais de dois mil visitantes vindos de outras plagas, ficou a Matriz Nova, hoje Catedral, entregue ao uso do povo, com festas programadas que o tempo permitiu.

→ Adornaram-se a praça e ruas adjacentes, e aquelas pelas quais passariam as procissões. Fez-se o calçamento, reformas de prédios, caliações, coretos e arcos decorativos, procurando-se dar à cidade a vestimenta de festa e regosígio.

15

As solenidades foram brilhantes desde o dia cinco, com a entrega da chave da igreja pelo diretório de obras à Câmara Municipal, e por esta ao vigário da paróquia. De posse da igreja, o vigário cuidou de seu benzimento, o que se fez no dia seis, pelo bispo diocesano, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho que ainda presidiu a transladação das imagens da igreja do Rosário que ^{se}rvia de matriz, para a Matriz Nova.

Dia sete, foi o dia da sagração do altar com ^pontifical, enquanto a oito que foi o grande dia inaugural iniciado com a execução da oratória por grande orquestra de setenta elementos e notável grupo de vozes masculinas e femininas, seguida de ~~solene~~ pontifical, devendo ~~terminar~~ o dia solene procissão à tarde, o que não se realizou por mau tempo, substituindo-a o Te Deum e a execução de uma preghiera por vozes femininas, entre as quais a alta qualidade de Maria Monteiro, a brasileira que elevou o nome do Brasil nos maiores centros musicais da Europa.

Dia nove que era domingo, foi sagrado o antigo e estimado "Vigarinho", o fundador da Santa Casa de Misericórdia, Cônego Joaquim José Vieira, eleito bispo de Fortaleza no Ceará.

Merece especial menção a parte musical que foi grandiosa e a oratória que ficou a cargo de notáveis oradores sacros. A orquestra se compunha de setenta proficientes executores, entre elementos locais e elementos da companhia de ópera cômica que fazia uma temporada em Campinas, e primou pelo empenho em participar das solenidades. Na transladação das imagens, entrada a procissão que as conduziu, pregou o Cônego Exequias Galvão da Fontoura, cujo prestígio de orador atravessou vasto período da vida religiosa, enquanto a grande orquestra conduzia os cantores na execução da ladainha de Nossa Senhora.

No pontificado da manhã do dia sete, com missa solene de Camesso, credo de Carlo Coccia e Tantum Ergo de Carlos Gomes, seguiu-se, à tarde, o Te Deum de T. Teixeira com solo ao pregador de Carlos Gomes e a palavra de Monsenhor Fergo O' Connor de Camargo Dauntre, notável orador nascido em Campinas, filho do conhecido mé-

16
dico, irlandês de nascimento, Ricardo Gumbleton Daunt.

O dia maior, que foi o dia oito ^{se} iniciou as dez horas da manhã com a execução da oratória composta especialmente para o ato, pelo Maestro Elias Álvares Lobo, ituano então residente em Campinas. Foi ela executada pela grande orquestra, com dois coros de anjos cantados por cinquenta senhoras; o primeiro coro, ^{com} solo de Maria cantado por Cândida de Queirós Teles; o segundo coro, com solo do anjo Gabriel cantado por Adelaide Lopes Gonçalves e o terceiro coro, também com solo de Maria, cantado por Ana Esméria Lobo e o solo de São José cantado por Jerônimo Lobo.

A missa solene, que era de composição do mesmo Maestro Elias Álvares Lobo, e a Ave Maria, solo ao pregador, teve como solista Ana Esméria, filha do compositor Elias Lobo; o Kirie foi enviado de Milão pelo brasileiro José Lino de Almeida Fleming e o Tantum Ergo composição de Carlos Gomes.

Domingo, dia nove, sacração do bispo Dom Joaquim José Vieira, missa de Rafael Coelho Machado, a grande orquestra; kirie do falecido compositor José Maurício Júnior e solo de laudamus de Carlos Gomes com credo de Giovanni Pacini; solista Adelaide Lopes Gonçalves. E registre-se que músicos executores, orquestrais e vocais, davam à igreja tão faustosas colaborações pelo seu espírito religioso, sem comercializá-las. Mais uma significativa demonstração da extensa convicção religiosa, quanto a participação em atos devocionais, executados com unção e amor a Deus, manifestados sob variados matizes na história da humanidade.

Vemos que a construção da Catedral revelou, e muito, o espírito religioso através da arte, da arte do entalhe, da decoração na excelência de uma especialidade, para dar a um templo de orações o esplendor de requinte artístico, harmonizando o recolhimento, a oração, o amor a Deus, nas delícias de um contemplar maravilhoso de arte sublime.

E todo este ambiente de fé e devoção, sensibilizando corações, elevando a mente para o céu, foi dado ao sentir religioso da população com as harmonias da música, da divina música que

47

é "o desdobrar das asas da alma à realização de todos os sonhos e anseios de quem verdadeiramente a ama".

E a música em nossa Catedral foi uma oração terna e vibrante, harmoniosa e solene, grata e contemplativa nas vibrações do coração religioso da gente devota do passado. Veja-se como atra-
vés dos séculos revelava-se o espírito religioso, mesmo daqueles
que, talvez por respeito humano, nem sempre desejavam ^{externar} sua crença e
devoção à mãe de Jesus, sob invocações várias, em especial a Nossa
Senhora da Conceição.

Ainda as revelações da poesia, a revelação mais ingênua
e pura de tendências humanas, mais bela e comovente, de inspirações
que brotam, não da vontade, mas do sentir espontâneo do coração e da
mente. Se é de séculos passados esta invocação dominadora de fer-
vor religioso, desde a casa real até aos mais humildes lusitanos,
levados pelo orbe na formação gloriosa do mundo português; se to-
da esta devoção revelou na música e na poesia o sentimento do po-
vo que se sublima no compositor e no poeta, - cantemos com eles,
~~neste contexto~~ nos acordes e nas letras, continuando a glorifi-
car a mãe de Deus, como Gil Vicente que no século ^{XVI} dezesseis sau-
dava Maria:

"Ó virgem, se ouvir me queres,
Mais te quero ainda dizer.
Benta és tu entre as mulheres;
Mais que todas as mulheres
Nascidas e por nascer."

E Camões, o épico maior da língua portuguesa, expôs cren-
ça na "Virgem Soberana". E Diogo Bernardes e mais outros para com-
bravar com Anchieta, o apóstolo do Brasil que dedicou a Maria suas
musas escritas nas areias da praia. Ainda aqui no Brasil século ^{XVII} de-
zessete, foi o nosso mineiro Gregório de Matos que rezou a Salve
Rainha em quadras:

"Salve celeste pombinha,
salve divina beleza,
salve anjos da princesa
e dos céus Salve Rainha.

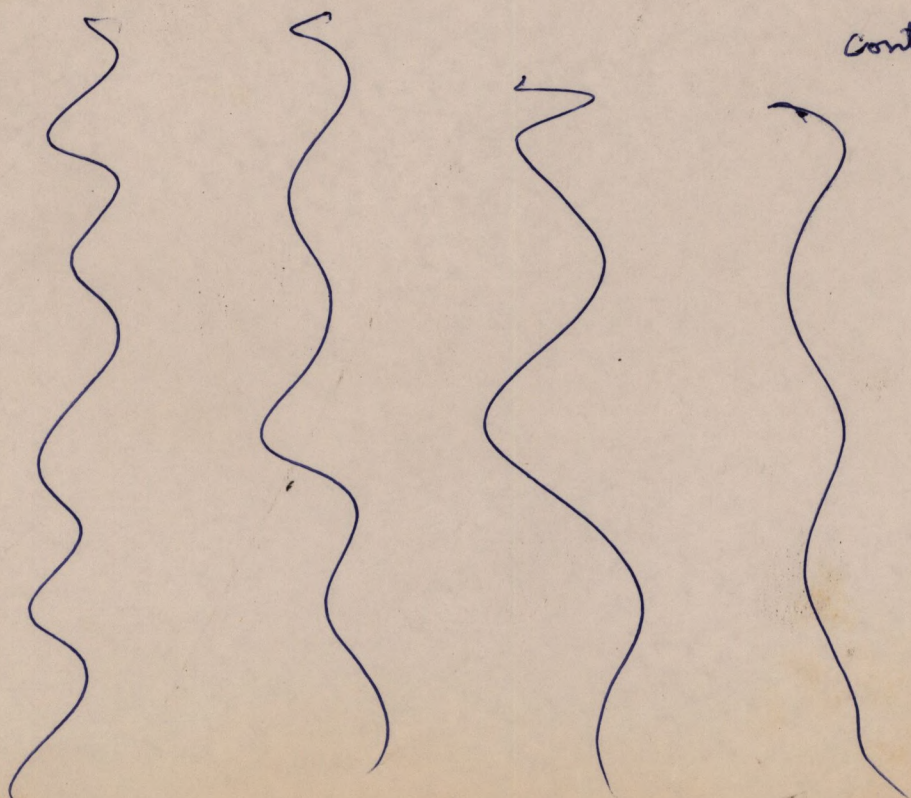
Sois graça, luz e concórdia
entre os maiores horrores;
sois guia de pecadores,
Mãre de Misericórdia.
Sois divina formosura,
sois entre as sombras da morte
o mais favorável norte
e sois da vida doçura."

Bocage no século dezoito, o irreverente Bocage, orou em soneto à Imaculada Conceição à qual voltou seu fervor com poema venerador, continuando suas orações pela ode à "Santíssima Virgem da Incarnação". E em séculos seguintes, tantos poetas devotos de Nossa Senhora, que não caberiam aqui citados. Antônio Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco, Casimiro de Abreu, cabendo a

Bilac louvar a "humildade e a pobreza de Maria:

"Não houve sedas, nem rendas,
no berço humilde em que nasceu Jesus,
mas os pobres trouxeram oferendas
para quem tinha de morrer na cruz.

Continua



123
19

Sobre a palha, risonho e iluminado
pelo luar dos olhos de Maria,
vede o Menino-Deus, está cercado
dos animais da pobre estrebaria.
Não nasceu entre as pompas reluzentes;
na humildade e na paz desse lugar;
assim que abriu os olhos inocentes,
foi para os pobres o seu primeiro olhar".

E José Bonifácio, o Moço, Raimundo Correia, Emílio de Meneses, — sim Emílio de Meneses, Afonso Celso, o nosso Antero Bloem logo celebrizado pelo seu "Cristo de Marfim"; e Jonatas Serrano que disse em versos a Ave Maria:

"Ave Maria plena
de graças mil, puríssima açucena,
é contigo o Senhor. Bendita é entre
as mulheres. Bendito é de teu ventre,
o doce fruto virginal, Jesus.
Roga por nós os pobres filhos de Eva,
agora e quando a morte, a grande treva
sobre nós espalhar, e toda a luz
de nossos olhos se apagar, também
roga por nós. Amém."

Mas ~~Guerra~~ Guerra Junqueiro, o ^{qual} ^{que} se faz conhecido pela "Velhice do Padre Eterno", em seu poema "Lá nos Altos", composto em doze quintilhas, ~~terminadas~~ com esta:

"Alvas capelinhas, sempre milagrosas,
~~sois nessas alturas~~ sois nessas alturas para os olhos meus,
como ninhos d'orações piedosas,
miradouros brancos de luar e rosas.
donde as almas simples entrevem a Deus!".

Teófilo Braga, Bastos Tigre, Luís Guimarães Júnior, Humberto de Campos, o nosso Gustavo Teixeira, Fagundes Varela que em suas quadras cantou no crepúsculo a Ave Maria, e Tobias Barreto em suas rimas "Maria": ~~uma das suas rimas~~.

200
"Nome que as almas sacia,
que adoça os lábios da flôr,
mística, eterna harmonia
dos querubins do Senhor.....
Grande profundo mistério
das crenças da nova lei;
visão ao som do salterio
cantava o profeta rei.....
Aroma que o céu aberto
por toda a parte expandiu;
voz de Deus que perto, perto
Miquéias de longe ouviu.
Inspiração de Isaías,
que disse a Jerusalém:
- Levanta-te, as melodias
dos anjos caindo vêm.....
De tudo nada existia,
o caos ponderava a sós:
E disse Deus: Ó Maria!
e tudo ouviu esta voz.

Vicente de Carvalho, Tomás Ribeiro, Cleómenes Campos, Antônio Correia de Oliveira, Menotti del Píchia..... E basta; mas quero terminar estas citações com a mimosa ~~poeta~~ rima de quem, filha de poeta, a beira mar viveu; Emília de Freitas Guimarães:

Toma o meu coração, doce Virgem Maria,
faze que ele te busque sempre, cada dia,
com amor filial!

Da vida lhe ilumina os ásperos caminhos
fazendo-o receber as rosas e os espinhos
com alegria igual!

Recebe-o tal qual é, ó Mãe toda virtude,
faze com que a "Verdade" o bem que não ilude
seja o escudo seu!

Torne o seu pobre amor mais puro e mais profundo,
Para que possa um dia, ao deixar este mundo,
encontrar-te no céu!

"Parece-nos conveniente desde logo declarar que a memória dele deixada nos diversos pontos de residência, no Velho e no Novo Mundo, no apogeu de suas glórias e no declínio de sua existência, foi sempre a de um padre imaculado nos costumes, firme na crença do Senhor" (Dom João Batista-Correia Neri, "Oração Fúnebre").

Campinas recebeu Diogo Antônio Feijó como mestre de meninos, já na vila em 1803. Havia nascido em 1784, e batizado em São Paulo, a 17 de agosto. Foi dito engraidado na rua da Freira, casa da viúva Marta Maria de Camargo Lima que tinha em sua companhia o irmão Padre Fernando Lopes de Camargo e a filha solteira Maria Joaquina Soares de Camargo. Esta e sua mãe haviam residido em propriedade agrícola de Cotia, ou em casa própria da mesma vila, pelos anos de 1771 a 1782, estando em 1784 na casa da rua da Freira em São Paulo (1).

Entre os trabalhos sobre o Padre Feijó, o de Ricardo Gumbleton Daunt se destaca pelas pesquisas genealógicas que procedeu este erudito autor, assegurando ser o Padre Feijó filho de Maria Joaquina Soares de Camargo, que residindo em 1782 recenseada em Cotia, ^{nota foi recenseada} pelo final deste ano, deixara a vila antes do recenseamento, não alcançando o de São Paulo, cidade maior com trabalhos mais volumosos e, certamente, iniciados com maior antecedência. Mas, em novembro de 1783, engravidou esta moça solteira para, em agosto de 1784, dar à luz o menino batizado dia 17 com o nome de Diogo, ou Diogo Antônio, seu cognome até a idade de catorze anos.

O PAI DE FEIJÓ

E a paternidade de Feijó, foi objeto de trabalhos de autores vários, sem que chegassem a conclusões seguras, surgindo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume LXXVII, a publicação de Lúcia De Tomasi, que divulgou a declaração do próprio Padre Feijó indicando o nome de seu pai,

22
satisfazendo nossa velha convicção de que Feijó usara o cognome paterno. E esta era também a conclusão de Afonso A. de Freitas, divulgada em seu trabalho "Filiação, puerícia e adolescência do Padre Feijó" (2), no qual ele indicara um suposto pai, o que se confirmou na publicação LXXVII do Instituto.

MENINICE

A vida de Feijó, "fruto de um grande crime" no dizer do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt sênior (3), decorreu obscura e simples nos seus anos de menino. Nascido em casa de sua mãe e da avó materna; batizado como enfeitado na porta da mesma casa, foi educado sob o carinho materno e o zelo da avó, protegido pelos cuidados do tio, irmão de sua mãe, o Padre Fernando Lopes de Camargo, e de sua madrinha e tia materna Maria Gertrudes de Camargo. Em recenseamento de 1794, de São Paulo, consta o nome de Diogo Antônio, estudante, agregado, que teria então dez anos de idade (4).

Foi no ano de 1795 que o Padre João Gonçalves de Lima, então vigário de Parnaíba, transferido para a paróquia de Guaratinguetá, ~~em companhia de João Joaquim José das Santos~~ ~~primeira de Feijó~~ (5), teria passado por São Paulo e levado para a sua nova vigaria o estudante Diogo Antônio que já se destinava à carreira eclesiástica. E permaneceram os dois em Guaratinguetá até o ano de 1798, ano em que se registrou a presença de Diogo Antônio, de catorze anos de idade, em São Paulo, e em 1799, com quinze anos, nesta mesma cidade, como escrevente juramentado da Câmara Eclesiástica, assinando Diogo Antônio Feijó, apelido este último que escondera até agora.

MOCIDADE

Feijó já clérigo "in minoribus", seguiu em 1802 para Parnaíba, residindo novamente com o Padre João Gonçalves de Lima, continuando seus estudos até o ano de 1803 quando se mudou para Campinas, o que registrou o recenseamento de Parnaíba: "Diogo Antônio Feijó, natural da Cidade que hoje se acha na Vila de São Carlos". Para sua escolha de

23

~~Para a sua escolha de~~ Campinas como início de sua vida autônoma, não só a amizade que o prendia a seu primo irmão ~~antigo amigo~~ ~~de estudos em~~ ~~Campanha~~, e ~~João~~, Joaquim José dos Santos Camargo, teria influido, como outros parentes residentes na mesma vila, e ainda a exuberância deste solo altamente produtivo, o que se provou em sua indústria açucareira e na sua produção de café.

Quando exilado em Vitória, província do Espírito Santo, como cabeça da revolução liberal de 1842, Feijó escrevendo à sua irmã que ficara em Campinas onde residia com o irmão, refere-se aos afetos campinenses com saudades de "Sinhá Grande, Padre Antônio, a seus compadres Querubim, Lhainha e Joaquim dos Santos," "Salomé e toda família e o mesmo fará aos vizinhos, e dai-me notícias do Padre Miguel, Diogo, Luciano Teixeira, e aos mais que nos frequentavam" (6).

Se em primeiro lugar estaria a sua amizade ao primo irmão Joaquim José dos Santos Camargo, tinha ele muitos parentes em Campinas, como o seu primo em segundo grau, por ele citado, Luciano Teixeira Nogueira de Camargo-(como assinava em sua mocidade)-e sua grande irmandade, ligando-o à família Teixeira Nogueira. Com seu primo irmão Santos Camargo, de numeroso ramo de família, Feijó ainda se ligava aos Aranhas, pois ele, o primo irmão, mais Luciano, o segundo Francisco de Paula Camargo e outros, eram primos em segundo grau da Viscondessa de Campinas, filha de Joaquim Aranha Barreto de Camargo e, por ele, neta de Mônica Maria de Camargo, irmã de Marta Maria, avó de Feijó e senhora da casa da rua da Freira, numa rede de parentesco que não caberia em poucas linhas. No casamento da futura Viscondessa de Campinas, foram testemunhas o capitão-mor de Campinas e o Major Teodoro Ferraz Leite que compareceu com sua segunda esposa Maria Luísa Teixeira Nogueira de Camargo, irmã de Luciano e madrinha da noiva como hábito da época. Antes e depois de falecer Feijó, muitas famílias de Campinas escolheram o seu nome, Diogo, para seus filhos.

Campinas recebeu Feijó que, já em 1804, era alvo

25

gia do candidato ter ele patrimônio material que o sustentasse. Assim se justifica a demora de Feijó^{em} atingir a qualidade de prebitero.

Sacerdote, orador e político, Feijó não deixou de revelar sua tendência para a vida agrícola, em harmonia com o poder administrativo enérgico e realizador, pendores que bem marcaram seus antepassados. Filho de Maria Joaquina de Camargo; neto de Marta Maria de Camargo Lima e por ela bisneto do Capitão Fernando Lopes de Camargo (este irmão do Coronel Tomás Lopes de Camargo, "um dos fundadores de Ouro Preto, juntamente com o Padre João de Faria Fialho")¹² (42) e trineto do Capitão Fernando de Camargo Ortiz, "capitão contra os bárbaros gentios do sertão da Bahia em 1658"¹³ (43), não admira que atávico temperamento desse a Feijó a sua energia realizadora, elevada visão da coisa pública sob sua direção e desassombro baseado em segura fé para, serenamente, se portar na adversidade, a par do amor ao bucolismo da vida agrícola que ele sempre intercalou, como bálsamo, entre as agitações do político ativo.

Possuindo, de início, o seu engenho em Campinas onde passou dez anos, em 1818 "atraído pelas virtudes do Padre Jesuino do Monte Carmelo" mudou-se para Itu onde continuou exercendo o magistério, "agora como docente da Colegiada dos Padres do Patrocínio"¹⁴ (44) o que demonstra sua cultura e capacidade a serviço de lúcida inteligência. Começou, então, alongar seu prestígio por novas plagas. Já devia Feijó admirar o Padre Jesuino¹⁵ (45) em ~~xxxxxx~~ uma ou duas viagens que fez este para Goiás, entre os anos de 1806 a 1811, passando por Campinas e aqui talvez até hospedado por Feijó.

Do Padre Jesuino, conta Antônio Pompeu de Camargo que fora ele "pintor e músico". "Com auxílio, além de outros, dos padres Manuel Ferraz de Camargo e Antônio Ferraz Pacheco, frei Jesuino, com a ajuda de seus filhos Eliseu (pintor e escultor) e Elias e Simão (padres), construiu a célebre igreja onde se reuniam os sacerdotes designados pela denominação de "padres do Patrocínio", dentre os quais se destacavam as figuras, mais tarde, nacionais, de Feijó e de Dom Antônio Joaquim de Mello. Os padres do Patrocínio defendiam ideias Kantianas, portanto, ideias que poderiam prejudicar os sentimentos religiosos do povo brasileiro. Esses padres voltaram logo ao bom caminho, sendo de notar que sempre predominou entre eles a máxima pureza de intenções e de costumes" (46).

poucos eclesiásticos havia, quer seculares quer regulares, que não estivessem contaminados de jansenismo mais ou menos pronunciado" (17), continuando ainda o mesmo grande professor de direito, a historiar nossas relações com a Santa Sé no crítico período. Feijó mais tarde se retratou dando sua inteira solidariedade à orientação de Roma. "Nas ocasiões de sua vida em que foram precisas as qualidades, antes humanas que políticas, de energia, decisão, intransigência, pureza - Feijó foi o homem do momento" (18). O Padre Feijó "foi de fato um grande homem da América, aquele engeitado da rua da Freira que José Bonifácio tomara por um "simples Padre de Itu" (19).

Mudando-se o Padre Feijó para Itu em 1818, e não em 1810 como se afirmou, em chácara de sua propriedade foi plantar chá e café dando largas à sua tendência realizadora, logo levada para o terreno político com sua eleição para deputado às Cortes de Lisboa. De volta ao Brasil, após a Independência, "residiu em São Paulo, na Capital, onde adquiriu uma chácara na Mooca, que ele chamava Paraíso" (20).

Em seu período de intensa vida pública como deputado, ministro, regente, senador, que o prendeu à Corte, esteve o seu engenho de Nossa Senhora Das Dores, em Campinas, sempre sob os cuidados vigilantes e dedicados de seu grande amigo Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme. Encontramos o Padre Feijó em Campinas na década de 40 do século dezanove, com o seu "sítio" e casa na cidade até sua atuação enérgica na sublevação de 1842, quando, emiplégico, lúcido e atuante, foi o desassombrado para assumir a inteira responsabilidade do movimento, perante Caxias, em sua triste decadência física, para falecer em 1843. Dele disse Monsenhor Ezequias Galvão da Fontoura: "Uma vida ilibada, uma inteligência lúcida e cultivada, uma vontade resoluta, uma nobreza de caráter, constituíam a grandeza moral do Padre Feijó".

Deixou o Padre Feijó afetuosa tradição em Campinas, onde era vasto o seu círculo de amizades e parentesco. Agravando-se as moléstias que o prostaram, teve a homenagem de ser o seu nome dado a várias crianças após nascidas, como indicam batizados em Campinas: A 30/6/1843, Diogo filho de Querubim Ribeiro de Castro Camargo e Maria Gertrudes dos Santos; a 29/7/43, Diogo filho de Teodoro Ferraz Leite e Ana Joaquina de Camargo; a 3/12/1843, Diogo filho de Domingos Leite Penteado e Maria da Rocha; a 2/1/1844, Diogo filho do Dr. Francisco de Assis Pupo e Rita Luísa Nogueira; a 8/6/1844, Diogo filho de Luís Pinto de Sousa Aranha e Ana Caetana Guedes; a 22/4/1844, Diogo filho de Antônio Ferreira da Silva e Maria Caetana da Cunha; a 15/10/1844, Diogo filho de Rodrigo e César de Macedo e Escolástica de Arruda Ferraz.

144 27

E estas homenagens também lhe foram prestadas pela raça negra, o que indica a equidade e a bondade do Padre Feijó: aos ^{de agosto de} 13/8/1843, foi batizado Diogo filho de Joaquim e Rita, escravos do Capitão José de Sousa Siqueira; a ^{de junho de} 25/6/1844, Diogo filho de pai incógnito e de Antônia, liberta; a ^{de dezembro de} 25/12/1844, Diogo filho de pai incógnito e de Joaquina, escrava de Luís de Arruda.

Das poucas pesquisas sobre casamentos e batizados de escravos, fica a impressão de que eles não desejavam procriar filhos que seriam escravos, mas as escravas na puberdade, ou mesmo depois, não se livravam de algum amor e batizavam filhos de pais incógnitos.

a mãe de Feijó
~~A MÃE DE FEIJÓ~~

Disse Daunt: "ainda não podemos saber, com certeza, o ano em que faleceu, embora nos Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, sob a indicação 3.1.34 fls. 75v., o assentamento de óbito seguinte":

"Maria Joaquina - Aos seis dias de junho de mil oitocentos e trinta e sete anos, nesta freguesia, sem sacramentos inopidamente, por ^equixa interna, com idade de mais de oitenta anos faleceu Maria Joaquina solteira, e nada mais informam, foi encomendada, e sepultada na Igreja do Rosário. O Cura Manuel da Costa e Almeida".

Os termos deste registro não convencem que seja da mãe de Feijó, pela falta de seu nome de família, maiores referências e por sepultamento na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos. Mais aceitável é o que encontramos no Livro 5, fls. 12, da Cúria Metropolitana de Campinas onde Feijó teve engenho e casa urbana, residindo com a irmã, e possivelmente com sua mãe:

"Aos dezesseis de Maio de mil oitocentos e quarenta e seis faleceu Dona Maria Joaquina de Camargo, natural de São Paulo, de 90 anos de idade, solteira, envolta em hábito preto e recomendada solenemente; jaz nesta Matriz" (a) João M^{el} d'Almeida Barbosa.

28
2

Provou Daunt²¹ (24) que a irmã de Feijó "residiu em Campinas na casa que herdara de seu irmão", e ^Nnessa casa também residiria sua mãe, falecida e sepultada na atual Basílica do Carmo, com 88 anos, pois nascera em 1758²² (24), o que se confirma pela publicação do Livro de Baptismo de Bartolomeu e Geografia de São Paulo, V. 2, p. 127. Os irmãos de Feijó.

OS IRMÃOS DE FEIJÓ

Na vinda de antigos escravos de Marta Maria de Camargo para o Engenho de Nossa Senhora das Dores, do Padre Feijó, veio uma antiga escrava do serviço íntimo da família, Ifigênia, destinada em São Paulo para servir a então jovem Maria Joaquina de Camargo, depois mãe de Feijó em 1784.

Tiveram os escravos certas regalias e delas sempre se utilizaram, como dispor de terras para plantio e uso e fruto em seu favor, produzindo e vendendo, obtendo economias. Construíam suas igrejas, geralmente sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, Santa Ifigênia e São Benedito. Em atas de suas irmandades, assinavam seus nomes de batismo seguidos das palavras "escravo do senhor" tal, atas que eram enviadas para aprovação da Coroa, nesses tempos encarnada no Príncipe Dom João (depois Dom João VI) - pela impossibilidade da Rainha D. Maria I, já enferma. Somente depois da Lei Áurea de 1888, quando já não podiam assinar da forma indicada, é que passaram os ex-escravos a usar cognomes de seus últimos senhores, pois, antes de 1888 nenhum escravo ou ex-escravo ousaria assinar apelidos de família de seus senhores.

Acusam as listas de escravos vindos de São Paulo para o engenho do Padre Feijó, a escrava Ifigênia, acima citada,

24

como mãe solteira de três filhos: Cândido nascido em 1792, Benedito nascido em 1806 e Luís nascido em 1808. Todos eles vindos para Campinas, deixando Ifigênia, a partir do último, de procriar mais filhos, indicando que o pai residia e ficara em São Paulo. Além da curiosidade destes três filhos da escrava Ifigênia, depois de adultos, nunca aparecerem como escravos e em seus assentamentos de casamentos não figurarem como ex-escravos na forma em uso, todos usaram do apelido da família Feijó, e dois, Benedito e Luís, o cognome Antônio, do pai Félix e do irmão Diogo, como asseguram os termos lavrados em livros próprios.

Aos 31/8/1830, na Capela de Indaiatuba, "receberam-se por marido e mulher, Cândido Feijó, natural da cidade de São Paulo, filho de pai incognito e de Ifigênia escrava que foi de D. Maria Joaquina de Camargo, e Umbelina Ribeira filha de Filipe e Mariana, escravos que foram do Tenente Manuel Pacheco Gato". Aos 23/10/1847 casou-se em Campinas Benedito Antônio Feijó com Maria Francisca da Luz; ele "filho de Ifigênia, escrava de D. Maria Joaquina de Camargo e ela filha legítima de Diogo Antônio da Luz e Joana Maria da Luz". E do Luís, o terceiro filho de Ifigênia, tivemos notícia pelo casamento de sua filha em 1861 e, depois, pelo seu segundo casamento, ambos em Campinas: A 7/12/1861 casaram-se Fortunato Teixeira e Maria Silvéria, esta "filha legítima de Luis Antônio Feijó e de sua finada mulher Manuela de Jesus", natural e batizada nesta paróquia onde ambos são fregueses" e "aquele viúvo por óbito de Escolástica da Rocha sepultada nesta". E ainda, a 19/7/1862 casaram-se Luís Feijó e Escolástica Angélica, esta filha legítima de Francisco da Silva e Maria Joaquina de Camargo, e aquele viúvo por óbito de Manuela, ambos fregueses desta.

Se não anotamos os nomes das testemunhas de Cândido, as dos outros foram: de Benedito, Pedro José dos Santos e Bento José dos Santos; de Luís, Joaquim Henrique dos Santos Camargo e Joaquim Roberto Alves, pessoas de conceito social, significando apreço gozado na sociedade campinense pelos filhos de Ifigênia - para nós irmãos por pai do Padre Diogo, o que tem mais um indício de significação no fato de não se encontrarem outros es-

144 30
cravos, antes da lei áurea de 1888, assinando cognomes de qualquer família de seus senhores.

Padre Feijó

~~N O T A S~~

- 1 Ricardo Gumbleton Daunt, neto - "Diogo Antônio Feijó", 14.
2. Afonso A. de Freitas - "Filiação, Puerícia e Adolescência do Padre Feijó" na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, XXIII,
3. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 85
4. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 241
5. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 30
6. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 85
7. João Lourenço Rodrigues - "Subsídios para a História do Ensino em Campinas", na Monografia Histórica do Município de Campinas, 391.
8. Afonso A. de Freitas - ob. cit. 90.
9. Afonso A. de Freitas - ob. cit. 90.
10. Celso Maria de Mello Pupo - "Campinas, Município no Império" 121.
11. Celso Maria de Mello Pupo - ob. cit. 187, 198 e 202.
12. Luís Gonzaga da Silva Leme - "Genealogia Paulistana" I, 245.
13. Luís Gonzaga da Silva Leme - ob. cit. I, 180.
14. João Lourenço Rodrigues - ob. cit. 391.
15. Mário de Andrade - "O Padre Jesuíno do Monte Carmelo", 238/9.
16. A. Pompeu - "Os Paulistas e a Igreja" II, 56.
17. José Luís de Almeida Nogueira - "A Academia de São Paulo", IV, 135.
- X 18. Antônio Cândido de Mello e Sousa - "Feijó" na "Folha da Manhã" de 14/1/1943.
- X 19. José Lins do Rego - "O Padre Feijó" no "Diário de São Paulo" de 24/11/1942.
20. Lúcia De Tomasi - na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. LXXVII, 127.
21. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 91.
22. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 50.

Há cem anos, em 28 de julho de 1865, nascia em Campinas um menino, filho das mais distintas famílias da Província. Seu pai, que ainda moço se preparava com o fito de ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo, dedicara-se ao ensino, tornando-se professor estimadíssimo em Campinas e fundador e proprietário do primeiro internato masculino da região, instalado em propriedade rural, conforme o hábito das famílias que residiam, todas, em suas fazendas.

Em certa época, interrompeu o seu magistério para ser senhor de uma fazenda que, por dote, recebeu sua esposa. Coração profundamente generoso, o antigo professor não suportou assistir e dirigir a dura vida agrícola do escravo e devolveu a fazenda ~~para~~ ao sogro, voltando ao ensino no qual ele foi estimado pelos seus numerosos alunos que nesse sentido se manifestavam muitos anos depois.

A mãe do menino, filha e neta de grandes senhores de engenho, atividade ^{depois} mudada para o café, faleceu em 1870 deixando o menino órfão aos cinco anos de idade, transmitindo-lhe também altas qualidades, pois era filha de um patriarca, pai de trinta e quatro filhos e tão bondoso e honrado que mereceu do ministro suíço Barão von Tschudi que viera inspecionar a vida dos colonos de seu país, a referência de ser "de demasiada bondade".

Privado do carinho materno, passou o menino para a companhia de amorosíssima e dedicada tia materna. Nascido e criado em meio escolar, teve sua cultura básica haurida dos ensinamentos do pai e dos professores do mesmo colégio, especialmente os trazidos das cidades maiores, alguns estrangeiros, cultos e com destaque na vida do ensino pátrio.

Quando adolescente, a sua família, em conselho, discutiu o seu futuro. O seu tio afim, marido da tia que dele cuidara na orfandade, era interessado no comércio de café em Santos onde tinha grandes amizades; o sobrinho poderia ser para ali encaminhado à uma vida em comércio florescente e futuroso. Seu avô paterno,

32

Também em Santos, havia sido abastado comissário de açúcar deixando à família um conceito honroso.

E para Santos foi o nosso mocinho, onde iria trabalhar e continuar estudos adequados à carreira que iniciava e na qual cedo mostrou suas altas qualidades de caráter e inteligência. A firma do Comendador Manuel Antônio Bitencourt o acolheu com a consideração que merecia o recomendado de Campinas, para iniciar em posição modesta como se usava então, tempo em que a ascensão às altas posições se fazia pelo mérito e não pelo protecionismo.

Logo estimado na nova terra, tendo por antepassados homens públicos servidores da coletividade; ao atavismo juntou o exemplo dos maiores no seu bondoso coração, para nascer-lhe um idealismo sadio, um profundo sentimento de solidariedade humana, um bem querer ascendido à coletividade e um espírito público dos mais elevados. Não demorou para participar da fundação e organização da "Boêmia Abolicionista", o grupo de moços que propagava as idéias da libertação dos escravos e protegia estes infelizes foragidos em Santos, que se tornou a cidade dos libertos legal ou irregularmente.

Trata desta "Boêmia Abolicionista" a história de Santos escrita por Francisco Martins dos Santos, registrando os nomes de seus fundadores. Este grupo de moços protegia todos os escravos fugidos, sustentava-os, alforriava muitos num generoso sentimento cristão. Sua atuação tornou-se notável não só pela dedicação dos moços componentes, como pela repercussão dos seus trabalhos que logo empolgaram toda a sociedade santista e até as suas autoridades.

Tudo faziam os moços da "Boêmia"; de uma feita obtiveram do grande tribuno Lopes Trovão, uma conferência no Teatro Guarani, ainda existente na Praça dos Andradas, espetáculo que ~~em~~ construiu também de ato dramático representado pelos moços transformados em amadores. Das entradas pagas, reuniram o preço de um escravo, filho de escravo mas de tez branca, que no mesmo espetáculo, no palco, recebeu a carta de alforria. O moço campineiro foi um dos organizadores e um dos atores, como sempre fazia.

As idéias republicanas espalhavam-se pelo país e Santos se tornou logo um reduto dos adeptos da nova forma de governo. Moços, ávidos das coisas novas, deram logo seu apoio ao grupo dos batalhadores, fazendo do campineiro um republicano histórico.

Por esta altura de sua vida, já com 22 anos de idade, preso aos sentimentos de uma jovem de 17 anos, o moço pensou em seu futuro. Aqui paramos e umidecemos os olhos, ao fazer a leitura de sua carta dirigida à tia campineira que o acariciou na orfandade, para com submissão e apreço pedir licença para casar-se; e dizia falando de sua pretendida: "é virtuosa em extremo, muito modesta, tem bastante amor ao trabalho, possui magnífico coração e pertence à uma respeitável família muito considerada aqui".

Casou-se em 1888 e teve catorze anos de felicidade em seu lar. Neste período que foi tabalhososo, suportou a febre amarela que o obrigou a viver algum tempo em Jaú, voltando a continuar sua vida, já constituída na cidade litorânea; cedo construiu seu patrimônio, moral no conceito firmado e material em bens constituídos de numerário, terrenos e da fazenda São Luís na hoje cidade de Itapuí, antiga Bica de Pedra, conforme inventário que teve o ~~poeta~~ poeta Vicente de Carvalho por advogado, feito após o falecimento de sua jovem esposa em 1902. Então, era interessado em firma comissária de café.

Casou-se ^{pela} segunda vez em 1904, com prima irmã de sua primeira esposa e passou a dividir sua residência entre Santos e São Paulo, tendo dos dois casamentos sete filhos, além dos falecidos na infância.

Recusando - invariavelmente - cargos públicos, teve ininterrupta atividade nas lides republicanas. Participou de uma dissidência no Partido Republicano e foi um dos fundadores do Partido Municipal, em oposição até o conagraçamento que fez chefe da política de Santos o seu companheiro e amigo Antônio da Silva Azevedo Júnior, depois deputado e senador estadual.

Homem de grande visão, previa para a Praia Grande, então completamente deserta, o gigantesco futuro que hoje estamos assistindo. Adquiriu ali enorme área de terras, mais de trezentos

134

alqueires, com boa frente para o mar, cortadas pela estrada de ferro de Santos a Itanhaém. Seguro do futuro da região, obteve licença e construiu à sua custa, uma estação que foi chamada Pedro Taques, e junto a ela a primeira casa do local, projetando e fundando uma povoação hoje existente. Nas terras internas da propriedade, possuiu grande bananal com ^{os}scios que lhe foram ingratos e lhe causaram grandes dissabores.

À sua atividade, constante vigilância e movimentos de divulgação, deve-lhe a Praia Grande o abreviamento da chegada do progresso que empolga esta maravilhosa faixa litorânea do nosso Estado. Juntando-se à classe dos proprietários bananicultores, foi ativo e dedicado em sua sociedade, como tinha sido na Associação Comercial de Santos, o órgão que reunia e defendia o comércio de café, do qual foi um dos mais perfeitos conhecedores e classificados da praça.

Vemo-lo ainda no seu constante otimismo, no seu entusiasmo por São Paulo, na sua segurança de que a capital do Estado ainda seria a maior cidade do mundo. Jovial, de cativante gentileza e irradiante simpatia, bonito e educado, usufruía de sólidas amizades de amigos leais, não se livrando, porém, de maus inimigos contrariados com o seu alto espírito de justiça que ele sobrepunha a qualquer interesse, a qualquer sentimento que devesse ser contrariado.

Enamorado da natureza, amante dos livros, tinha penhores literários e musicais que o deliciavam nas horas de lazer. Verdadeira e profundamente caridoso, nunca recusou auxílio aos necessitados, distribuindo-o muitas vezes com sacrifício mas sempre na clausura da modéstia que o caracterizava. Exemplaríssimo chefe de família, por ela se sacrificava sem o menor queixume, sempre bondoso, sempre carinhoso e complacente, vendo na união dos seus filhos a sua própria felicidade.

Este cidadão, útil servidor da sociedade, magnânimo para com seus semelhantes, extremado para com os seus filhos, e que ora faria cem anos de nascimento, campineiro que amou e honrou o seu berço, chamava-se Luciano Pupo Nogueira e era meu pai.

0 ANEIRO DE SOAS MAJESTADES 35
GENEALOGIA E HERÁLDICA - VISCONDE DE ITOJA -
AMARAL GURIEL - Infância de Suas
VIDOR - A CRIANÇA DE GURIEL - O CURADOR DE DOIS DA MOBILIA - A
HERÁLDICA DAS CADERNAS - Majestades - O PRIMEIRO
AO CLÁUDIO GURIEL - CONFUSÃO - IDENDA: A FALSA DO EMBOAÇA-VA-

GENEALOGIA E HERÁLDICA

"Para o caso brasileiro o estudo genealógico, encarado de maneira científica, apresenta importância indiscutível. As relações de parentesco estabelecem entre nós uma rede bem mais séria que em outros países. Em inquérito recente, feito no interior de São Paulo, sob a direção de um sábio mestre de sociologia, ^{Am} Donald Pierson, com todos os preceitos da técnica, espantaram-se os pesquisadores exatamente com a força extraordinária dos laços de parentesco. Analfabetos, incapazes de conhecer pelo nome as autoridades locais ou nacionais, conhecem parentes até graus reputados remotos pelos povos que se consideram civilizados. É este emaranhado de relações que entra em ação na política, na religião, na vida social e nas tradições - elemento imprescindível para a compreensão de solidariedades inesperadas, resistências imprevisíveis e reações imponderáveis." (Americo Jacobina Lacombe, "Introdução ao Estudo da História do Brasil", 97).

A genealogia, matéria árida e pouco apreciada pela sua natural monotonia de seqüência de gerações que se multiplicam, parece confusa para quem não se familiariza com a forma de expor dificuldades na sucessão de gerações que devem ser descritas. Grandes mestres, como Pedro Taques, Silva Leme, Frederico Brotero, deixaram composições biográficas de valor; mas, em geral, elas se anuviavam com a fastidiosa repetição de formas sem possibilidade de variação, terminando por afastar muitos curiosos que se abalançam à sua leitura.

Outro sabor tem a biografia isolada; mais numerosos são seus entusiastas e ^{indo}melhormente constituem leitura de simples deleite. Com esta qualidade, é apurado que a maior parte dos que contemplam uma exposição árida de genealogia não se interessam por todos os seus ramos, legítimo é que se restrinja a descrição de gerações descendentes, estendendo os estudos a aspectos sociais dos antepassados, deixando para os interessados o prolongamento de suas gerações, o que traz uma redução na obra e comodidade para o leitor. Recordamos tradições orais que se confirmam em documentos, compondo a história na qual se procura a verdade sob as melhores afirmações encontradas.

36

A história familiar é uma recordação cara que a muitos agrada; seus aspectos são objeto de demanda; sua tradição se repete e se transmite, singelamente para alguns, com opulência para outros, mas como patrimônio que se conserva pelo relato oral e pelo carinho dos que amam seus pais e avós, dos que os admiram e os perpetuam na memória. E a história do lar é o primeiro degrau da história que culmina no panorama da civilização.

Visitas Imperiais
VISITAS IMPERIAIS

Os dias frios do inverno se agitavam com a notícia da vinda de Suas Majestades a Campinas, percorrendo, pela segunda vez, cidades da ^Pprovíncia de São Paulo. Ainda era bem lembrada a visita do ^IImperador, então muito jovem, em 1846, quando Campinas o recebeu com fausto, festividades e incontido entusiasmo, marcando suas homenagens, em especial, com os torneios da cavallhada luxuosa e intrépida, numa ^Rrealização da mocidade cheia de garbo, e que agora, ^Mnesta segunda visita, recordava com saudades todos os lances da ^{gr}graciosidade e da ^ddesenvoltura cavalheiresca dos torneios históricos.

Dom Pedro II não era mais o moço de vinte anos; estava para atingir meio século de sua útil, bondosa e sábia existência. Com a esposa de quatro anos mais de idade que o marido, formava um par circunspecto, que soube sempre conservar suas qualidades democráticas e uma profunda bondade de coração.

Mas eram as Majestades Imperiais e os campinenses de agora, não desejariam deslustrar a fama de dedicados e generosos ^Manfitriões, conquistada ^Pha três décadas por eles e por seus pais e avós. Desenvolveram-se, então, os projetos e aprestos, com a suficiente antecedência para recepção condigna.

Fundamental era a escolha do prédio que, pelos dias de permanência de Suas Majestades, iria servir de ^Ppaço. E como ^Ppaço significa ^P"palacio ^Rreal", em Portugal os sobrados que acolhiam visita real, ^Rpassavam ^{de}a ^Pchamar ^{de}paço; e se ^Po nosso país houvesse seguido este hábito, Campinas ainda poderia, até hoje, contar com três ^Ppaços, um magnificamente conservado, e dois, mal ^Pconservado um e deturpado outro.

Para a visita de 1875, o sobrado de Felisberto Pinto Tavares que havia sido ^Ppaço em 1846, já não era o melhor da cidade, suplantado pelo sobrado da ^Rrua Direita- (hoje ^{Rua}Barão de Jaguará,

canto da General Osório), este ainda sem a concorrência dos Palácios, o dos Azulejos e o dos Alves, ambos da década de oitenta. E a escolha recaiu, com justiça, no sobrado da rua Barão de Jaguará, então propriedade do Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, ~~o~~ que havia sido construído, com início em 1846, por Dona Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, senhora do Engenho de Sete Quedas, viúva de Antônio Pompeu de Camargo e sucessora de seu pai José Rodrigues Ferraz do Amaral, fundador deste engenho que Dona Teresa foi transformando gradativamente em fazenda de café.

Desde o primeiro período que teve Campinas, ~~a~~ de influência do açúcar como já classificamos ²³ (4), surgiram as residências rurais de grande porte, de vastas salas e mobiliário custoso, seguidas, com o ciclo do café, das residências urbanas de imponência e nobre aspecto, mudados os hábitos das famílias que, de permanente residência nos sobrados dos engenhos e com pequenas casas na vila para as festas religiosas, passaram à vida urbana, com menor permanência na propriedade rural.

Maiores exigências de conforto, estudos mais extensos e adiantados para os filhos, teriam sido fator inicial desta transformação, seguida, após, por mais intensa vida social, política ou cultural, com atração para as casas residenciais da cidade, de famílias em ascensão de riqueza, que se integravam em costumes de apuramento e requintes de sociabilidade.

Curioso, porém, que a viúva Dona Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, cujo marido Antônio Pompeu de Camargo falecera em 1836, cuidou de construir seu sobrado na cidade, mesmo antes de ter sua sede nobre em terras de engenho. Para tanto, dispôs de vasto terreno com frente para a rua de cima (depois Direita e hoje Barão de Jaguará), esquina da rua das casinhas (hoje General Osório), nesta, ocupando integralmente a quadra.

Foi em 1846 que Dona Teresa fez iniciar as taipas de seu sobrado, que não estaria ainda terminado em 1849, quando se casou sua filha, a futura Viscondessa de Indaiatuba, com os atos sacramentais e festas no sobrado de Felisberto Pinto Tavares. Era o sobrado de Dona Teresa uma vasta residência com grandes salões e numerosos cômodos, circundada sua fachada, ao nível do andar superior, por sacada com gradil rendado e medalhão central de iniciais do nome da proprietária. Por morte de Dona Teresa, passou o

sobrado a filha e a seu irmão e genro, os viscondes de Imbaracá.

Joaquim Bonifácio do Amaral se casou com a sobrinha,

38
Dona Ana Guilhermina Pompeu do Amaral, filha de Dona Teresa Miquelina, de quem (devia) ter herdado, integralmente ou em parte, o sobrado e a fazenda. Nesta fazenda, Joaquim Bonifácio construiu um palácio, ^{colocando} (apondo) em sua porta principal as três iniciais do seu nome (~~figs. 3, 4 e 5~~). É o bellissimo palácio até hoje conservado, adornado de precioso parque florestal que se abre em gramados extensos de encantador efeito. O prédio é vasto, de dois andares, um corpo central avançado com porta principal de entrada, de verga em semi círculo, ladeada por seis janelas de vergas retas; no andar superior, sete sacadas com gradis e também de vergas retas. Dois corpos laterais, de fachadas recuadas, ^{tem} têm, cada um, cinco janelas de vergas retas no andar superior e uma porta no andar térreo.

Assim, escolhido Joaquim Bonifácio para hospedar Suas Majestades, ele poderia oferecer dois paços magníficos para a Corte itinerante, e tratou de adorná-los como mereciam os hóspedes majestáticos. ^{Paço} O da cidade, onde estariam em permanência os Imperadores, recebeu especial decoração, tudo vindo da França que ^{era} a ^{ditosa} ditadora dos requintes sociais, da moda, do mobiliário, das tapeçarias, dos adornos, das alfaias, das baixelas, dos cristais. E Joaquim Bonifácio, na cidade opulenta de Campinas, cujo comércio transacionava diretamente com a Europa e dela recebia, sem interferência ^{mesmo} das capitais da ^{provincia} província ou do país, o que importava de luxo, ^{Assim} Joaquim Bonifácio não teve óbices para trazer da França mobiliário luxuoso, tapetes de Aubusson, porcelanas de Sèvres e de Limoges, cristais de Baccarat, e tanto mais, para que Dom Pedro, em seu diário, registrasse sua impressão, de "casa do Joaquim Bonifácio excelentemente preparada" ⁽²⁴⁾ (24).

25
Neste sobrado, agora paço, Suas Majestades, em vinte e cinco de agosto de 1875 ⁽²⁵⁾ (25), iniciaram sua hospedagem com almoço pelas onze horas e trinta minutos. No mesmo dia, Dom Pedro fez várias visitas pela cidade, à Santa Casa, ao Colégio Culto à Ciência, ao Colégio Florence, ao Colégio Internacional, ao Colégio Perseverança, às Indústrias dos Irmãos Bierrenbach, e ^{de} a indústria do Sampaio Peixoto, galardoando esta última com o título de "Imperial O-laria", que dava o direito de estampar as armas imperiais em seus produtos, ^à à Catedral, extasiando-se com a magnífica obra de talha nua.

Depois do jantar, participou o Imperador o seu desejo de receber a visita de Joaquim Correia de Melo. Foi um desapontamento geral, pois ninguém sabia quem era esse homem, estabelecendo-se assim, um ambiente de inquietação até que um dos presentes, teve um "estalo" de memória, e comunicou: Joaquim Correia de Melo era o Quinzinho da Botica que todos conheciam e estimavam. Era o farmacêutico, tão modesto e carinhoso, que atendia ricos e pobres, sendo para estes o bom que os aliviava nas mais angustiosas provações com moléstias de crianças e adultos.

Campinas então ficou sabendo que o seu Quinzinho da botica, era um sábio conhecido na Europa, já com renome mundial, e que certa vez, estando em Paris um estadista brasileiro, na Academia de Ciências, um dos acadêmicos fez referências a um sábio brasileiro muito distinto, o Senhor Correia de Melo"; e como o estadista brasileiro afirmasse não conhecê-lo, continuou o acadêmico: "como? mas ele é de sua província" (49). Dom Pedro II registrou o seu prazer em conhecê-lo e quis mais uma visita sua, na noite seguinte, e lhe prometeu, de presente, uma excelente obra de botânica, a "Flora de Martius". Depois, o jornal, O Constitucional de trinta de outubro de 1875, noticiou: "Joaquim Correia de Melo se acha de posse de magnífica obra compilada em latim pelo Dr. C.F.P. Martius, constando de mais de trinta volumes concernentes à flora americana e da qual S.M. o Imperador fez presente ao Sr. Correia de Melo". Compoem-se a obra de trinta e nove volumes e é carinhosamente conservada na biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas, seu autor é Carlos Frederico Filipe von Martius.

Dia 26, pela manhã, Sua Majestade deixou seu paço e, depois de uma visita à Matriz Nova, seguiu para a fazenda Sete Quedas onde almoçou. O almoço foi servido em baixela de porcelana francesa, cujas peças estavam gravadas com o nome da fazenda, "Sete Quedas".

Na comitiva imperial, durante o almoço, previu-se a concessão de baronato ao anfitrião, sugerindo alguém para esta concessão, o título de Barão de Sete Quedas, que não foi aproveitado, instituindo-se de Barão de Indaiatuba, concedido em 16 de fevereiro de 1876. Depois do almoço, do elegante paço sede da fazenda, Sua Majestade continuou a viagem e as observações de interesse do seu Império, e voltou a Campinas para o jantar.

Após o jantar, recepção com a nova presença solicitada de Correia de Melo, presentes mais, a Baronesa de Campinas (depois Viscondessa) (50) o Barão de Três Rios (depois Marquês) (51), o Barão

de Atibaia (29) e outros, para, no dia seguinte, visitar o Imperador as estradas de ferro em construção, Paulista e Mojiana, pernoitando em Moji Mirim, em casa de José Guedes de Sousa, futuro Barão de Pirapitingui (32), e voltar a Campinas para o almoço e retornar à capital.

A 14 de Setembro de 1878 (34), nova visita de Suas Majestades recebeu Campinas. Foi hospedeiro imperial o mesmo Joaquim Bonifácio de Amaral, agora Barão de Indaiatuba pelo decreto de 16 de fevereiro de 1876. Tendo o Imperador um objetivo especial pelo desenvolvimento das comunicações ferroviárias, já no mesmo dia de sua chegada, após o almoço, seguiu em visita às estradas de ferro em construção. Dom Pedro regressou a Campinas no dia 17; visitou a cidade, voltou à Matriz Nova com observação demorada de suas primorosas obras de talha, e referências a seu bondoso anfitrião nestas duas visitas; concedeu-lhe nova distinção, elevando-o a Visconde de Indaiatuba pelo decreto de 19 de julho de 1879 (39).

O VISCONDE DE INDAIATUBA

Foi pela metade do século dezenove que Joaquim Bonifácio do Amaral, futuro Visconde de Indaiatuba, iniciou seus trabalhos para a vinda do braço livre europeu, para a sua fazenda Sete Quedas, em Campinas.

Trinta e oito anos antes da Lei Áurea, já este preclaro paulista punha em execução medida altamente benéfica ao país, intensamente caridosa, de elevada visão econômico-social, e acauteladora de uma crise inevitável que se faria sentir com a abolição radical em um só ato com se fêz. Se em 1852 cogitassem os nossos governos de seguir as medidas tomadas pelo Visconde de Indaiatuba, de adotá-las e de promover uma abolição paulatina, ter-se-ia poupado o escravo liberto mais cedo, adestrando-o para trabalho livre, evitando a depressão econômica ocasionada pelo treze de maio.

O Visconde foi em Campinas o pioneiro da colonização européia de nossa lavoura; este homem teve seguidores (37) mas foi o primeiro a provar, em Campinas, a excelência do braço livre, o valor social da imigração que viria extinguir a escravatura, em normalidade de evolução econômica condizente com os interesses nacionais e harmônica com o sentimento brasileiro.

Não se exaltou, ainda, como merece, a ação do Visconde de Indaiatuba que, no ambiente particular dos seus negócios, aventurou-se a uma modalidade de trabalho agrícola, humana, prudente e

esclarecida, não apenas como realização particular, mas que poderia ter constituído um patriótico e sábio programa de governo ministerial.

Já haveria, como hoje vemos entre políticos, por receio, uma subordinação de interesses coletivos a interesses eleitorais; um temor do político em abraçar a causa da libertação, de desgostar cabos e eleitores, sacrificando a coletividade para não reduzir seu eleitorado. E não escaparam desta debilidade, o partido e propagandistas republicanos.

A esplêndida fazenda Sete Quedas do Visconde de Indaítuba, ex-engenho de açúcar, acolheu as primeiras famílias de imigrantes europeus; foi o palco das primeiras lutas de adaptação e o ambiente de fixação que se consolidou dando o exemplo para futuras levadas imigratórias que vieram ^{para} permitir a ampliação dos trabalhos para alargamento da cultura do café, que, ainda com escravos, partiu de Campinas e Itu, e com braço livre conquistou a maior parte do solo paulista de produção agrícola.

Fundou o Visconde a primeira colônia estrangeira em sua fazenda Sete Quedas, em 1852; com seguidores, o braço livre entrou em Campinas para não mais sair, e para se estender avolumando as correntes imigratórias, em 1870 subvencionadas pelo Governo e em franco desenvolvimento.

Era o Visconde um homem culto e batalhador. Lavrador de berço como filho e neto de lavradores, na agricultura mostrou sua inteligência e capacidade de direção, assim como, em chefia política e de administração pública. E o seu memorando sobre o início de sua colonização desde 1852, demonstra seu saber e sua visão de homem prático e bem orientado, não só na guerra que sofreu das autoridades alemãs e de seus representantes no Brasil, como no seu trabalho que tanto trabalho e tanto sofrimento lhe custou. Foi este Memorando publicado em 1952, do qual transcrevemos:

"Desde 1852, iniciei a colonização na minha fazenda Sete Quedas, neste município, com braços estrangeiros alemães, sem ter um pé de café.

Colonizar, portanto, em tais condições, não era por certo contar-se com bons auspícios.

Porém, por isso mesmo, me é grato recordar e afirmar que, em conjuntura tão precária, aquele ensaio de colonização foi coroado pelos mais felizes resultados.

Mas, então, não havia cônsul aqui.

Nesse tempo adotei o contrato de parceria, que era

Esta espécie, mais que outra qualquer, requer a maior confiança do colono, porque este, depois da colheita, perde toda a fiscalização, durante o benefício do café, e só meses depois receberá o produto líquido do seu trabalho. 42

Não obstante, devo dizer que com aquele ensaio tirei a prova da excelência da colonização, quer em relação ao interesse do fazendeiro, quer no tocante à felicidade dos colonos.

No primeiro ano, lutei com dificuldades, porque pouco trabalharam e fizeram exigências repetidas e algumas delas inatendíveis.

Isso, porém, era devido à desconfiança que todos e de todas as procedências trazem e só perdem depois que conhecem o fazendeiro, findo o tirocínio do primeiro ano.

O fato, pois, não me arrefeceu: a realidade, pelo contrário, confortou-me, e eu felicitei o meu país, julgando o seu futuro econômico preso àquela mesma cadeia de felicidade que experimentei.

De todos esses colonos não sei de algum que deixasse de sair da colônia, findos os contratos, sem, um, dois, três e quatro contos de reis. Com esses bons recursos, tornaram-se na maior parte lavradores, outros proprietários e outros negociantes: todos felizes, sendo de notar-se que alguns deles, depois que saíram, propuseram-se a voltar, e outros vieram a instar comigo para receber suas sobras a juro módico.

As prevenções de princípio sucedeu-se a mais plena cordialidade, a mais ilimitada confiança.

Em 1870, depois que preparei cafezais para recebê-los em maior escala, tentei a recolonização, apoiado nas recomendações escritas que aqueles antigos colonos espontaneamente ofereceram, e fui à Europa, ao norte da Alemanha, Holstein.

Encontrei toda facilidade da parte dos colonos, devida aos créditos da minha primeira colônia.

Trouxe duzentos estrangeiros, e não mais por causa da quadra climatérica que esta província atravessava.

Em 1873 pedi nova remessa deles e a mesmíssima facilidade encontrei nos trabalhadores do campo.

Porém os obstáculos e as medidas violentas do governo alemão, ao ponto de fazerem voltar para suas casas imigrantes já embarcados nas estradas de ferro, impediram a vinda dos que foram pedidos.

43

Com essa falta, consideráveis prejuízos sofreu, sendo um deles o proveniente da compra de algumas dezenas de escravos para salvar os cafezais de uma fazenda, comprada na cidade de Amparo em fins de 1873, onde não havia braços de qualquer espécie.

Decorreram os anos de 74 e 75.

Em novembro de 1876, não podendo mais contar com os colonos de Holstein; recolhi dez famílias, vindas de Blumenau, que se ofereceram, e, em virtude de suas instâncias, foram contratadas por meu diretor.

Em Dezembro do mesmo ano atirei minhas vistas para o Tirol, e para isso auxiliiei-me da empresa de Joaquim Caetano Pinto Júnior & Cia.

Em meado de 1877, recebi mais ou menos cinquenta lombardos, contratados na capital desta província.

Em 31 de Agosto e 27 de Setembro do mesmo ano, recebi mais cerca de trezentos e cinquenta tirolezes, em famílias grandes e laboriosas.

Até que chegassem à colônia, tive de vencer dificuldades opostas, na corte e na capital desta província por falsos amigos dos colonos, cuja intervenção só atribui à propaganda fomentada pelos governos estrangeiros, por meio de seus representantes no Brasil ³⁴
(13).

Foi o Barão João Tiago Von Tshudi, de 1860 a 1866, ministro da Suíça no Brasil, com especial missão de visitar as fazendas que haviam recebido imigrantes europeus. Esteve em Campinas e, das várias fazendas que visitou, anotou cuidadosa referência à propriedade de Joaquim Bonifácio do Amaral, afirmando:

"A fazenda Sete Quedas possui uma colônia verdadeira - mente modelar. Todas as famílias, provenientes do Holstein, já tinham satisfeito seus compromissos anos atrás e trabalhavam sob o regime de participação da safra. Todos estavam satisfeitos, o que explica terem renovado seus contratos de parceria. Suas casas eram agradáveis, tanto pelo aspecto que revelava conforto e limpeza, como pela situação. Cada família possuía de 8 a 10 suínos, algumas vacas e, quase sempre, um cavalo. Cultivavam muitos produtos agrícolas, mormente batatas, que vendiam em Campinas; fabricavam manteiga e queijo, e cultivavam a apicultura. Um deles possuía 118 colméias, de construção muito simples, mas extremamente eficientes. Mas nem por isso negligenciaram o cafezal, que se encontrava em ótimas condições".

regi. de m. m. l. m. m. m.

Sete Quedas é a mais evidente prova da grande vantagem que o sistema de parceria oferece aos colonos" (13). 44

De amistosas relações com o Imperador Dom Pedro II, hospedou-o por duas vezes, e a Imperatriz, anotando Sua Majestade em seu diário de viagem, ter visitado a "Fazenda 7 Quedas." Vi. as casas dos colonos. Parecem prosperar, sistema de parceria. Conversa longa com Joaquim Bonifácio do Amaral sobre a Colônia. Ele sustenta acerrimamente esse sistema. As máquinas Lidgerwod para café estão muito bem montadas e são movidas pela água do ribeirão 7 quedas. Almoço" (14).

Liberal, teve o visconde destacada atuação, a começar pelo movimento de 1842, achando-se, com seu irmão Carlos, no combate de Venda Grande, já incluído no rol dos responsáveis, como Antonio Manuel Teixeira, Reginaldo de Moraes Sales, os irmãos Teixeira Nogueira e outros, aos quais se ligava por idealismo político e amizade pessoal, além de uma atuação brilhante e permanente na política liberal da província, tornando-se chefe prestigioso em Campinas.

A participação política, se acresceu a participação na vida econômica de Campinas. Ocupou cargos públicos de relevo nos âmbitos municipal e provincial, cooperando ativamente em comentários de riqueza e progresso, como fundação de estradas de ferro, de entidades de melhoramentos da cidade, do Colégio Culto à Ciência de tão destacado valor na história campinense, da construção da Catedral, compondo, ainda, o corpo de colaboradores ativos da Imprensa da cidade, em altas indagações de elevado valor para Campinas.

Filho de José Rodrigues Ferraz do Amaral e de Dona Ana Matilde de Almeida Pacheco, nasceu o Visconde em Campinas, onde foi batizado:

"Joaquim - Aos dez de setembro de mil oitocentos e quinze, nesta Matriz de São Carlos, batizou e pôs os Santos Óleos o Reverendo Coadjutor Jacinto José Pereira, a Joaquim, de oito dias filho do Tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral e de sua mulher Dona Ana Matilde Pacheco de Almeida: padrinhos Pedro Domingues e Dona Maria, filhos solteiros do Capitão Antônio de Almeida Leite fregueses de Itu e os mais desta freguesia" (a) O Vigário Joaquim José Gomes (15).

Casou-se o Visconde em Campinas, na capela do sobrado de Felisberto Pinto Tavares, a 24 de Junho de 1839, com sua sobrinha Dona Ana Guilhermina do Amaral Pompeu, Viscondessa de Inda'atuba.

*continua no mesmo livro e
continua a mesma*

filha de Antônio Pompeu de Camargo e de Dona Teresa Miquelina do Amaral, estes casados a 28 de dezembro de 1823 ³⁸ (~~18~~). Recebeu o Viscende a comenda de Cavaleiro e Oficial da Ordem da Rosa, e os títulos de Barão e Visconde de Indaiatuba. Faleceu em sua cidade natal a 6 de novembro de 1884, e a Viscondessa em São Paulo a 7 de dezembro de 1897. Foram seus filhos ³⁹ (~~17~~):

1. Alberto Pompeu do Amaral, falecido solteiro, com vinte anos.
2. Dona Elisma Pompeu do Amaral, casada com Antônio Egídio de Sousa Aranha, filho da Viscondessa de Campinas.
3. Dona Otília Pompeu do Amaral, falecida solteira.
4. Dona Ismênia Pompeu do Amaral, falecida solteira.
5. Dona Olívia Pompeu do Amaral, falecida solteira.
6. Otaviano Pompeu do Amaral, casado, com geração.
7. Urbano Pompeu do Amaral, falecido solteiro.
8. Dona Júlia Pompeu do Amaral, falecida solteira.
9. Fausto Pompeu do Amaral, falecido solteiro.
10. Dona Albertina Pompeu do Amaral, falecida solteira.
11. Dona Gessi Pompeu do Amaral, casada com Augusto de Sousa Queirós, filho dos Barões de Sousa Queirós.

Descendia o Visconde de velha gente paulista, cujos antepassados de apelidos Amaral e Gurgel, estavam estabelecidos em São Paulo desde o século dezessete, vindos do Rio de Janeiro. E vamos, agora, pela genealogia, buscar seus mais remotos antepassados Gurgel e Amaral, com especial procura sobre a origem do primeiro, de seu signo heráldico, e relato de vida de alguns que compõem sua ascendência, a seguir, em "Amarais nas Cadeiras do Ouvidor".

(Da tese aprovada pelo Congresso de História do Segundo Reinado, comemorativo do sesquicentenário de nascimento de Dom Pedro II, em 1975; publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Anais do Congresso acima, Comissão de Genealogia e Heráldica, págs. 91 a 141).

AMARAIS NAS CADEIRAS DO OUVIDOR

Numa revivescência de velhos hábitos, objetos tricentenários nos trazem recordações caras com valiosas minúcias que nos falam, mas que falam multiplicando detalhes, enriquecendo a história e valorizando a recordação. Então, quem os conserva deve-lhes o registro literal que perpetua descritivamente a memória que representam.

Herdados de uma cadeia de antepassados, chegam a exigir a perpetuidade de um histórico, como esforço de sobrevivência em bibliotecas, e com a nobre função de servir aos que buscam o passado de nossa gente, dos lares antigos, dos hábitos que marcaram época passada da vida familiar, no centro urbano ou no formoso viver campestre.

Trezentos anos distantes, duas mobílias exigem uma recordação de interesse histórico mas, especialmente para o autor, de caráter afetivo, ao sentir, no madeiro encourado, zelo e carinho de avoengos, guardiães da tradição familiar e conservadores de memórias caras dos que transmitiram a vida que se repete com o multiplicar de gerações.

São memórias da meninice quando um avô, em torno de uma mesa de jantar, repetia para netos ávidos de conhecimentos, fatos familiares de antanho, grandiosos para o pequeno ambiente que se constituía de um pequeno núcleo familiar da cidade, mas que entre seus membros se tornava ^{maior} por ter história, ter tradição, ter amor ao lar com a sua variada, sua multiforme composição de minúcias.

Mas quem quer historiar não se pode omitir na transformação do que é somente tradição, em história documentada, impondo, assim, a verdade como fundamento de seu relato. Para isto tivemos em mãos os inventários de bens deixados por Bento do Amaral da Silva, o ouvidor interino de São Paulo, e o de sua mulher, Escolástica de Godói, ambos no Arquivo Público do Estado, e outros de descendentes deste casal, em tabelionatos de Itu e de Capivari, ^{de São Paulo} graças a boa vontade do diretor e funcionários do Arquivo, ^{dos arcos} de tabeliães procurados, e de outras autoridades amigas que nos honraram com sua atenção.)

* Gostaríamos de agradecer a boa vontade do Diretor e funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, dos tabeliães procurados e de outras autoridades amigas que nos honraram com sua atenção.

De terras produtivas, teve esta fazenda um anterior proprietário, Afonso Sardinha, personalidade de grande evidência na vida da capitania, e de quem vários historiadores trataram.

"Foi Afonso Sardinha o primeiro que teve em São Paulo trapiches de açúcar, de que pagava ~~dizitas~~ grandes direitos ao Rei, na sua fazenda de cultura no sítio de Ubatatá junto do rio Jurubatuba (que agora se diz Rio dos Pinheiros) em 1607, e nesse tempo teve de sesmaria mais terras e matos correndo o rio abaixo, desde o lugar da aldeia dos Pinheiros" (40). "Das minas de Santa Fé e Jaraguá extraiu tanto ouro, que, quando faleceu, declarou no seu testamento possuir 80 mil cruzados em ouro em pó" (41), diz Azevedo Marques.

"Aos 30 de setembro de 1592, Afonso Sardinha é eleito pelos "Homens Bons" e oficiais da Câmara de São Paulo, capitão da segunda guerra contra os selvagens do sertão" (42), como assegura Aureliano Leite.

E Roger Bastide, tratando da escravatura negra, escreveu: "Só podemos ter certeza quanto ao aparecimento do primeiro africano em São Paulo a partir de Afonso Sardinha, o qual tinha um ^{na} navio fazendo o roteiro de Angola. E esse aparecimento liga-se à primeira tentativa de mineração em São Paulo (minas do Jaraguá) e não à cultura da terra, como no Nordeste" (43).

Valemo-nos agora de Afonso d'Escragnole Taunay: "Grande comerciante e capitalista, grande proprietário e lavrador, mineirava ouro no Jaraguá, fabricava e exportava marmelada, a ponto de poder fornecer, de uma remessa, com caixotes, e negociava grandes partidas de farinha, sal e açúcar" (44). "Os Pinheiros onde assistia o creio da época Afonso Sardinha" (45). "Em seu testamento narra Afonso Sardinha que à África portuguesa mandara o sobrinho Gregório Francisco buscar escravos "peças do gentio de Guiné" (46).

Sua casa rural era a atual "Casa do Bandeirante" que antes da retificação do rio Pinheiros estava junto à sua margem direita (47), construção de taipa; possuía outra nesta fazenda, de pau-a-pique, certamente fora de terras alcançadas pelas enchentes, e que figura no inventário de ~~xxx~~ Escolástica de Godói. Da cidade a esta fazenda, era fluvial o transporte com embarque no sopé da ladeira do Carmo, segundo Adolfo Augusto Pinto, no embarcadouro do Tamanduateí; "então o Porto geral da povoação"; navegando-se rio abaixo até a confluência com o Tietê, no qual "rio acima, alcançava-se a Conceição dos Guarulhos, São Miguel e Itaquaquecetuba. Navegando o rio para baixo, ~~xxxxxx~~ tocava-se primeiro no sítio de Nossa Senhora da Esperança, com aldeamento fundado por Manuel

Desde a primeira metade do século dezesseis, vinha o Brasil sendo campo de incursões dos franceses interessados em comerciar com pau-brasil, burlando a legislação e a vigilância da metrópole portuguesa. Historia Simonsem¹², que a "França, muito mais populosa que Portugal, apresentava nessa época, com suas indústrias nascentes, um mercado fértil não só para as madeiras tintoriais, como para as especiarias. Daí, as investidas dos Franceses ao comércio com os indígenas do Brasil. Não disputando a terra aos autóctones, procuravam ^{agradá-los} quanto possível, por intermédio de hábeis intérpretes, que ali deixavam, facilitando a obtenção dos produtos que ambicionavam" (24).

Relata Jean de Léry¹³, que "nas índias pertencentes ao rei de Portugal ex veteri occupatione, não deseja este rivais, nem mesmo que as costas sejam visitadas por súditos de potências estrangeiras. Os normandos, bretões e picardenses que estiveram no Brasil, foram muito hostilizados, o que deu margem a amargas representações da França contra Portugal", os quais visitavam "Cabo Frio, enseada e porto dos mais conhecidos dos navegadores franceses". (25).

Latif, em seu trabalho sobre a cidade do Rio, diz: "continuam os mercadores franceses tranquilamente a visitar a região"... "Querem apenas comerciar"... "Os marinheiros normandos e bretões voltam sem grandes tesouros, mas tornam-se heróis do grande oceano"... "No cais de Saint-Malo e do Havre, todos querem se inteirar das novidades e cercam os lobos do mar" (26).

Conta Silva Leme¹⁵ seguindo Pedro Taques, o primeiro a historiar a prisão de Gurgel, que na repressão à uma dessas incursões, o capitão João de Sousa Pereira Botafogo se destacou, como "este Botafogo era destemido e de reconhecida nobreza, foi feito capitão de uma das canoas e mandado a Cabo Frio a impedir o contrato de pau-brasil em que os franceses estavam comerciando. Foi tão feliz nessa empresa que, pelejando com valor e ousadia com os franceses, conseguiu vencê-los, fazendo prisioneiro, entre outros, a Tucen Gurgel cabo de toda a armada, valoroso francês, que foi levado ao Rio de Janeiro e foi o tronco dos Amarais Gurgeis daquela cidade, e que depois se espalharam em São Paulo". (27).

O local, Cabo Frio, e o posto de Gurgel, condizem com o ensino do historiador João Ribeiro¹⁶ sobre o feito dos portugueses no governo de Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro até 1570; tomaram eles em Cabo Frio, uma nau francesa de "duzentos toneis", com esquadilha de canoas, curiosa organização adotada pelos portugueses, "extremamente móveis, invenção dos selvagens" "que operavam com êxito à noite, quase sem vulto e só percebidas pelo inimigo tardiamente". (28)

A prisão de Gurgel estará, portanto, em torno destes fatos, em ligação com estes nomes, mas em época incerta (1564, diz Roque Luís de Macedo Leme da Câmara) (56). Devemos distinguir os navegantes franceses católicos, comerciantes de pau-brasil em Cabo Frio, dos calvinistas que quiseram criar sua colônia no Brasil; estes quando prisioneiros, não eram poupados. (57).

Vieira Fazenda (58) diz que Gurgel faleceu antes de 1631 com mais de oitenta anos; Rheingantz (59) afirmando que ele nasceu no Havre, fixa sua morte em 1625. Aceitando-se esta última data é a idade de oitenta e dois anos, haveria de ter nascido em 1543; se foi preso com 27 anos como diz Fazenda, esta prisão ter-se-ia dado em 1570, o que corrobora com o relato de João Ribeiro. Casou-se Gurgel em 1598, com 55 anos, e a noiva talvez com 20 como era hábito na antiguidade; é o que se pode concluir das afirmativas e da documentação.

Diz Heitor Gurgel (60) sem indicar o fundamento de sua afirmativa, que Toussaint recebeu de um padre as idéias calvinistas; não cremos que ele se tenha tornado calvinista, pois então não teria escapado à pena máxima e, igualmente, ele protestante, em época de acirrada paixão religiosa, não se teria casado em nobre família da terra, gente profundamente católica; não teria batizado os filhos como consta dos arquivos religiosos e não teria um filho, netos e mais descendentes, sacerdotes católicos. Assim admitimos que ele tivesse sido encarregado do comércio de pau-brasil, como muitos franceses que não eram os criadores da França antártica.

Gurgel prisioneiro, entendeu-se bem com os seus vencedores, casando-se com brasileira para se tornar o tronco da velha e vasta estirpe de Amaral Gurgel, apelidos ambos de origem nobre, sem o que não teria transmitido, só por linha feminina, estes nomes, superando a influência dos demais, perpetuando-os e espalhando-os com grande descendência.

Gurgel, que tem o seu prenome citado de várias formas: Tassem, Tacem, Toussem, Touvem, (Toussaint, diz Vieira Fazenda), mas invariavelmente e por todos os historiadores, o francês de alcunha e nacionalidade, viveu no Rio de Janeiro, segundo, ainda, Vieira Fazenda e Afrânio Peixoto:

"Mau grado a vigilância dos Governadores, continuavam os franceses a fazer em Cabo Frio o contrabando de pau-brasil. Um certo Toussaint Gurgel, foi apanhado em flagrante e preso por João de Sousa Pereira Botafogo. Gurgel fixou residência nesta cidade. Residia na rua do Gadelha (Ouvidor), do lado direito, acima do beco de Francisco Barreto (hoje das Cancelas), com fundos para a rua de Domingos Manuel (Rosário). Faleceu antes de 1631. Fora casado com D. Domingas de Arão Amaral. Teve muitos descendentes, que se espalharam por vários pontos do Brasil" (61).

Gurgel, como francês e como fidalgo, transmitiu brasão de armas a seus descendentes; assim, deveria ter em França família ~~xxxk~~

conhecida. Buscando identidade de nomes e de armas, demos em Rietstap, ^{francês} LXXVI, com os de Gourgues que ostentam em campo azul um leão de ouro, estirpe também registrada por de La Chenaye-Desbois et Bardier em seu "Dictionnaire de La Noblesse", com os componentes Dominique de Gourgues falecido em 1593 (²³ ~~1593~~), notável em feitos de guerra marítima; Marc-Antoine de Gourgues, Armand-Guillaume-François de Gourgues, todos com o símbolo de sua família, "d'azur, ao lion d'or, armé et lampassé de gules".

E o nosso Gurgel, o Francês, com seu leão por armas, seria de um ramo da estirpe dos de Gourgues, apelido que, pela impossibilidade de pronúncia perfeita pelo povo, derivou para Gurgel, tendo passado pelas formas aportuguesadas de Gurgué (com é aberto), Gurgé e, finalmente, Gurgel, talvez concorde com o desejo do portador do nome, pois muitos nobres, então, procuravam esconder sua origem, na época e na terra da promiscuidade pela sobrevivência e enriquecimento. Se Gurgel fosse o seu primitivo nome, a pronúncia francesa o teria transformado em Guirgel e não em Gurgel que deveria ter a raiz Gour, como indica o relato de Heitor Gurgel (²⁴ ~~1792~~) sobre Aires Joaquim do Amatal, do ramo de Moçambique, que ao se casar com a francesa Denise Rogierre, mudou a grafia do seu apelido para Gourgelt, assim como o i^{nc}confidente Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, exilado ainda em Moçambique onde chegou em 1792, lá deixando descendentes de apelido "Gourgel". Com outra aparente origem, não se identificam brasão e apelido conjuntamente.

Sanches de Baena (²⁵ ~~1792~~) dá início à família Gurgel em Cláudio Gurgel, dizendo que pelo seu irmão José passou ao Brasil. Inversamente deve ser historiada, pois ^{de} formou-se no Brasil com origem francesa e depois passou a Portugal; no Brasil cresceu, espalhou-se, engrandeceu-se para ter hoje eminentes figuras de projeção das mais ilustres na vida do país.

Não caberia em nosso trabalho maior desenvolvimento na descendência do casal tronco Amaral Gurgel, trabalho genealógico que se tornaria vastíssimo, já que esta família alongou seus ramos por todo o Brasil, com brilho invulgar de muitos deles; Amaral Gurgel espalhou-se pelo país e hoje, com surpresa, vamos encontrá-lo onde menos esperamos registrar seus descendentes.

Pequena referência permite aquilatar o vigor desta estirpe nascida do casal Toussaint-Domingas; segundo autores e as cartas de brasão que citamos, foram suas filhas: Mécia de Arão Gurgel casada com José Nunes da Silva; Ângela de Arão do Amaral casada com João Batista Jordão; e Antônia do Amaral casada com João de Azevedo Rocha. Mas as obras de Heitor Gurgel e Carlos G. Rheingantz, precedidas de buscas, nos facultam os nomes de seis filhas e um filho que se fez padre; das filhas ficou numerosa descendência, perpetuando, mesmo pelas linhas femininas, os apelidos de Amaral Gurgel.

Amaral Gurgel é nome que se gravou no berço do Rio de Janeiro; seu signo de família transpôs umbrais da casa paterna para se espalhar pelo Brasil, buscar longínquas paragens onde se repetisse o eco de sua grandeza e firmasse pendões de patriotismo, de benemerência, de talento, de cultura e de civilização; engrandecido nas praias maravilhosas da Guanabara, passou a São Paulo com Bento do Amaral da Silva, filho de José Nunes da Silva e de Mécia de Arão Gurgel; neto paterno de Antônio Nunes da Silva e de Maria Jordão; neto materno Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, por quem foi bisneto de Antônio Diogo do Amaral e de Micaela de Jesus de Arão.

Como eram os velhos hábitos das preocupações genealógicas, os apelidos mais nobres prevaleciam na descendência sem cogitação das linhas masculinas ou femininas, uma vez que a legislação portuguesa as considerava com os mesmos direitos para transmissão da nobreza. Dos troncos citados, perpetuaram-se os apelidos Gurgel e Amaral, com alguma repetição de Arão, numa afirmativa incontestante do valor nobiliárquico deles, multiplicados e espalhados pela descendência que os elevou, especialmente os dois primeiros apelidos, a altos níveis entre as famílias brasileiras.

Dos Gurgéis, já tratamos antes; Amaral é nome de tradição da gente de Portugal, sempre a elevar os seus portadores de linha legítima; mas o bisavô de Bento do Amaral da Silva, Antônio Diogo do Amaral, era casado com Dona Micaela de Jesus de Arão. Este último apelido, de Arão, foi objeto de várias conjecturas dos genealogistas do Rio de Janeiro, Heitor Gurgel e Carlos G. Reingantz. O primeiro, Heitor Gurgel, perde-se em indagações sobre a origem do nome, se Daran não provém de um parentesco com Nicolau Durand (65).

Não nos parece haver dúvida de que Daran e de Arão, significam estropiamentos do apelido de Aran; entendemos que o nome primitivo era de Aran, como disse o segundo Cláudio Gurgel do Amaral, procurador da cidade de Lisboa, que era letrado (66); nome de família que teria sido adquirido de propriedade situada em vale espanhol, na fronteira da França, região que tem o nome Aran. O apelido de família se tornou de Aran e, aportuguesando-se, d'Aran, Daran e de Arão, usando os escrivães dos assentamentos, ora uma forma, ora outra, em igualdade de transformações sofridas por outros nomes

como de Antas que passou a d'Antas e Dantas. Tendo Micaela de Jesus de Arão uma possível origem vizinha da França, seria este um motivo para atrair Toussaint e, a nosso ver, sem nenhum parentesco com Durand e com outros invasores do Rio de Janeiro.

Bento do Amaral da Silva, depois de enriquecer mineirando ouro, fixou-se em São Paulo. Sobre ele pesou uma acusação injusta de Pedro Taques, avô materno do genealogista homônimo, acusação que não prevaleceu, pois teria Bento do Amaral obtido reparação que o beneficiou em seguida, isto em face das apreciações deixadas por historiadores de mérito, que não lhe regatearam elogios. Tais acusações teriam sido baseadas na singularidade do nome Bento do Amaral, usado multiplicadamente na família, com pequenas diferenciações, muitas vezes esquecidas. Bento do Amaral da Silva e seu irmão Francisco do Amaral Gurgel, eram primos de outros dois irmãos, Bento do Amaral Coutinho e Francisco do Amaral Coutinho.

Pedro Calmon²⁸ ensina que Bento do Amaral Coutinho é o Bento do Capão da Traição e o herói contra os franceses (⁶⁷~~28~~). Em sua recente obra, Heitor Gurgel e Edelweis Amaral,²⁹ discorrem afirmando: "os numerosos documentos, inclusive o registro de Cartas de 1700 a 1712, do Arquivo Ultramarino, consultado anos a fio, exaustivamente, pelo criterioso historiador S. Suanes para escrever sua alentada obra OS EMBOABAS, dizem a uma voce que o indigitado autor da lendária mortandade (o adjetivo é nosso) do Capão da Traição chamava-se Bento do Amaral Coutinho, o mesmo que depois ajudou a defender o Rio de Janeiro dos franceses invasores. Além de Suanes, os historiadores João Ribeiro, Rocha Pombo, Manuel Galant, Jonatas Serrano e o Barão do Rio Branco, entre outros, afirmam que o autor da chacina e o defensor do Rio de Janeiro foram uma única pessoa e que se chamou Bento do Amaral Coutinho" (⁶⁹~~29~~).

Bento do Amaral da Silva se casou e se fez tronco dos Amaraes Gurgéis paulistas que se espalharam pelo Estado, na começar pela capital, por Itu, de onde procuraram as terras novas de Campinas que adolecia. Como em outros locais, souberam continuar o nome herdado. Para Frei Adalberto Ortmann OFM, ao historiar a "Capela de São Francisco em São Paulo", era o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral da Silva, "político vigoroso e pertinaz", "insigne ben-

feitor do convento de São Francisco, merecendo sepultura perpétua para si e seus descendentes na igreja conventual, do cruzeiro para dentro, debaixo da lâmpada", "troço ilustre dos Amaraes Gurgeis paulistas", que se "filhou à Ordem Terceira no fim da vida nela professando com sua mulher Escolástica de Godói, no dia de Santa Rosa de Viterbo, 4 de outubro de 1714". E este mesmo autor reproduz afirmativa de Diogo de Vasconcelos para quem "o ouvidor geral interino da capitania de São Paulo foi o descobridor das minas de Caeté".³⁰
(~~20~~) (69)

Amaraes Gurgeis

disobediência, por ser "descobridor das minas de São Paulo" (31).
"Foi o ouvidor e corregedor da capitania de São Paulo, por ausência do proprietário, o desembar-
gador João Saraiva de Carvalho. Teve grande tratamento igual ao fun-
do do seu cabedal. A sua casa foi servida com numerosa escravatura,
criados mulatos, todos calçados, bons cavalos de estrebria, ricos
jaezes, excelentes móveis de prata e ouro e sendo bastantemente
avultadas as baixelas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas. Ti-
nha passado às Minas Gerais no princípio da grandeza e fertilidade
do seu descobrimento, e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal,
que soube empregar em fazendas de cultura para o tratamento que te-
ve de pessoa tão distinta. A sua fazenda foi no sítio de Emboaçava,
margens entre o rio Tietê e Pinheiros" (31).

56

Para Pedro Taques,³¹ o fidalgo genealogista de São Pau-
lo, neto homônimo do acusador de Bento do Amaral da Silva, era o
sargento-mor "natural do Rio de Janeiro, da nobre família dos Ama-
rais Gurgeis daquela capitania, onde sua distinção e nobreza é
assaz conhecida, e continua a sua descendência em avultadas casas
e senhores de engenho da dita cidade" (...). "Foi o ouvidor e corregedor
da capitania de São Paulo, por ausência do proprietário, o desembar-
gador João Saraiva de Carvalho. Teve grande tratamento igual ao fun-
do do seu cabedal. A sua casa foi servida com numerosa escravatura,
criados mulatos, todos calçados, bons cavalos de estrebria, ricos
jaezes, excelentes móveis de prata e ouro e sendo bastantemente
avultadas as baixelas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas. Ti-
nha passado às Minas Gerais no princípio da grandeza e fertilidade
do seu descobrimento, e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal,
que soube empregar em fazendas de cultura para o tratamento que te-
ve de pessoa tão distinta. A sua fazenda foi no sítio de Emboaçava,
margens entre o rio Tietê e Pinheiros" (31).

De Bento do Amaral da Silva, diz Azevedo Marques:
"natural do Rio de Janeiro e morador em São Paulo, filho do Coronel
José Nunes do Amaral (32) e de Dona Mécia de Arão Gurgel, foi
cidadão muito considerado por suas excelentes qualidades e pela
notável fortuna que adquiriu nas Minas Gerais, onde residiu alguns
anos. Em São Paulo exerceu lugares importantes, como os de juiz, ou-
vidor e corregedor, por mais de uma vez. Retirando-se depois à vi-
da privada, estabeleceu a rica fazenda denominada Emboaçava nas mar-
gens entre os rios Tietê e Pinheiros" (33).

Enquanto Silva Leme³⁴ na sua monumental obra genealó-
gica repete que Bento do Amaral da Silva "tinha passado às Minas
Gerais no princípio da grandeza e fertilidade de seu descobrimento

e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal que soube empregar⁵⁷ em fazendas de cultura para tratamento que teve de pessoa tão distinta" (⁷³~~27~~), Afonso d'Escragnole Taunay³⁵ o inclui entre os "povoadores notáveis dos primeiros anos da mineração no território das Minas ⁷⁴~~6~~ Gerais" (~~28~~).

Como residência, mais de uma casa possuía o sargento-mor; a de São Paulo, localizada à frente da igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, na rua deste nome, era de taipa de pilão como as boas construções da época, de dois lanços (⁷⁵~~29~~), sendo um de sobrado com duas camarinhas, corredor, salas e demais cômodos, vasto quintal até a rua dos fundos, murado também de taipa e dividindo com o capitão Amador Bueno da Veiga e ~~Isabel~~ Isabel Pedroso. Na fazenda do Emboaçava (⁷⁶~~37~~), entre os rios Tietê e Pinheiros, possuía sua casa rural (³⁸~~38~~) com capela, altar e pedra d'ara, muitas imagens de santos de sua devoção, propriedade incluída, ao falecer o sargento-mor, na meação da viúva que dela continuou usufruindo até finar-se aos 6 de novembro de 1736 (⁷⁷~~39~~).

Seu mobiliário era faustoso na simplicidade da vida paulista do século ^{XVII}dezessete e alvorecer do século ^{XVIII}dezoito: salas com bufetes de jacarandá, com pés torneados, molduras e gavetas; doze tamboretas (⁴⁰~~40~~), ou cadeiras, de couro lavrado, ^{com} de pregadura e maçanetas douradas, ostentando nos espaldares os brasões d'armas do rico senhor; caixas de vinhático com gavetas e fechaduras com guarnições; outros bufetes, tudo feito na Bahia que era a capital do bom gosto e das manufaturas de requinte e luxo. Mais outros bufetes de jacarandá com gavetas; mais doze tamboretas, ou cadeiras, de couro lavrado, com espaldares também armoriados e de pregadura miúda "feitos na terra", o que quer dizer, feitos em São Paulo; outras caixas com fechaduras; toalhas de mesa de pano fino e guardanapos; coxins de damasco carmesim e veludo vermelho; cortinas de damasco vermelho forrado de tafetá amarelo com seus alamares; tapetes de Arraiolos e espelho com molduras de jacarandá.

Suas câmaras e alcovas não desmentiam a riqueza do fidalgo, com leitos de jacarandá torneados feitos na Bahia e com cortinados de primavera (⁴⁸⁰~~41~~) "arrendados de prata"; colchas de damasco

vermelho e ouro guarnecidas com tafetá; colchas de chamalote azul, lençóis de linho; colchões de lã e grandes almofadas arrendadas; caires de jacarandá torneado ou "feitos na terra" e toalhas "de água a mão arrendadas".

E todo este acervo de móveis ^{o qual} tinha seu modelo em Portugal ^{XVII} - era mobiliário português do século dezessete, como ensinava Wasth Rodrigues: ⁴² "entendemos que se pode dizer mobiliário luso-brasileiro, mas não estilo luso-brasileiro, à semelhança de estilo indo-português, uma vez que não houve no Brasil uma contribuição equivalente à da Índia. O estilo português foi adotado no Brasil com a máxima fidelidade, poucas peças existindo entre nós que não tenham irmã gêmea em Portugal". "Dominava então em Portugal a cadeira com espaldar e assento de sola lavrada, a mesa de grossos torneados, os contadores de molduras tremidas ou de ornamentação indiana, as caixas ou arcas já com guarnições de tremidos e bela ferragem recortada e vazada à maneira mudéjar ou em desenho oriental" ⁸¹ (~~82~~).

Para a esposa tinha Bento do Amaral o palanquim ⁸² (~~83~~) pintado, guarnecido de cortinas de seda vermelha forradas de tafetá carmesim com seus alamares, palanquim em uso até a morte da viúva. Todo o luxo continuava no guarda-roupa do sargento-mor fidalgo, com casaca de veludo forrada de primavera azul com ramos brancos e calça de veludo; ⁴⁴ ~~vestia~~ ⁸³ (~~84~~) de brocado branco guarnecida de ouro; casaca de pano pardo; capa, casaca e calça com ~~vestia~~ ⁸⁴ de seda; capa, calça e ~~vestia~~ ⁸⁵ de seda, tudo com golas de ouro; e mais adornos sem faltar a cabeleira de estilo e a espada de punho de prata.

Muito ouro, muita prataria, vários imóveis rurais, armas, numerosa escravatura e criados, "todos calçados", peças de administração ⁸⁴ (~~85~~), animais cavalares com ricos jaezes e numerosas éguas de criar, muares, gado vacuum, inúmeras dívidas ativas e nenhuma passiva, compunham sua vultosa fortuna, verdadeira fábula para a pacata cidadezinha que era o modesto São Paulo. ⁸⁵

Tamboretes, Bufetes e Tapeçarias
TAMBORETES, BUFETES E TAPEÇARIAS

Com duas dúzias de tamboretes, como se descreve no inventário, notamos nos seus arrolamentos a falta de cadeiras. Não as possuiria o rico ouvidor geral? Por algum tempo percorremos a literatura histórica sobre nossa vida nos séculos dezessete e dezoito, mas só novas leituras do próprio inventário chegaram a nos fazer duvidar do significado do termo tamborete, parecendo-nos estranho que homem tão rico não possuísse cadeiras e usasse em sua casa vinte e quatro tamboretes, designação que se poderia aplicar a pequenos bancos como hoje se designam, mas que no inventário vêm avaliados por altíssimo preço em confronto com outros valores da época. Mais uma estranheza está na descrição de doze tamboretes "com pregadura e maçanetas douradas".

Não estaria em nível da época o valor dado aos tamboretes na avaliação, se objetivasse pequenos assentos: os doze mais antigos valiam, cada um, dois mil réis, e os mais novos quatro mil réis por unidade, isto em 1719. Tal observação se completa, comparando-se estes valores com os comentados por Afonso d'Escragnole Taunay,⁴⁶ de bens deixados por Sebastião Fernandes do Rego, em 1740:

(20):

"magnífico mobiliário se descreve no rol compreendendo peças de primeira ordem, de altíssimo preço para o tempo"(...)

"Assim, por exemplo: Hua dúzia de cadeyras grandes de encosto de sola lavrada com pregão dourado em bom uso que foi vista e avaliada em três mil e duzentos réis".^{(46) 85}

Se em 1740, de "magnífico mobiliário", "peças de primeira ordem", eram cadeiras avaliadas em três mil e duzentos réis cada uma, como admitir pequenos bancos, em 1719, valendo dois e quatro mil réis cada um? Não resta dúvida⁴⁷ que cadeiras rasas de couro lavrado, sem braços, eram chamados tamboretes, como nos confirma um dicionarista. E valemo-nos de Frei Domingos Vieira, de seu "Tesouro da Língua Portuguesa"^{47 86}, utilizando seguramente o que pertence ao frade, uma vez que, à evidência, distingue-se-lhe a redação das letras adventícias, possibilitando o aproveitamento do seu saber de arcaísmos. Tamborete para este filólogo é "cadeira rasa, sem braços; tem espaldar à diferença dos mochos, que são rasos de braços e espaldares". Podemos entender que o ouvidor usava, no luxo de sua casa, vinte e quatro cadeiras, ou "doze tamboretes feitos na terra, com pregadura miúda e algum uso" e mais "doze tamboretes feitos na Bahia, com pregadura e maçanetas douradas".

O maior uso das doze primeiras cadeiras "feitas na terra", é evidente no desgaste da travessa horizontal anterior que servia de suporte para os pés de quem nelas se assentava, e ainda o

59
maior desgaste no couro do assento, bem visíveis na figura. As doze cadeiras feitas na Bahia, possuíam, conforme inventário, maçanetas douradas, desaparecidas e substituídas por botões de madeira de época, indiscutivelmente, menos afastada, como se constata em atento exame. Na forma já exposta, do tipo destas feitas na Bahia, não só o ouvidor as usava, pois nas coleções da Cúria Metropolitana de São Paulo e do Museu Paulista, encontramos mais outras, de idêntico estilo e época, brasonadas ou não, do luxo contemporâneo.

Deixando os tamboretos pelos bufetes (ou bofetes como diziam os avaliadores de antanho) podemos registrar o que, ainda vigoroso nos seus noventa anos de idade, contava o nosso parente Roberto de Campos Bicudo, de seu avô e nosso bisavô, Pedro de Mello e Sousa, fazendeiro em Indaiatuba, falecido em 1899, para quem se não usava habitualmente o vocábulo mesa; em sua casa só havia bufetes, o que indica a generalização do nome às mesas comuns de hoje; no inventário de D. Maria Pacheco de Sousa Meneses, ou "Maria Pacheca", em 1767, foram avaliados "bofetes redondos".

Mas, vinha este nome de dois e mais séculos passados, quando tais móveis se caracterizavam pelos torneados e tremidos; e o ouvidor os possuía finíssimos: um de "jacarandá, com quatro gavetas com fechaduras", "de pés torneados e molduras", de oitenta palmos de comprimento, (ou seja um metro e sessenta e seis centímetros), feito na Bahia e avaliado por 25\$000; outro também de jacarandá, de sete palmos de comprimento, (ou um metro e cinquenta e quatro centímetros, com duas gavetas; um terceiro ainda de jacarandá e com duas gavetas e igual comprimento de um metro e cinquenta e quatro centímetros, e, finalmente, mais um bufete de jacarandá do qual não encontramos descrição detalhada. Para tais bufetes, tinha as "toalhas de mesa de pano fino".

*Sobre este móvel nos ensina Adolfo Morales de Los Rios Filho*⁴⁸
"O bufete, que é uma mesa de mais amplas proporções, constitui também uma peça muito interessante. A forma é a retangular, as dimensões são duplas das de uma mesa ordinária. Os tremidos dominam na caixa; fazendo-se notar, dessa forma, no rebordo da tampa e nos espelhos e molduras das gavetas", "com seis e oito pernas primorosamente trabalhadas" ⁸⁷

É o que sobre este móvel nos ensina Adolfo Morales de Los Rios Filho. E Alexandre Herculano, o grande clássico e historiador português, confirma a terminologia da época neste relato elegante:

"Em uma quadra das que serviam de aposentos reais no mosteiro da Batalha, à roda de um bufete de carvalho de lavor antigo, cujos pés, torneados em linha espiral, eram travados por uma espécie de escabelos, que pelos topos se embebia neles, estavam assentadas várias personagens daquelas com quem o leitor já tratou nos antecedentes capítulos. Eram D. João I, Frei Lourenço Lampreia e o procurador Frei Joane. El-rei estava à cabeceira da mesa e no topo fronteiro o prior, tendo

à sua direita Frei Joane".) "Em cima do bufete estava estendi-
do um grande rolo de pergaminho, no qual todos os olhos dos
circunstantes se fitavam". ~~88~~ 88 60

Percorrendo inventários contemporâneos ao sargen-
to-mor ouvidor, e anteriores, raramente encontramos referências a me-
sas. Sobram, entretanto, as toalhas "de mesa", as "sobre-mesas" que
eram também cobertas de mesas, e os bufetes comuns nos usos seiscent-
tistas e século seguinte ~~89~~ 89 50

Com referência aos tapetes de Arraiolos, adornos
luxuosos e caros do potentado paulista, é Júlio Dantas⁵¹ quem nos
esclarece para fazermos juízo sobre os que possuía o ouvidor:

"A curiosa exposição do Carmo, veia, ainda uma vez, chamar a
atenção dos arqueólogos". "Estão ali representadas todas as
épocas e todas as formas da produção tapeceira de Arraiolos:
os primitivos tapetes de sobre-arca da indústria caseira do
século XVII, floridos de motivos ingênuos e populares; as
sumptuosas peças eruditas de 1700, de caráter acentuadamente
persa" ~~90~~ 90 48

Pelo início do século, havia em casa de antiga família paulista, uma cadeira diferente do mobiliário, toda de couro, assento e espaldar inteiriços, lavrados com desenhos e folhagens, impressionando a curiosidade infantil pelas suas características próprias. As "pessoas grandes" da casa ensinavam, e exigiam, mesmo, respeitoso cuidado ao móvel vetusto; tinha sido de avoengos e constituía venerável tradição de família; havia transcorrido vidas de vários possuidores, todos da mesma estirpe, para ser ali estimada em casa patriarcal cujo chefe mantinha ilibados os dotes de caráter e dignidade, herdados dos seus maiores e por ele cultivados na aspiração de transmitir aos seus descendentes o próprio "de puritate sanguinis", indissoluvelmente ligado, para a perpetuidade, à pureza dos princípios morais. Era uma das cadeiras do ouvidor que hoje já tem percorrido sete gerações e maior número de possuidores, ostentando em nobre espaldar, o mais antigo exemplar armórico dos Amarais Gurgéis do São Paulo capitania, lavrado na riqueza de folhagens e arabescos com arte e maestria, em solado próprio, para a perpetuação da família, ora espalhada por todo o Brasil com feitos históricos, realizações beneméritas, laureis de ciência e louros acadêmicos, sublimação religiosa, lustre dos mais caros entre as velhas e grandes famílias brasileiras.

A cadeira, cognominada, entre familiares, "cadeira do Ouvidor", pela sua origem, ou "cadeira do Padre Melchior", é puro século dezessete: a parte de madeira, de jacarandá, foi aparelhada a enxó, o que indica ter sido feita onde a marcenaria se aperfeiçoara, na época, como muitas artes, pelo profundo amor ao trabalho pelo próprio trabalho, pela dedicação do artífice que punha toda a alma na sua obra, lutando, porém, com a indigência de ferramentas apropriadas e aperfeiçoadas.

As peças da cadeira, encaixadas e que se seguram com as tradicionais cavilhas, são simples e lisas como permitiam os recursos locais, constituindo o arcabouço destinado a suportar o couro lavrado no qual se concentrou o gosto artístico e toda a decoração do móvel. O assento e espaldar de couro lavrado, com tachas douradas, se a parte de madeira é uma armação lisa, são eles de fino labor de artista hábil, trabalhados com arte e exuberância de graciosos detalhes que pela generalização vieram a empolgar a sensibilidade artística dos habitantes de Portugal e de suas províncias de ultramar. Era uma das cadeiras "feitas na terra com pregadura miuda e algum uso" ou um dos tamboretos, como disseram os louvados no inventário.

O couro lavrado desta cadeira, pela perfeição e bom gosto, afigura obra do Reino; seria, então, apuramento do maior luxo exibido no Brasil. Porém, em São Paulo, em meados do seiscentismo, já havia produção de tais obras de arte, como nos conta Taunay, citando o inventário de Pedro Fernandes, processado em 1653:



2

Cadeira brasonada feita na Bahia, com armas de Gurgel e de Amaral,
na (Coleção do Museu de Arte Sacra de São Paulo).

62
~~avaliado em 320 1937~~ "Diz o arrolamento de sua oficina que aplicava arrumações de cadeiras de estado, dispondo de instrumentos, numerosos e variados, para a lavragem dos respectivos couros".

O luxo das peças feitas em São Paulo daria lugar a maior luxo nos móveis feitos na Bahia, como também em suas casas usava o rico filho do "poverello" de Assis. E da documentação aqui citada apuramos que duas eram as mobílias de sala do sargento-mor ouvidor, compostas, cada uma, de doze cadeiras de couro, ou tamboretas na linguagem da época. Doze feitas na Bahia "com pregadura e maçanetas douradas" e "doze feitas na terra com pregadura miúda e algum uso". Destas doze "feitas na terra", já descritas, existem duas; seu trabalho em couro, muito perfeito, é de mais gosto, porém menos delicado que as doze feitas na Bahia, cuja lavragem é de labor finíssimo; são mais amplas nos seus assentos, de espaldares baixos também brasonados, diferindo das primeiras, especialmente na menor altura dos encostos e nas dimensões que se avantajam em largura e profundidade, início de uma tendência característica das cadeiras do tempo de D. João V e, portanto, na época, mais modernas que as suas congêneres paulistanas.

Todas as cadeiras ostentam os brasões d'armas dos Amarais Gurgeis, como se um só modelo tivesse servido aos diferentes artistas quando gravaram a pala dos Gurgeis, dando esta circunstância um consolidado valor probante aos documentos armóricos que tais móveis significam. O brasão de Amaral gravado erradamente (só pela metade) na mobília "feita na terra", foi corrigido na de confecção baiana, com os seis crescentes.

Observando-se o elmo nas duas cadeiras, vê-se perfeitamente que está aberto e que tem suas guarnições, certamente de ouro, da mais antiga nobreza, até aos ombros da armadura. A abertura e as guarnições que atestam nobreza antiga, documentam nossas afirmativas.

A existência hoje destas cadeiras do Sargento-mor Bento do Amaral da Silva, deve-se a cuidados de particulares em cujas mãos se conservam duas das feitas na terra; uma, feita na Bahia, pertence ao acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, todas identificáveis pelos detalhes descritos no processo de inventário, e pelo brasão gravado no espaldar, sendo que as "feitas na terra" nunca deixaram a propriedade de descendentes do Sargento-mor Ouvidor.

A heráldica portuguesa, esplendente nos reinados de Dom João III e de Dom Manuel, e sempre na finalidade de simbolizar a nobreza, atravessou anos e gerações, da ostentação dos torneios de outras eras, a brilhar em portadas e mobiliários com efeito decorativo que se enriquecia na opulência dos atributos armóricos, para nos dar preciosos documentos de arte e simbologia. Dos poucos móveis do seiscentismo, chegados até nós, impressiona a proporção das peças brasonadas, indicando, bem claramente, como já dissemos, o cuidado dos nobres em representar suas origens com a reprodução armórica. Então, já enriquecidos ramos cadetes de famílias nobres, que sem fortuna haviam deixado os seus lares europeus, geralmente território do glorioso Portugal, estadeavam o seu luxo adornando suas moradas com o uso de símbolos heráldicos gravados como nos saudosos solares paternos de tradição e nobreza. Assim, peças armoriadas do seiscentismo, atestando o fausto de casas nobres, enriquecem uma história familiar e centralizam relatos que, de avós em avós, chegam a nossos tempos.

Ao fazer a leitura do brasão estampado nestes móveis seculares, damos com o escudo partido para a perpetuidade de símbolos de duas estirpes: 1º o dos Gurgeis, 2º o dos Amarais disposições que representam ou a varolinidade ou a importância da ascendência. Das armas dos Amarais reproduzidas só pela metade na mobília paulista, erro comum de artistas antigos que executavam a partição do escudo estendendo-a ao brasão a ser reproduzido, nada temos a dizer, sem embargo da curiosa forma dos crescentes invertidos e com pitorescos perfis humanos da velha e ingenua representação gráfica das meias luas. A iconografia do brasão dos Gurgeis, porém, exige alguma explanação, mesmo por ser a heráldica pouco versada em nosso país.

A principal figura do brasão de Gurgel é o leão rampante, contrariando armoriais luso-brasileiros que a indicam como leopardo passante. E nenhuma dúvida oferecem os desenhos, nenhuma confusão possível com um leopardo, figuras distintas de forma inconcussa na universal legislação heráldica.

Em Portugal e, portanto, no Brasil, pela palavra abalizada de Armando de Matos, se esclarece que leão "não se representa de frente, mas de perfil, seja qual for a posição que tomar, enquanto leopardo sempre se representa com a cabeça de frente".

(Em França, para onde ainda vamos voltar a nossa atenção, P. B. Gheusi ensina que "le léopard est un lion modifié en quelques-uns de ses attributs essentiels. Il a toujours la tête de face et laisse pendre sa langue sur la lèvre inférieure, n'en relevant légèrement que la pointe", enquanto dá para o leão, como característico imutável, "la tête de profil".

Da mesma procedência, Gourdon de Genouillac nos afirma que "le lion n'est représenté de que profil - le leopard de face" ⁹⁵, como também proclamam de Lausanne os heraldistas Galbreath e de Vevey: ⁵⁷ "un lion ayant la tête tournée de face s'appelle un léopard" ⁹⁶.

Pela origem dos Gurgeis, à qual já nos referimos, citamos primeiramente especialistas franceses, sem desdenhar os espanhóis que na mesma trilha seguem com suas afirmações em palavras de Alberto Y Arturo Carraffa: ⁵⁸ "los leopardos se diferencian de los leones en tres cosas esenciales" (...) "en que los leopardos tienen la cabeza de frente, mostrando los dos ojos, en lugar de uno como los leones que la tienen de perfil" ⁹⁷. E ainda em palavras de A. de Armengol Y de Ferreira: ⁵⁹ "es de notar que en blason los leopardos se ponen con la cabeza siempre de frente, viendoseles los dos ojos, e diferencia de los leones, que se colocan de perfil, mostrando solo un ojo" ⁹⁸.

Mesmo na heráldica inglesa que difere das latinas, a distinção entre leão e leopardo tem os mesmos característicos, dizendo-se que o leopardo "c'est tout simplement un lion don la tête est tarée de face", como afirma A. Guerin-Segueir ⁶⁰ ⁹⁹ apoiado por Iain Moncreiffe e Don Pottinger ⁶¹ que dizem: "lions guardant (looking towards you) become leopards" ¹⁰⁰.

Questão inteiramente fora de qualquer controvérsia, não admitiria dúvidas na leitura do brasão das cadeiras cujo desenho reproduz o leão de perfil e ainda, com meridiana clareza, linguado em traços indeléveis.

Rampante é o leão das cadeiras, no ensinar de Santos Ferreira, "firmado nas patas trazeiras, tendo as dianteiras levantadas na direção do ângulo direito do chefe" ¹⁰¹; acompanham-no as "jumelles" em banda, peça que se não encontra na armaria portuguesa (gêminas), mas usada em França e na Espanha (gemelas). Os Brueys de Saint-André, velha família francesa, trazem-na em seu brasão que se assemelha, pelas figuras, às armas dos Gurgeis reproduzidas nas cadeiras, "d'or au lion de gueules (la queune leopardée) armé et lampassé de sable, une jumelle d'argent remplie d'azur brochante, ambrassé des deux pattes devant du lion".

Os velhos móveis nos dão o leão, as "jumelles" ou gêminas e, em chefe, a flor de lis, o formoso ornamento de Luís VII de França, largamente reproduzido com muito encanto na heráldica de países latinos.

Como diz Santos Ferreira, ⁶³ "a flor de lis também tem sido usada como diferença, quer de per si, quer sobre a brica". E falando das diferenças, acrescenta que "a mais comum é, sem dúvida, a brica" (...) "seguem-se-lhe a almofada ou coxim, o anel, o cardo, o cisne, o crescente, a estrela, o ferrão, a flor de lis", "colocadas na primeira quarta parte do primeiro cantão do escudo que é o seu lugar clássico. mas se este lugar está ocupado por outra peça, coloca-

-se a diferença no meio do chefe" ¹⁰² ~~65~~ 65

^{Esclarece-nos ainda mais} Mais nos esclarece o Conde de São Payo (Dom Antônio) ⁶⁴ em sua brilhante comunicação ao Congresso de Heráldica e Genealogia Nobiliárquica, quando afirma ser a diferença "geralmente escolhida entre o trifólio, o quadrifólio, o farpão, o crescente, a estrela, a flor de lis" colocada, ou no canto esquerdo do chefe, ou no centro do chefe, caso chocasse com alguma peça já lá existente, ou "ficasse prejudicada a estética do brasão" ¹⁰³ (64) (o grifo é nosso).

Que a flor de lis do brasão das cadeiras seja uma diferença, não é absurdo admitir-se. A origem da família é francesa, é da pátria da heráldica flor de lis; outros membros da família, como Cláudio Gurgel do Amaral, requerendo e obtendo armas em 1705, quando a heráldica portuguesa ainda não registrara armas dos Gurgeis, obteve as dos Amarais tendo por diferença "uma meia brica sanguinha com uma flor de lis de prata", isto é, usando a mesma possível diferença usada no brasão do primo-irmão, o ouvidor Bento do Amaral da Silva.

Quanto ao significado das diferenças, quer a flor de lis do brasão das cadeiras, quer a da carta de Cláudio Gurgel, poder-se-ia concluir uma origem varonil para Gurgel e linha materna para Amaral, conforme o direito heráldico português e a colocação dos brasões nas cadeiras, pela sua época, século ^{XVII} dezessete, obedientes ao velho "Regimento da Armaria".

Conforme as cartas adiante citadas, o brasão de Gurgel só entrou para a armaria portuguesa em 1769, registrado pelo Rei de Armas Portugal; seu uso, entretanto, documentadamente data-va de um século atrás ou de maior tempo, pois já havia dois séculos que os Gurgeis estavam estabelecidos como família luso-brasileira.

Sobre estas armas, recorrendo-se a brasonários portugueses, (encontrar-se-á) ^{uma} imprecisão caracterizando as descrições dos tratadistas, como se faltasse, às afirmativas, segurança de conhecimento. Cronologicamente apelamos para Vilas Boas e Sampaio, que, pela época do seu trabalho, não registram armas dos Gurgeis e Gorjões para só descrever^{em} as de Galhardos nestas palavras: "Dom João III as deu a Zuzarte Soares Galhardo no ano de 1529", "em campo vermelho um leopardo passante e à ilharga da cabeça uma flor de lis do mesmo em chefe; timbre o mesmo leão" ¹⁰⁴

Enquanto este velho armorial nos dá um leopardo passante e por timbre o mesmo leão, Sanches de Baena, confirmando para Gurgel as armas de Gorjão, diz, categoricamente: "em campo vermelho um leão de ouro" ¹⁰⁵ (não diz passante) com uma flor de lis do mesmo metal acima (e não à ilharga) da cabeça; timbre o mesmo leão. As figuras descritas por um e outro heraldista, entende-se como passantes, por ser esta a sua habitual postura ¹⁰⁶; mas fica-nos clara a divergência entre leopardo e leão no primeiro e leão no segundo; entre ilharga e acima da cabeça, expressão esta mais adequada e mais precisa a leão rampante, e aquela a passante.

Volvendo a Santos Ferreira, vemos em seu armorial descrição a nos dizer: "de vermelho, com um leopardo de ouro encimado por uma flor de lis do mesmo. Timbre - O leopardo do escudo" ¹⁰⁷. No desenho seu, porém, da página 51, volume II, reproduz no timbre o leopardo diferente do leopardo do escudo, denotando imprecisão, como se hesitasse entre o leão e o leopardo, dúvida que se não reflète nos seus desenhos dos brasões de Damião Dias e de Ribeira, no mesmo armorial. ¹⁰⁸

Ora, o que nós vemos nos mais antigos documentos heráldicos dos Gurgeis, - as cadeiras seiscentistas aqui reproduzidas, anteriores ao registro destas armas e aos armoriais portugueses, é o leão rampante e "une jumelle", discordando da identificação destas armas com as de Gorjão e Galhardos, estas últimas concedidas em 1529, quando já existiam em uso as armas dos Gurgeis, mais antigas que as suas semelhantes portuguesas; convencemo-nos, assim, de terem os Gurgeis o leão rampante com as gêmeas entre as patas, e por diferença a flor de lis em chefe.

67

Robustece esta nossa convicção, uma outorga do Rei de Armas do Império, Luís Aleixo Boulanger, francês de nascimento, mais professor de desenho que heraldista, possivelmente autor de composições de mercês novas que muitas vezes eram apresentadas pelos próprios requerentes, outorga feita a um Gurgel. Em cartório da nossa nobreza imperial, aos 27 de setembro de 1856, livro VI, fls. 31, foram registradas armas de mercê nova ao comendador José Luís Campos do Amaral, também Gurgel. ⁷⁰ [redacted] ¹⁰⁹; e sendo mercê nova, não lhe poderia ser concedido o elmo de prata aberto guarnecido de ouro, como foi, o que, para nós, denota solução encontrada por Boulanger, em casos sucessórios de brasões, mas carecentes de documentação comprobatória de direito de sucessão.

As armas então concedidas são, exatamente, as gravadas nas velhas cadeiras aqui tratadas, "em campo azul um leão de ouro rampante, armado de goles e tendo nas mãos um caduceu de prata", modificadas, apenas, na troca das gêmeas pelo caduceu. Admitimos que o agraciado ⁷¹ [redacted] ¹¹⁰ tenha ⁷² [redacted] ¹¹¹ valido de algum exemplar de armas de seus antepassados, sem poder provar o seu direito à sucessão ⁷³ [redacted] ¹¹², conseguindo a mercê nova como solução. O mesmo se fez em concessões de armas dos Alvarengas de São Paulo, como discutimos em pequena tese publicada em 1937 ⁷⁴ [redacted] ¹¹³. Aquela mercê nova vem indicar os metais e os esmaltes do nosso móvel iconográfico e encaminhar os Gurgeis para um entroncamento de estirpe francesa, de igual brasão, pelo que já historiamos a origem desta gente.

A mais velha carta de brasão de Amaral concedida a um Amaral Gurgel, é a de Cláudio Gurgel do Amaral, data^{da} de sete de abril de 1705, e consta da pública-forma passada por tabelião de Itu aos 15 de novembro de 1851. Sobrinho do primeiro Cláudio, existiu o segundo Cláudio que foi procurador da cidade de Lisboa, e fidalgo da Casa Real; mas nos interessa o primeiro do nome, o que obteve a carta de brasão. Afrânio Peixoto fundando-se em Vieira Fazenda, nos diz da vida deste primeiro Cláudio no Rio de Janeiro:

"Em 1682 sentou praça Cláudio do Amaral Grugel, servindo até 86. Pelos governadores Pedro Gomes, Duarte Teixeira Chaves e João Fur- tado de Mendonça foi provido nos cargos de provedor da Coroa e Fa- zenda Real e pelo governador Sebastião de Castro Caldas, no de provedor da Fazenda Real, juiz da Alfândega e contador dela. Tam- bém ao tempo foi juiz vereador e escrivão da Câmara. Teria mérito para tanto. Atuou contra Franceses arribados e suspeitos. Em 83 irmão da Misericórdia, foi mordomo dos presos, escrivão e provedor de 1703 a 1705. Foi doutor pelo título que lhe dão e, enviuvando, tomou ordens já avançado em idade. Os haveres da família conside- ráveis. De desavenças contra parciais de grupos contrários na ci- dade, atacado por populares em emboscada, recebeu ferimentos de que veio a falecer na Santa Casa. Vieira Fazenda que dá estas informações, não soube se de fato foi enterrado na Glória, como quisera, por condição imposta na doação" 112

Sobre o morro da Glória, conta Mello Moraes Filho, ~~que "aquela mo- tanha que se agigantava, coubera em partilha a José Rangel de Macedo, em seguida a seu filho Francisco Rangel, mais tarde ao capitão Gabriel da Rocha Freire, e d'este possuidor, consta da escritura que temos a vista, passara por compra ao Dr. Cláudio Gurgel do Amaral, que em 20 de julho de 1699 a cedeu em patrimônio a Nossa Senhora da Glória"~~ 113

E Afrânio Peixoto ainda esclarece que "a escritura de doação do Dr. Cláudio Grugel do Amaral de 20 de junho de 1699, do Morro da Glória à Irmandade de N. S. da Glória acrescenta ao patrimônio da Santa, as terras que adquirira em 18 de fevereiro de 1687, que consistiam em 100 braças na Praia da Carioca". "Em 1703, o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque nomeava capitão da fortaleza da Carioca ou da Glória, o Dr. Cláudio Gurgel do Amaral". 114

Este primeiro Cláudio, mais tarde faleceu em qua-рто particular da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Citamos a carta de brasão que existe, por pública-forma mandada tirar em cartório de Itu pelo historiador-médico Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, e conservada pelo seu neto homônimo, também historiador de mérito, que nos presenteou com uma fotocópia da mesma. Poderíamos, assim, reproduzi-la em seus termos integrais, o que não fazemos por já estar ~~ela~~ publicada na Revista do Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo, volume IX, página 622. A concessão desta primeira carta conhecida, de brasão de Amaral, data de Lisboa, sete de abril de mil setecentos e cinco, cinquenta anos antes de ~~(se destruir)~~, pelo terremoto, o cartório da Nobreza.

A segunda carta de brasão de Amaral, foi outorgada em 1760 a Francisco Carvalho da Cunha e Amaral ~~75~~¹¹⁴, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor da Vila de Parati, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, foi concedida a terceira carta, a José Viana do Amaral Rocha ~~76~~¹¹⁵, natural da mesma cidade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo; e, em 1769, a quarta carta, a Francisco do Amaral Gurgel ~~77~~¹¹⁶, senhor do engenho de Santo Antônio do Rio Fundo, o primeiro Amaral Gurgel a obter em Portugal o brasão de Gurgel, concessão que perpetuou em erro estas armas, igualando-as a outras já existentes, como forma simplista de fugir a investigações mais profundas. Depois destas, João da Costa Barros Rocha do Amaral ~~78~~¹¹⁷, obteve a quinta carta, esquartelando as armas dos Amaraes com as de outras ascendências, em 1802.

Assim, juntamos aqui a história de ~~xxxx~~ pequenas peças armoriadas, concluindo quanto à origem dos Gurgéis, especialmente estudada pelos dois autores que se dedicaram a tal pesquisa. Nosso estudo da iconografia heráldica da família aponta uma nova origem que nos parece de melhor fundamento. A concessão pelo Império do Brasil, de brasão nitidamente privativo dos de Gourgues, só se justifica por uma comum origem para esta e aquela estirpe. Não encontramos outra explicação para a aceitação pelo nosso Rei de Armas, de brasão idêntico ^{no} a existente em França, para membros de uma família de origem francesa, sem que os próprios requerentes não tivessem apresentado exemplar antigo que herdaram, oferecendo para registro em cartório da nova pátria. Na falta de provas de sucessão, foram concedidas como mercê nova acompanhadas dos signos de nobreza antiga, significados no elmo de prata aberto guarnecido de ouro. E as mobílias de Bento do Amaral da Silva, vêm em nosso favor para dizermos que Gurgéis, ^{no} em França, eram de Gourgues.

Nasceu o ouvidor Bento do Amaral da Silva no Rio de Janeiro, em cuja Sé foi batizado aos 3 de abril de 1647. Neto de Tousseint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, pertencia à nobre família que se notabilizou pela posição, pelos cargos ocupados e pela fortuna. Passou às minas buscando ouro e perlustrando suas terras e filões, até juntar grandes haveres. Rico, fixou-se em São Paulo onde viveu pacificamente em seu meio, até aos setenta e dois anos de idade, quando faleceu aos 2 de junho de 1719.

Não temos dúvida em aceitar Parnaíba, Estado de São Paulo, como a terra onde se casou [redacted] ¹¹⁸ pelos anos de 1694, pois em 1692 ainda era solteiro. Na mesma vila nasceu sua esposa, assim como o primeiro filho do casal, em 1695; havia estabelecido sua residência na cidade de São Paulo onde se manteve em grande estado, onde ocupou altos cargos e onde faleceu [redacted] ¹¹⁹ deixando a família na abastança. Sua esposa, Escolástica de Godói, era filha de Antônio de Godói Moreira, sertanista que por prestar grandes serviços à Coroa em descobertas de minas [redacted] ¹²⁰, teve a honra de receber carta de agradecimento firmada pelo próprio punho del-rei Dom Pedro II, em 1698.

Os Godóis eram fidalgos com brasão de armas, descendentes de nobre castelhano que passou a São Paulo no domínio de Castela, constituindo família ilustre pelos seus feitos de homens públicos, bandeirantes e ocupados em muitos campos de atividade. A mãe de Escolástica de Godói, Ana de Lima e Moraes, maior número de fidalgos contava entre seus avós, pois era filha do capitão Guilherme Pompeu de Almeida, capitão-mor da vila de Parnaíba, fundador da capela de Nossa Senhora da Conceição do Voturuna, que dotou com ricos ornamentos e vultoso patrimônio, cuja administração instituiu para o seu filho padre, o creso paulista e seu homônimo, com sucessor em seu genro Antônio de Godói Moreira.

Escolástica de Godói, viúva, conservou em sua meação a grande fazenda do Emboaçava para continuar no fausto da vida com o primeiro marido. Fez o seu testamento com longas declarações de fé e recomendação de bens de alma; declarou ter sido casada em primeiras núpcias com o sargento-mor Bento do Amaral da Silva de quem teve onze filhos, "seis machos e cinco fêmeas" [redacted] ¹²¹. Não poderia, porém, viúva tão rica se ter livrado de novos candidatos e, assim, deixou-se agradar por um fidalgo vindo para estas terras de mãos vazias, e o desposou, tornando-se a senhora do sargento-mor José Pinto de Mesquita e Castro, hábil no gastar e que, falecida Escolástica de Godói aos 6 de novembro de 1736, já sofria no ano seguinte, um mandado de penhora de seus bens. Deste casal ficou um filho.

Como já vimos, o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral

70

da Silva possuía duas mobílias, de doze cadeiras cada uma. A mais nova feita na Bahia, com pregaduras e maçanetas douradas, da qual identificamos uma de propriedade do Museu de Arte Sacra de São Paulo, mobília que Bento do Amaral deixou em uso na capital, permanecendo em poder da viúva Escolástica até sua morte em 1736, quando em processo de inventário de seus bens ¹²², foi arrematada pelo herdeiro licenciado Manuel Bezerra Cavalcante, casado com Mécia Gurgel do Amaral ¹²³. A mobília mais velha, já com "algum uso" no falecimento do proprietário, "feita na terra", coube ao filho primogênito capitão José do Amaral Gurgel, do seiscentismo à proximidade de nossos dias, ^{teve} descendentes que por ela zelassem até ser dividida por volta de 1869, como vai historiado à vista de inventários e outros documentos que confirmam a tradição.

O capitão José do Amaral Gurgel, primogênito do ouvidor, nasceu em Parnaíba onde foi batizado em 1695; depois de residir em São Paulo com os pais, ainda solteiro mudou-se para Itua cuidar de sua sesmaria e ser senhor de engenho ¹²⁴, para lá transportando a mobília paulistana herdada do pai. Em Itu, aos 23 de maio de 1730, casou-se na matriz de Nossa Senhora da Candelária ¹²⁵, com Escolástica de Arruda Leite Ferraz, filha do capitão Pedro Dias Leite, dos Lemes antigos da capitania, e de Antônia de Arruda, dos Arrudas, Botelhos e São Paio ¹²⁶, famílias das mais distintas de São Paulo. Foi o casamento testemunhado pelo então sargento-mór João de Mello do Rego e pelo capitão-mór Manuel de São Paio Pacheco, ambos da mais alta nobreza da terra. Todos, nubentes e testemunhas, fidalgos de brasão de armas. Foram seus filhos:

1. José de Arruda Gurgel, casado duas vezes, a primeira em Itu no ano de 1758, e a segunda em Sorocaba no ano de 1768.
2. Rita de Arruda Gurgel, casada em Itu em 1761.
3. Vicente Férrer do Amaral, que continua. *nas páginas seguintes*
4. Antônio do Amaral Gurgel, casado em Itu em 1761.
5. Maria do Amaral, falecida solteira.
6. Ana do Amaral, casada em Itu em 1752, com José Pais de Campos.
7. Antônia de Arruda, casada em Itu em 1761, com Bento Leme César.
8. Teresa de Jesus Amaral, casada em Itu em 1767, com Antônio Rodrigues Leite de São Paio; são os avós paternos do Visconde de Indaítuba.
9. Joaquim do Amaral Gurgel.

José do Amaral Gurgel foi o primeiro juiz ordinário de Itu ¹²⁷, onde passou sua vida e onde faleceu com mais de setenta anos de idade, legando a mobília que recebera do pai, a seu filho Vicente Férrer do Amaral. E para bem assegurar a identificação do móvel icônográfico que alicerça nossas conclusões, continuaremos nas gerações que o possuíram.

71

Nasceu Vicente Férrer do Amaral em Itu, mas foi batizado na Sé de São Paulo a 9 de julho de 1735, tendo por padrinhos a sua avó paterna Escolástica de Godói e o seu tio paterno Guilherme do Amaral Gurgel. Sempre residiu em Itu, em cuja matriz de Nossa Senhora da Candelária casou-se a [redacted] 11 de dezembro de 1769, com Brígida Soares de Camargo, nascida e batizada na Vila de Cotia, aos 3 de março de 1754, filha de Inácio Soares de Barros e de Marta Maria de Camargo Lima, por quem trouxe sangue dos célebres Camargos da Capitania.

Vicente Férrer, como o pai, foi senhor de engenho, homem de posses, tinha várias propriedades agrícolas, animais, escravatura e "uma morada de casas no pátio da Matriz", de dois lados [redacted] 128, de taipa de pilão, confinando com casas do capitão Inácio Xavier Pais de Campos e de Agostinha Rodrigues Bueno. Na sala principal desta casa, usava a mobília brasonada [redacted] que pertencera a seu avô paterno. Do seu casamento teve os filhos:

1. Ana do Amaral Gurgel (1771) casada em Itu em 1797 com o tenente João Manuel Gil Ferreira, de quem foi segunda mulher.
2. Maria do Amaral Gurgel (1773) casada depois de 1809 com o guarda-mor Manuel José Vaz Botelho, de quem, também, foi segunda mulher.
3. Antônia de Pádua do Amaral (1775) casada em Itu, em 1797, com o tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio.
4. José, falecido na infância (1776).
5. Padre Melchior de Pontes do Amaral (1777).
6. João Evangelista do Amaral (1778), casado em Porto Feliz, em 1802 com Gertrudes do Amaral Campos.
7. Brígida Soares de Camargo (1781) falecida solteira.
8. Gertrudes Soares de Camargo (1785) casada em 1801, em Itu, com o Capitão José Inácio de Camargo Penteado.
9. Francisca Soares do Amaral (1788) falecida solteira.
10. Capitão Boaventura do Amaral Camargo (1789) mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842.
11. Bernarda (1790) falecida na infância.
12. Tomás José do Amaral Gurgel (1791), casado em Campinas em 1815 com Maria da Lapa Barbosa.

Dos filhos homens do casal, o mais velho, Melchior, ao se fazer sacerdote, para o que deveria instituir um patrimônio como exigiam, então, os cânones da Igreja, teve-o feito por Vicente Férrer e sua mulher, instituindo este patrimônio aos 24 de novembro de 1805, constante da casa do pátio da matriz de Itu, casa que, com a velha mobília brasonada, passou, depois da morte de Vicente Férrer do Amaral, em 23 de julho de 1812, a pertencer ao filho padre.

O Padre Melchior de Pontes do Amaral foi, por alguns, erradamente chamado Belchior. Ainda que assim se tenha registrado no

72

assentamento de batismo em Itu aos 3 de janeiro de 1777, o seu verdadeiro nome era Melchior, como sempre usou em todos os documentos de sua vida e como sempre assinou de seu próprio punho, ^{em homenagem a sua} nome, alias, em sua lembrança, posto em sobrinhos e sobrinhos netos pela estima e respeito que merecia o parente padre. Antes de se ordenar, com mais dois irmãos, requereu, em princípios de 1795, as diligências para sua habilitação "de genere", o que fez com esclarecimentos interessantes a qualquer estudo genealógico:

"Dizem Melchior de Pontes do Amaral, Boaventura Gurgel de Camargo ¹²⁹ e Tomaz José do Amaral Gurgel, batizados na Matriz da Freguesia de N. Senhora da Candelária da Vila de Itu; filhos legítimos de Vicente Ferrer do Amaral, batizado na Sé Catedral dessa cidade, e de Brígida Soares de Camargo, batizada na Matriz de N. Senhora do Monserrate da Freguesia da Cotia; netos pela parte paterna de José do Amaral Gurgel, batizado na Matriz da Freguesia de Sant'Ana da Vila de Parnaíba, e de sua mulher Escolástica de Arruda Leite, batizada na predita Matriz da Vila de Itu; e pela parte materna netos do Capitão Inácio Soares de Barros e de sua mulher D. Marta Maria de Camargo Lima, ambos batizados na dita Matriz da Freguesia da Cotia, todas deste Bispado, que eles desejam ser admitidos a se lhes fazerem diligência de genere....." ¹³⁰

Ordenado, residia o padre Melchior em Itu, onde foi proprietário da casa da herança paterna no Pátio da Matriz, e da velha e avoenga mobília brasonada completa. Nesta casa, José Vaz Pinto de Mello ¹³¹ sobrinho neto do padre, conheceu a velha mobília como cara tradição dos seus antepassados; na mesma casa e com o padre, residiram suas irmãs solteiras, mesmo depois de ter o padre Melchior mudado para Capivari, sem nada levar do mobiliário da casa de Itu.

O padre Melchior, ^{segundo Nardes Filho} informa Nardy Filho ⁹³, "foi sacerdote virtuoso e ilustrado, dando-se ao estudo de jurisprudência e advocacia, abriu seu escritório de advogado em Itu, sua terra natal"; "foi consciencioso e dedicado; representou a Câmara e o povo de Itu em São Paulo em 1822 pela chegada do Príncipe Regente, fez parte da comissão encarregada pela Câmara de apresentar emendas ao projeto de Constituição apresentado às Câmaras por D. Pedro I, tendo também ocupado diversos e honrosos cargos na administração de sua terra natal" ¹³².

Antônio Pompeu de Camargo ⁹⁴ em seu "Os Paulistas e a Igreja", conta que os padres do Patrocínio tiveram idéias Kantianas, depois abandonadas, combatidas na época "principalmente pelo teólogo Frei Inácio de Santa Justina e pelos padres Melchior Soares do Amaral e Antônio Pacheco da Silva". Anota ainda Pompeu, falando do padre Melchior, que "vimos este padre como primo do padre Feijó"; e a página 150, ao tratar do mesmo, mas sob o nome certo de Melchior de Pontes do Amaral, admi-

73
te a possibilidade dos dois nomes se referiram ao mesmo sacerdote
133 Efetivamente eram de uma só pessoa e de um primo-irmão do
padre Feijó.

Gozando de grande estima residiu o padre também em Capivari, onde já havia sido vigário da paróquia de 1827 a 1829, e onde finou-se no dizer do obituário:

"Padre Melchior de Pontes Amaral. Aos 15 de março de 1850, nesta Vila, faleceu hidrópico, com todos os sacramentos, o Padre Melchior de Pontes Amaral, de setenta e três anos: foi envolto em hábito clerical, acompanhado e solenemente encomendado, e sepultado nesta Igreja de Capivari". (a) O Vig^o Fabiano Je. Mor^a de Camargo 134

O inventário de seus bens foi requerido nesta mesma Vila de Capivari com a declaração de possuir, entre outros, "umas casas na cidade de Itu" e "trastes que deixou à sua irmã D. Francisca Soares do Amaral". Este inventário não teve prosseguimento, requerendo mais tarde em Itu, esta sua irmã, Francisca Soares do Amaral, então única solteira viva; outro inventário que se consumou destinou a ela mesma, a casa do pátio da Matriz por desistência dos sobrinhos e sobrinhos netos, e a mobília brasonada que já lhe pertencia por doação 135

A donatária e herdeira do padre Melchior, Francisca Soares do Amaral, nasceu em Itu em 1788, tendo vivido solteira com os seus pais e o irmão padre. Falecendo, seus bens foram inventariados em Itu em 1869; da mobília brasonada, peças foram doadas a sobrinhos seus. Por esta ocasião, residia fora de Itu o sobrinho neto do padre Melchior e de Francisca, José Vaz Pinto de Mello que, voltando a Itu, muito lamentou não ter recebido uma cadeira brasonada, o que levou a sua prima e comadre, professora conhecida como Dona Anninha Mestra, a fazer presente da sua que foi levada para Santos, para o sobrado residencial do largo do Rosário.

Este novo proprietário de uma das cadeiras, neto paterno do tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral, era filho do austero Pedro de Mello e Sousa. 136 137 Antes de sua morte aos 17 de maio de 1917, doou a cadeira a seu filho Pedro de Mello que, também em fim de vida, fez doação da cadeira a seu sobrinho, o atual proprietário.

Nas doações feitas em Itu, uma outra cadeira da mobília coube ao sobrinho do padre Melchior, José Balduino do Amaral Gurgel, filho também de Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral. Fazendeiro em Indaiatuba, doou entre 1880 e 1885, a sua cadeira a seu sobrinho carnal, engenheiro Pedro de Mello e Sousa Júnior. E foi curioso o peregrinar desta segunda cadeira com o seu propeitário engenheiro arquiteto que, em 1885, resolveu ir aos Estado Unidos da América do Norte, onde se havia di-

74
plomado, levando engradada a cadeira; encarregado de trabalho urbanístico em Ítaca, para lá partiu.

Embarcou o engenheiro em Santos no vapor "Guadiana" da Mala Real Inglesa que, ao passar por Abrolhos, bateu numa rocha e naufragou, salvando-se Pedro de Mello e a cadeira em barco de um português que os levou à cidade de Caravelas onde ficaram três dias; seguiram depois para a Bahia a bordo do "Calhambeque Marinho Visconde" do qual passaram para o vapor Nilo da Mala Real, continuando a viagem para Lisboa, Vigo e Southampton. Desta cidade, a bordo do "Dominique", em dez dias estavam em Brooklyn onde todos queriam saber a idade da cadeira. A permanência do engenheiro em Ítaca foi de quatro anos, voltando ao Brasil em 1889, pelo vapor "City of Rio". Residiu dez anos em Santos, mudando-se em 1910 para sua chácara "Arcádia" na freguesia do Ó em São Paulo. Em 1936 doou, a seu sobrinho-neto, como presente de núpcias, a sua tricentenária cadeira.

Filhos de Mécia de Arão Gurgel e José Nunes da Silva (este filho de Antônio Nunes da Silva, nascido em 1578 em Azinhaga, Santa-rém, casado em 1608 com Maria Jordão) ¹³⁷ foram o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral da Silva e Francisco do Amaral Gurgel "um dos homens mais principais e afazendados da dita capitania", nomeado capitão-mor e governador da capitania de São Paulo por carta do governador geral do Rio de Janeiro, de 5 de fevereiro de 1709, cuja posse se deu a 1º de março do mesmo ano, para ocupá-lo até 1711, quando a capitania passou, por venda, ao domínio da Coroa.

Bento do Amaral da Silva casou-se em Parnaíba, dentro do seiscentismo, com Escolástica de Godói, de tradicional família paulista, para ser o tronco dos Amarais Gurgéis do Estado de São Paulo. Dentre seus irmãos, destacou-se pela descendência no Rio de Janeiro, Domingas do Amaral, casada com Manuel Martins Quaresma, e que foi trisavó de Joana Maria da Fonseca casada com o marechal José Joaquim de Lima e Silva, do tenente-coronel Antônio da Fonseca Costa e da Marquesa de Vila Real da Praia Grande; ~~que~~ ^M tetravó do marechal Francisco de Lima e Silva, do Barão de Suruí, do Visconde de Magé, do Marquês da Gávea e do segundo Visconde de Vila Real da Praia Grande; pentavó do Duque de Caxias, do Conde de Tocantins, do Visconde da Penha, da Baronesa de Suruí e outros titulares na rica árvore de sua grande descendência.

Seu sangue chegou até a casas da mais alta nobreza de Portugal, como é o caso do ramo paulista que passou ao Paraná pelo neto de Bento do Amaral da Silva, o capitão-mor de Lages, Bento do Amaral Gurgel, filho de Isidora do Amaral, ^M ~~at~~epassado de grandes figuras como Ubaldino do Amaral Fontoura, senador, ministro do Supremo Tribunal, presidente do Banco do Brasil ¹³⁸, ramo a que pertencia a sobrinha de Ubaldino, filha de Maria Narcisa Cândida do Amaral Fontoura, Eugênia Lopes de Oliveira Prestes que foi mãe de outra Eugênia Adelaide Lopes de Oliveira Prestes ~~de~~ (depois de Macedo Soares), casada com o embaixador José Roberto de Macedo Soares e mãe do diplomata José Augusto Prestes de Macedo Soares, casado com Maria Teresa de Castelo Branco, falecida, filha dos ¹³⁹ 10^{os} Condes de Pombeiro, neta paterna dos 4^{os} Marquesses de Belas ~~de~~ e mãe de José Antônio, José Luís e José Roberto de Castelo Branco de Macedo Soares.

No Estado de São Paulo, honram a família o capitão Boaventura do Amaral Camargo, herói-mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842; o Visconde de Indaiatuba, notável chefe liberal, paladino da colonização do braço livre e destacado abolicionista; a Baronesa de Serra Negra; o acadêmico, poeta e prosador Amadeu Amaral, da Academia Brasileira de Letras; o cônego Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, doutor em leis, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, deputado provincial e geral, membro do Conselho Geral da Província, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cavaleiro da Ordem de Cristo; o jornalista e historiador Leopoldo Amaral; Tarsila Amaral, famosa pintora; Ana Cândida do Amaral que pelo seu casamento foi mãe do laureado pintor Almeida Júnior; o grande beifeitor dos febreiros de Sorocaba, monsenhor João Soares do Amaral; o filantropo e grande beifeitor da Santa Casa de Campinas, Antônio Carlos do Amaral Lapa; o reputado professor Quirino do Amaral Campos; o vigário da Vara de Piracicaba, padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e seu irmão, padre Miguel Joaquim do Amaral; a boníssima senhora Ana Leonísia do Amaral Camargo, esposa do advogado Cândido Ferreira da Silva Camargo; o escritor Antônio Barreto do Amaral, da Academia Paulista de História e do Instituto Histórico de São Paulo; Francisco Pompeu do Amaral, membro da Academia Nacional de Medicina e da Academia Paulista de Medicina, com obras laureadas; o acadêmico Álvaro do Amaral, da Academia Paulista de História e do Instituto Histórico Brasileiro; o acadêmico e jornalista Pedro Ferraz do Amaral, da Academia Paulista de Letras e da Academia Paulista de História; o professor membro da Academia Campinense de Letras e da Academia Paulista de História, José Roberto do Amaral Lapa; o jornalista e acadêmico da Academia Campinense de Letras, Plínio do Amaral; o poeta João Gurgel Júnior, do Clube dos Poetas de Campinas; e tantos mais que deveríamos citar se nosso trabalho pudesse ser alongado.

Transcorria o venturoso ano de 1938, e a "praça" de Santos, a maior exportadora de café, a atividade que empolgava a lavoura paulista pelos preços que alcançava o seu mais volumoso produto de exportação, acima mesmo de outros do país, enquanto lavradores cafelistas, comissários de café e seus exportadores, auferiam lucros remuneradores para a cultura, o comércio interno e a exportação que movimentava a capital do Estado de São Paulo, seu interior e estados limítrofes como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

A Bolsa Oficial de café em Santos, no seu belo palácio de clássica arquitetura, em esquina da ^Rua Quinze de Novembro, pululava vigorosa como um coração moço a bombear o sangue para todas as veias do organismo brasileiro; comissários apressavam-se em vender os cafés dos "fregueses", apresentando ~~xx~~ suas contas de venda antes que novas altas permitissem ao fazendeiro supor que seus cafés haviam sido mal vendidos, enquanto especuladores compravam lotes diversos para suas ligas e revendas lucrativas.

Os fazendeiros de café, abonados com os bons preços do produto, folgavam com as suas fainas generosas, vendiam seus cafés ou os guardavam para maiores lucros acumulando-os em suas fazendas para, além, transformá-los em ^{montes} montões de ouro. E não faltava dinheiro, pois o Banco do Estado de São Paulo o fornecia ao fazendeiro mediante hipoteca-ouro, ^o o que ~~os~~ pensavam os agricultores, ^{que bura} com as ótimas futuras vendas, ~~saldar~~ ^{salda} dívida, ^{será} o jubiloso porvir.

Mas, a ¹³treze de agosto de 1938, o "Diário de São Paulo", publicou ^{meu} artigo, meu alertando a classe cafelista de um possível desastre se não houvesse preparação com melhoria da qualidade dos cafés e redução de preços que representaria uma guerra aos demais produtores. Exatamente um ano depois, agosto de 1939, o ^Ggoverno do estado não obteve empréstimos necessários para manter a errada defesa do café, parando suas compras na bolsa e provocando calamitosos prejuízos, que levaram a lavoura do café à insolvência e à entrega de numerosas fazendas ao Banco do Estado credor, e arruinando

irremediavelmente, uma legião de lavradores que se tinham feito no ramo desta atividade, homens honestos, trabalhadores com restritas atividades para outros ramos de trabalho, constrangidos agora à entrega de todos os seus bens em pagamento de dívidas.

Felizes foram aqueles que recorreram ao Serviço Científico do Algodão do Instituto Agrônomo do Estado em Campinas, do qual obtiveram orientação para a classificação de suas terras e o ensino do preparo do solo, sementes selecionadas e forma da semeadura, do combate às pragas, do trato completo, da colheita, e até do benefício e comércio; para estes voltou a bonança da lavoura lucrativa.

E tudo isto, se deve ao Paulista do Maranhão, que projetou desde a legislação criativa de um monopólio do Estado, para a venda das sementes e demais normas de caráter orgânico para a realização completa do plano, com trabalhos em Estações Experimentais do Governo e campos de cooperação de particulares, com apoio integral de um Secretário da Agricultura que, se não há engano, era Luís Piza Sobrinho. E do Paulista do Maranhão, que se chamava Raimundo Firmo Cruz Martins, peço vênias ^{ao} seu colega Eng^o Agrônomo Popílio Angelo Cavaleri para transcrever a apreciação que fez do trabalho de Cruz Martins, pelo periódico "O Agrônomo", vol. 37, de ^{jan./abr.} janeiro-abril de 1985:

"Raimundo Firmino Cruz Martins nasceu em 1º de dezembro de 1898 em Caxias (MA) e faleceu em 29 de outubro de 1984. Formado na Escola Superior de Agricultura do Rio de Janeiro, em 1920, como primeiro aluno da turma, recebeu Bolsa de Estudos do Ministério da Agricultura para um Curso de Especialização sobre a Cultura do Algodoeiro. Graças a essa Bolsa, permaneceu nos EUA por dois anos (1921-1923), percorrendo vários centros de estudos da cultura, e tendo oportunidade de estagiar por doze meses com o Dr. H.B. Brown, renomado especialista em cottonicultura.

Regressando ao Brasil, começou a trabalhar, a partir de 1924, no Instituto Agrônomo de Campinas, onde desenvolveu intensa atividade referente a programas de melhoramento e experimentação relativa à técnica do cultivo do algodoeiro, inicialmente como Chefe de Cultura e, em 1926, como Chefe da Seção de Algodão, depois transformada em Seção de Agronomia. De 1935 até 1941, passou a chefiar o Serviço Científico do Algodão, no Instituto Agrônomo de Campinas.

Durante todo esse período, pôde demonstrar cabalmente suas características de criatividade e liderança, executando intensa atividade científica e exercendo marcante atuação na formação de sólida e entusiasmada equipe de jovens pesquisadores, com os quais exerceu decisiva participação em uma série de eventos históricos de profundo significado, no próprio desenvolvimento da agricultura paulista.

Sua atuação no período 1924-1941 caracterizou-se por uma série de iniciativas pioneiras, todas de grande alcance na definição da decisiva relação entre a pesquisa e o desenvolvimento de uma região. Assim é que, já em 1924, dava início à implantação de metodologia objetiva e segura, baseada na experimentação de campo e avaliação de resultados mediante análises de ensaios. Neste caso, deve-se mencionar o estudo preliminar, a partir de 1924, da coleção de 70 variedades existentes no Instituto Agrônomo, observando-lhes o comportamento no campo e elegendo, inicialmente, as mais promissoras. No mesmo ano, passava a estudar, simultaneamente, ensaios de adubação. Com base nas ob

79

servações da coleção, elegeu 21 variedades de algodão com material obtido de pesquisas regionais. Esse trabalho resultou na criação das primeiras variedades paulistas de algodão, originárias das variedades Express e Texas, e que tiveram marcante influência no estabelecimento da cultura de algodão em 1930, quando o País assistia a uma profunda transformação na distribuição de sua área algodoeira, com seu deslocamento do Nordeste para o Sul, predominando aí o Estado de São Paulo. A área de plantio neste Estado, que não representava mais de 3% da safra nacional, em 1930, passou a representar, já em 1934, mais de um terço dela. As exportações pelo porto de Santos, que, em 1930/33 foram de pouco mais de 1% do total exportado pelo Brasil, elevaram-se em 1934 a mais de 50% daquele total. O surto que então se observou na cultura do algodão em São Paulo, possibilitou registrar, na década 1930/40, um aumento superior a 30 vezes a produção algodoeira.

Esses resultados motivaram um desusado interesse de todo o mundo algodoeiro, admirado com a crescente participação do algodão brasileiro no mercado externo da importante matéria-prima. Assim é que, em 1941, uma delegação americana, chefiada pelo Dr. T.W. Schultz, era enviada a São Paulo para analisar o fenômeno de tão marcante desempenho. Suas observações foram entusiasmáticas quanto ao que pôde observar, como se verificou pela seguinte afirmação constante de seu relatório: "O programa de algodão desenvolvido em São Paulo supera tudo que se tenha feito no sentido de controlar o desenvolvimento de sementes melhoradas e de garantir seu uso generalizado. Este programa está intimamente ligado à pesquisa que, em São Paulo, centraliza-se em Campinas. Nós podemos aprender muito com o Brasil a este respeito. É um trabalho que eles têm feito excepcionalmente bem".

Tal tipo de comentário, por si só, pode atestar o alto valor do que se realizou, firmado no programa desenvolvido sob a liderança do Dr. Raimundo Cruz Martins, e fazer compreender a marcante influência deste fato sobre todas as transformações decorrentes na agricultura paulista. Para que isso ocorresse, foi preciso em várias áreas, a atuação pioneira de Raimundo

Cruz Martins, entre as quais convém destacar as seguintes: a compreensão do ensaio regional, levando à realização, no período 1935-1941, de extensa programação experimental, cobrindo praticamente todo o Estado de São Paulo com instalação de ensaios de variedades, épocas de plantio, capação, desbastes e espaçamento, nos Campos de Cooperação de Algodão; implantação do sistema de Campos de Cooperação para a produção de sementes melhoradas de algodão a partir de 1927; unificação dos serviços de algodão junto ao IAC, abrangendo a pesquisa, a extensão, a produção de sementes nesses campos e a fiscalização, pela criação do Serviço Científico do Algodão em 1935, com a exclusividade de execução do programa de distribuição de sementes (Decreto 5.437, de 15 de março de 1932) e estabelecimento definitivo do controle dos trabalhos de melhoramento, seleção, multiplicação e distribuição de sementes de algodão para o Estado, por meio do mesmo Serviço (Decreto 7.312, de 5 de julho de 1935); estabelecimento da Carteira de Seguro contra o granizo em 1939; transferência de tecnologia com assistência técnica direta aos lavradores, pela equipe de especialistas do Serviço Científico do Algodão, com base no Boletim Instruções Práticas sobre a Cultura do Algodoeiro, resumindo e divulgando todos os resultados disponíveis no campo da pesquisa. Esse Boletim teve várias edições, recobrando, até os fins da década de 1940, todos os programas de assistência técnica à cotonicultura, publicações dos resultados das pesquisas nas revistas especializadas da época, em muitos artigos e uma série ininterrupta de relatórios detalhados sobre os programas desenvolvidos.

Com base em todas essas iniciativas, Cruz Martins e sua equipe ganharam prestígio e a confiança de todas as classes direta ou indiretamente ligadas à produção de algodão, conseguindo, assim, estabelecer uma sólida estrutura técnica, com reflexos econômicos muito expressivos. O retorno social dos investimentos realizados com esse Sistema foram avaliados por economistas americanos em 95%, considerado excelente quando comparado, por exemplo, ao retorno social obtido com os investimen

tos realizados com o milho híbrido nos EUA, no mesmo período, estimado em 35%.

Fundamentado nesse sistema, o algodoeiro é, ainda hoje, a única cultura em São Paulo a utilizar sementes selecionadas de origem conhecida, em toda a área de plantio, fato esse, na realidade, observado desde 1935, quando Cruz Martins estabeleceu o alicerce de controle técnico total da produção de sementes a partir do melhoramento.

A liderança técnica exercida por Cruz Martins foi decisiva, também, para a formação de uma equipe de especialistas, aos quais incutiu características de entusiasmos e mística de trabalho, sucessivamente passadas às quase quatro gerações de pesquisadores que deram e dão continuidade nestes quase sessenta anos ao trabalho então iniciado.

O enorme sucesso alcançado pela aplicação da técnica agrônômica do algodão inspirou decisivamente a reforma da Secretaria da Agricultura em 1942, permitindo que ela pudesse estender a assistência técnica a toda a agricultura de modo geral.

A partir daí, a complexa estrutura assistencial da Secretaria, que contém em seu bojo várias das características básicas do Serviço Científico do Algodão, foi evidentemente sofrendo os ajustes necessários para adaptação às novas condições estruturais. Com base neste Sistema, São Paulo pôde acelerar a transformação de sua estrutura agrícola. De um Estado tipicamente monocultor de café, foram os agricultores diferenciando sucessivamente suas atividades. Posteriormente a 1944, depois de atingir o auge de sua expansão de área estadual, o algodoeiro deu lugar à formação de pastagens de engorda e a uma série de produtos básicos de alimentação, como milho, arroz e amendoim.

Desse modo, os trabalhos de Cruz Martins vieram contribuir direta e indiretamente para uma profunda diversificação da agricultura paulista e, conseqüentemente, para seu aprimoramento técnico. Esta diversificação continua em marcha, sempre com base e apoio nos dados proporcionados pela pesquisa. Co-

mo se pode verificar no Prognóstico 1983/1984, São Paulo apresenta hoje mais de dez culturas com área superior a 1000.000 hectares, todas elas com marcantes reflexos tecnológicos decorrentes da absorção de resultados da pesquisa. Talvez, mais impressionante do que estes aspectos, seja o fato que, para atingir 80% da renda bruta da agricultura paulista, deve-se incluir quase 25 culturas.

Sem dúvida, na base de toda esta transformação tecnológica, vislumbra-se a atuação pioneira de Raimundo Cruz Martins, que, graças à sua competência e liderança, exerceu ao longo de suas atividades, cargos de relevante destaque dentro do panorama agrícola paulista: Diretor do Fomento Agrícola, Diretor-Geral da Secretaria de Agricultura, Diretor-Geral do Departamento de Defesa Sanitária e, finalmente, em 1955, Secretário de Estado da Pasta da Agricultura. Em todos esses cargos de destaque, deixou marcada sua indelével característica de empreendedor e de autêntico líder de toda a classe agrônoma paulista e brasileira. Seu desaparecimento deixa saudade e tristeza, mas o seu trabalho é motivo de orgulho para toda a classe de pesquisadores, principalmente aqueles que têm, como Cruz Martins, a perfeita noção do valor social no desempenho de uma missão tão nobre e objetiva, tal seja a pesquisa agrônoma, relacionada à solução de problemas específicos e reais observados ao nível de produção".

À palavra de um técnico, "pesquisador científico, engenheiro agrônomo", respeitável, probo e erudito, cabe lembrar de Cruz Martins, que tanto se integrou na família paulista, casado com paulista e que foi em Campinas dos primeiros voluntários na formação do Exército Constitucionalista do movimento de 1932, deixando suas atividades e seu lar sem mesmo despedir-se da família, da própria esposa, que ainda o foi alcançar dentro do comboio que o levou para a frente de combate.

A lavoura de São Paulo, tão reconhecida aos esforços e realizações científicas de Cruz Martins, quiz manifestar-lhe seu reconhecimento e homenagem, oferecendo-lhe em julho de 1935, um banquete.

Desta homenagem, fez o "Correio Popular" ampla publicação, iniciada pelo número do dia 7, fixando o dia 14 para sua realização. Dia 12, nova publicação de aderentes e dia 13, sobre a visita que fez a Campinas o Secretário da Agricultura, Luís Piza Sobrinho, dia 14, com notícia elogiosa a Cruz Martins, novas adesões, para a 16, divulgar o que foi o banquete e a íntegra dos discursos de saudação e o de agradecimento do homenageado, com referência aos demais de Tarácio Costa pelos funcionários do Instituto; Silvino de Godói pela Associação Comercial e Galdino de Moraes Alves amigo particular de Cruz Martins.

Nesta homenagem presente o gerente do Banco do Brasil em Campinas, Carlos ^{Arruda} de Arruda Botelho, que na mesa, ao lado de uma senhora, comentou estar com muita pena do Cruz Martins, ao que a senhora, surpresa, indagou: "com pena neste momento em que ele é glorificado, homenageado?" "Por esse mesmo motivo", justificou Arruda Botelho, "agora se manifestarão os invejosos!"

E Cruz Martins, o realizador que palmilhava constante na fazenda Santa Elisa ^{os} seus canteiros de experimentação e cruzamentos; que percorrendo o interior do Estado visitava as culturas das fazendas Experimentais do Governo; visitava e orientava os campos de cooperação nas propriedades particulares que tinham contrato com o Instituto Agrônomo para produção de sementes; que ouvia e orientava a legião de fazendeiros que ~~xx~~ o procurava na sede de seu serviço ou em suas viagens pelo interior, de sua vida de campo e gabinete cien-

134 84

tífico, sentiu a realidade das palavras de Arruda Botelho em sua inesperada remoção do campo, para o asfalto da rua Quinze de Novembro em São Paulo. E deixo falar o próprio dedicado agrônomo em entrevista concedida em 1977 à sua sobrinha afim, Maria Helena de Mello Pupo:

"Raimundo Cruz Martins, aos 78 anos de idade, totalmente lúcido, de um vigor mental invejável explicou em detalhes o seu trabalho: Nascido em Caxias, Maranhão em 1898, fez seu curso de agronomia no Rio de Janeiro, obtendo prêmio de viagem para os Estados Unidos, por ter feito o curso em primeiro lugar. Estudou Genética na Universidade de Mississipi e acompanhou experiências em algodão, em diversas estações experimentais nos vários estados americanos. Nos estados do Sul, principalmente, trabalhou em diversos processos de seleção de algodão. Nortista que era, estranhava a diferença entre o tamanho da fibra de algodão do norte (até 32 milímetros), e de São Paulo (16 milímetros), que era curtíssima. A partir de 1924, já no Instituto Agronômico, iniciou um trabalho, que era repetido anualmente, de selecionamento de algodão, que foi até 1942. Conseguiu então produzir fibra de comprimento de 27 milímetros. As fábricas que não podiam usar o algodão de fibra curtíssima (16mm.), passaram a usar a de 27. A partir daí promoveu o cientista, a criação de variedades novas e estabeleceu um serviço científico até então inexistente. Promoveu também um serviço de orientação ao lavrador, para que pudesse plantar este novo tipo de algodão, padronizado por ele. Como consequência, sua descoberta impulsionou a indústria têxtil tanto, no que diz respeito à formação de um mercado interno, quanto externo. Em 1929, a terrível crise do café, só não teve proporções piores, em virtude desta alternativa de iniciar uma nova cultura: o algodão de fibra longa. Isto salvou da ruína não só muitos fazendeiros de São Paulo, como também do Brasil. Nesta ocasião, ou seja, em julho/1935, os fazendeiros já reabilitados da crise, ofereceram um almoço em homenagem ao cientista.

No entanto, este homem que continuou a desenvolver seu trabalho até 1942, teve a amarga surpresa de ver extinto neste ano o seu departamento, bem como sua transferência para São Paulo num cargo administrativo, que nada tinha em comum com a pesquisa científica. Recusou inúmeros convites para realizar trabalhos no exterior, com a esperança de poder prosseguir-los na sua própria terra, o que não ocorreu. Apenas em 1955, foi chamado pelo Governador recém-e-

85

eleito, Sr. Jânio Quadros, que o convidou para seu secretário da Agricultura. Muito surpreso, Dr. Cruz Martins, que nem ao menos vovara no Dr. Jânio, declarou-lhe não ser político e nem seu adepto. Em resposta, o Governador disse que isto não interessava, pois o convite havia sido feito em função de sua atuação no serviço de algodão efetuado por ele no Instituto Agrônomo de Campinas. Aceitando o cargo, diante disso, o Dr. Raimundo pode pouco ou nada fazer de científico na sua condição de Secretário da Agricultura, pasta a que logo renunciou por achar mais conveniente.

E os poderes oficiais ainda estão devendo a este paulista dos melhores, a homenagem da perpetuação de seu nome em placa duradoura e de visão pública.

É curioso como a generalidade dos que historiam a cavalcada de Dom Pedro I, em setembro de 1822, do Rio a São Paulo, não se refere aos dois primeiros participantes da comitiva, os dois principais, que foram convocados para esta viagem de alto objetivo como foi a proclamação de nossa independência.

Teve o Príncipe Dom Pedro duas oportunidades para agregar amigos seus, sendo uma a de elementos necessários à declaração da independência do Brasil e a medidas de segurança que se impunham como preventivas de possíveis reações por parte da metrópole, e outra com o acompanhamento de admiradores seus que, em sua viagem, tinham com ele amistoso contacto. Assim, de início, foram chamados dois elementos de atuação junto ao Príncipe, o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira e o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo que, tendo se ausentado de Campinas, onde residia como senhor de engenho, isto em 1820, haveria de se encontrar com os Andradas, seus conterrâneos de Santos, e seus contemporâneos na mesma cidade, em sua meninice e juventude, durante a vida de seu pai, o Sargento-mór (major) Francisco Aranha Barreto e a de seu avô paterno Alexandre Barreto Aranha, ambos militares destacados em Santos.

Afirma-nos o historiador Archimedes Pereira Guimarães, ser o Padre Belchior primo dos Andradas, e nos relata:

"No local conhecido como Venda Grande, a uma pequena distância de Inhauma, entroncamento para o caminho das Minas Gerais, o encontro com o tenente coronel reformado Joaquim Aranha Barreto de Camargo, natural de Santos, que a 23 desse mês seria nomeado, em Moji das Cruzes, "governador das Armas da Praça e vila de Santos". E o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, "vindo expressamente de Minas" (Tobias Monteiro em "A Elaboração da Independência" pag 540). Dado o temperamento voluntarioso do Príncipe, os dois novos integrantes da reduzida caravana original só dela participariam, porque gozassem de muita liberdade junto à sua Alteza" 141

O preparo da jornada foi uma preocupação do ministro José Bonifácio, autor de ordens várias, como relata Itamar Bopp em "Providências de José Bonifácio para a Viagem a São Paulo", na revista "Paulistânia" nº 77, de onde transcrevemos:

"Estava claro que as ordens emanadas da Corte para urgente conserto no antigo caminho Novo das Minas Gerais, que segue

87

por Santa Cruz, onde já cavalgavam os Correios Gerais, objetivavam melhorar os caminhos que o Príncipe devia passar com sua comitiva, no dia 14 de agosto de 1822 (e que foi se avolumando no decorrer da viagem), pois era acompanhado apenas pelo futuro Marquês de Taubaté, do major Francisco de Castro Canto e Mello, de Francisco Gomes da Silva (o Chalaça) e de seus válidos. Em Inhauma, na Venda Grande, aguardavam o Príncipe, o tte. cel. Joaquim Aranha Barreto ~~segunda no último nome~~ (futuro governador ^{militar} de Santos) e o padre Belchior Pinheiro".

É evidente que estes dois primeiros componentes juntados à comitiva em Venda Grande, apresentaram-se convocados por ordem do Príncipe, partícipes para trabalhos na cuidadosamente preparada viagem; e este objetivo se revela claro nas providências tomadas pelo Príncipe regente, no despacho que fez em Moji das Cruzes constituindo comandante militar para a praça e Vila de Santos, com a determinação de ir este comandante incumbido de reforçar as defesas militares da praça, e da visita do próprio Príncipe à Santos, de onde retornou para o ato do Ipiranga.

A Fonte Atávica
A FONTE ATÁVICA

Joaquim Aranha de Camargo, paulista dos Camargos tradicionais de tanta evidência na história de São Paulo, que pelo pai Aranha descendia de velhos servidores da Coroa Portuguesa, dedicados homens de elevada honra e detentores de conceito dignificante que eles deixavam como valiosa herança para uma descendência numerosa e brilhante, havia se radicado em Campinas como fundador de um dos grandes engenhos de fabricação de açúcar, e como proprietário construtor de uma das primeiras casas solares da então Vila.

Esta estirpe Aranha, se iniciou no Brasil com Alexandre Barreto Aranha, alferes de uma das companhias de Infantaria da Praça de Santos ¹⁴². Nasceu ele em 1679, pois declarou ter de idade quarenta e quatro para quarenta e cinco anos, jurando como testemunha em processo militar, aos 9 de novembro de 1723 ¹⁴³. Indicam estas datas que Alexandre Barreto Aranha viveu em Santos épocas de desassossego com o desembarque de Francisco Duclerc que pretendia saquear a vila, o que não realizou pelo pronto reforço vindo de São Paulo, e com a invasão de forças dirigidas por Bartolomeu Fernandes de Faria, requisitando sal existente na vila e escasso em outras paragens por retenção de assambarcadores. Nas duas vezes teve a população de Santos angustiosos dias de sobressalto pela ameaça que sofreram de maiores tormentos, ficando a guarnição da praça com o encargo de perseguir Bartolomeu Fernandes de Faria, finalmente preso em Itanhaem no ano de 1722 ¹⁴⁴.

Aos 5 de abril de 1725, já era falecido, conforme documento desta data, documento que constituía carta do capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, propondo nomes para a vaga de alferes deixada pelo falecido Alexandre Barreto Aranha, natural de Braga, ¹⁴⁵ casado com Dona Francisca de Sales, em Santos onde era ela nascida, e de cujo casamento nasceu Francisco Aranha Barreto.

Filho de Alexandre ^{Barreto Aranha}, foi Francisco Aranha Barreto, nascido em Santos, ^{na} que ainda muito jovem e filho de militar, sentou praça de soldado, como era hábito, a 1º de abril de 1723, na mesma vila. Já em 6 de abril de 1725, era proposto pelo capitão-general Rodrigo César de Meneses, para o posto de alferes, vago com a morte do pai, proposta que não foi aceita pelo Conselho Ultramarino apoiado por el-rei Dom João V, pois, para este cargo, havia candidato de dezenas de anos de serviço, que foi o escolhido.

Não demorou para que Francisco Aranha Barreto alcançasse posto de promoção; seus serviços o tornavam merecedor. Corretíssimo no cumprimento dos seus deveres, tornou-se útil e necessário em cometimentos de defesa da ordem e de bens, nas épocas de abundância de ouro do Brasil, com exploração de minas que caracterizaram a opulência do reinado de Dom João V.

"Em 1729 começa a grande invasão dos terrenos auríferos goianos" ¹⁴⁶, dando-se ao jovem Francisco a oportunidade de acompanhar o Intendente das minas de Goiás, comandando uma esquadra ¹⁴⁷. O Conde de Sarzedas, capitão-general de São Paulo de

[Handwritten signature]

1732 a 1737, cumprindo o acordo de manter a Câmara de São Paulo composta de elementos das famílias Pires e Camargo, em seu último ano de governo encarregou Francisco Aranha de sufocar qualquer reação de veradores afastados da função camarária por não pertencerem a estas famílias. Seguiu-se a sua missão de comandar um destacamento na fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em defensiva contra possível ataque de embarcações espanholas já presentes à barra do Rio de Janeiro.

Por ordem superior, estendeu suas providências litoral acima, estando em São Sebastião encarregado de aprisionar embarcação ali aportada ilegalmente, em 1740. E nesta mesma região, levou a paz aos locais do caminho novo que se estava abrindo entre as vilas de Santa Cruz de Salvador de Ubatuba e a de São Francisco das Chagas de Taubaté, que tinham inquietas as suas populações ameaçadas por malfeitores. Desde 10 de março de 1742, era Alferes de Infantaria da guarnição da praça de Santos.

Ocupou o comando da fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande em 1748, sendo, dois anos depois, encarregado de conduzir, de Santos ao Rio de Janeiro, os reais quintos, ouro que exigia o maior resguardo para seu transporte, em vista do seu alto valor e de sérios riscos em viagem tão longa, e, por todas estas circunstâncias, só entregue à autoridade de maior confiança.

Em sua fé de ofício certificada em Santos à 16 de outubro de 1753, foi afirmado que era Francisco Aranha Barreto, ornado de qualidades de "isenção, pontualidade e mesmo desprezo da própria vida", "característicos que o orientam no seu serviço". Mais tarde, empresa da mesma natureza lhe foi confiada como consta do "mapa do ouro do real quinto relativo à comarca de São Paulo, e conduzido pelo alferes de Infantaria da praça de Santos, Francisco Aranha Barreto, que foi nomeado pelo governador Inácio Eloi de Madsureira, para entregar na cidade do Rio de Janeiro, à ordem do governador José Antônio Freire de Andrade

O governador interino de Minas, José Antônio, era irmão e substituto do governador efetivo Gomes Freire de Andrade, que deixou este governo, partindo a 19 de fevereiro de 1752 para o sul do país, com a missão de discutir e demarcar fronteiras em execução de acordo consubstanciado no tratado de Madrid, assinado pelo falecido monarca Dom João V.

Em 1753, encontrou-se novamente comandando o destacamento de Infantaria da cidade de São Paulo, cumprindo esta missão com zelo e boa disciplina, pelo que sempre foi desejada a sua continuação. Mas teve novo encargo de conduzir ouro, o que fez em 1755, "tendo desempenhado a missão de que fora incumbido com perfeita inteireza", "sendo digno de toda honra que lhe quizerem fazer".

90

Mais uma vez teve Aranha esta incumbência que foi certificada pelo escrivão da Intendência da Real Casa da Fundição da cidade de São Paulo, provando que em 27 de janeiro de 1756, foram entregues os quintos reais na Casa da Fundição de São Paulo, "ao alferes de Infantaria da praça de Santos, Francisco Aranha Barreto, que se dirigiu ao Rio de Janeiro e aí os depositou na Casa dos Contos, à ordem do governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro (Conde dos Arcos - D. Marcos de Noronha)". O tesoureiro passou-lhe recibo, assim como o tesoureiro da Casa da Fundição de São Paulo, o coronel Francisco Pinto do Rego, que assinou com o escrivão do Almoxarifado Joaquim José da Silva Galvão, aos 25 de julho de 1757, ano em que continuava no posto de alferes da Infantaria de Santos, "desempenhando sempre suas obrigações com zelo e prontidão, encarregando-se de comandos de confiança, desejando e sendo pedida a sua conservação por todos", "merecendo todas as honras" ¹⁵³

Por ordem do Conde de Bobadela, foi mandado incorporar-se ao Exército, e comandar a fortaleza de Jesus, Maria e José, do Rio Pardo ^{(AH) 154}, onde chegou a 14 de fevereiro de 1758, e onde se achava o Exército aquartelado, "com a obrigação de o tenente-tenente" ocupação que exerceu por mais de um ano, sempre com prontidão e zelo tendo executado "com acerto e precisão" a apreensão da fazenda de "Pressaguera" pertencente aos Jesuítas ¹⁵⁵. Sua ausência se confirma pelo recenseamento de Santos de 1765, que consigna: "de idade de 50 anos, o capitão de Infantaria Francisco Aranha Barreto, ausente, casado com Dona Mônica Maria de Camargo de idade de 33 anos. Possui 400\$000. Filhos, Joseph de idade de 4 anos, Joaquim de 3, Dona Maria de 7, Ana de 5, Gertrudes de 6" ¹⁵⁶

Demorado tempo labutou Francisco Aranha Barreto por outras paragens do país, participando das longas pelejas com os castelhanos pela posse da Colônia do Sacramento e da consolidação no território que se acrescia ao Brasil pelo tratado de Madrid. Comandante das tropas e fronteiras do Rio Grande, "sempre com atividade e distinção", quer "no trabalho de uma fortaleza da (Santa Ana de Itapeva) Faxina, quer no ataque de Rio Grande e no comando do forte de São Jorge da Barra", recolheu-se a Santos em dezembro de 1767, para retornar, "tendo sido destacado com toda sua companhia para Paranaguá", desde julho de 1768 ¹⁵⁷. Em Paranaguá, em torno de 1771, por ausência de Afonso Botelho de Sampaio ¹⁵⁸, ajudante de ordens do governo da Capitania de São Paulo, ocupou Francisco Aranha Barreto o governo e comando, agindo na "repartição das terras mineiras do rio Assungui e nas expedições ao sertão de Tibaji". Em Iguatemi comandou uma companhia, não se esquecendo, em sua volta, dos seus soldados que lá ficaram.

Terminadas as penosas missões que sempre cumpriu com perfeição, merecendo honrosas referências de seus supe-

riorés, voltou Francisco Aranha Barreto para a sua terra natal e seu posto permanente em Santos. Nesta cidade, ocupou a sua maior dignidade como atesta documento [redacted] do capitão-general da capitania, Martim Lopes Lobo de Saldanha:

"Porquanto é indispensavelmente necessário haver Comandante na Praça de Santos para a defesa da mesma. Hei por bem nomear em nome de Sua Magestade Fidelíssima para Comandante da mesma Praça ao Capitão de Infantaria Francisco Aranha Barreto; e ordeno ao mesmo Capitão tome Conta da dita Praça e de tudo o que a ela pertence por inventário, ou Relação que assinará com o Capitão Fernando Leite Guimarães Seu antecessor, que lha hade entregar, Cujo documento me Será remetido para a todo tempo constar: e outro sim ordeno ao dito Capitão execute todas as ordens que sobre o dito Seu antecessor lhe entregar dirigidas por este Governo etc. São Paulo 12 de março de 1776. Com a rubrica de Sua Excelência," [redacted] 159

Em 5 de abril, já estava em exercício, conforme carta que lhe dirigiu o mesmo capitão-general [redacted] 160. Esta correspondência atesta os zelos de Francisco Aranha nas palavras do chefe: "conheço que Vmce. se não descuida do que está a seu cargo" (161). Escrevendo ao antecessor afirmava o mesmo capitão general: "eu não sei esquecer-me dos merecimentos de ambos, devendo Vmce. e ele estar certos que eu em tudo que puder os hei de atender" [redacted] 162. Retamente a Aranha [redacted] 163, "ficando persuadido da prontidão com que observou o meu despacho" [redacted] 164, e mais, "o grande cuidado que Vmce. tem em que as Paradas [redacted] 164 marchem com a prontidão que o Sr. Marquês Vice-Rei quer, me faz ter nesta parte, socego" [redacted] 165

Antes de ser comandante da praça de Santos, esteve Francisco Aranha Barreto comandando uma companhia em Iguatemi. Desta praça tão célebre pelos sofrimentos causados aos paulistas, diz a correspondência do Capitão-General: "melhores seriam os soldados da companhia que foi de Vmce. que restam no Iguatemi dos quais me não esqueço" [redacted] 166; e "no maldito Iguatemi", "soldados da companhia de Vmce. hei de ver se agora, ainda antes da redenção geral, os mando vir porque presumo que hão de ser bons".

Esta presunção do capitão-general, bem significa altas qualidades do capitão da companhia a que pertenciam os soldados, Francisco Aranha Barreto, capitão que sabia dirigi-los, aproveitando suas qualidades e os selecionando de maus elementos que não seriam conservados, para obter uma coletividade harmônica e qualificada.

Martim Lopes Lobo de Saldanha, penalizado com os sofrimentos da tropa destacada em Iguatemi, teve um especial desvelo com antigos comandados de Aranha, e por este protegidos como afirmava em outras cartas: "a respeito dos soldados em que Vmce. me fala, farei porque venham estes, entre os mais a que puder abran-

92

ger a minha compaixão" ¹⁶⁷, comunicando o cumprimento da promessa nestas palavras: "já estava escrevendo para Iguatemi e tinha na lembrança a mandar vir os soldados em que Vmce. me fala" ~~XXXX~~, e, expedindo ordem positiva ao comandante daquela praça: "ordeno me mande no regresso das Canoas doze soldados dos que foram da Companhia de Aranha" ¹⁶⁸. Aos 5 de março de 1777 chegavam os doze soldados a São Paulo ¹⁶⁹.

A jurisdição de Francisco Aranha Barreto como comandante do Regimento da Marinha, estendia-se por todo o litoral, de Ubatuba a Iguape, e já no primeiro ano de seu exercício, um grave fato se vislumbrava com notícias de um ataque da esquadra espanhola prestes a zarpar do porto de Cadiz ¹⁷⁰. Multiplicaram-se as determinações do capitão-general, com início em uma das suas primeiras cartas pela palavra "alerta!". Reforços, movimento de tropas, reparos e aprestos da artilharia, do armamento, da munição, e outras medidas de prudência e para abastecimento de boca, agitaram o comando militar das forças da marinha "para impedir qualquer desembarque" ¹⁷¹. Em 10 de janeiro de 1777, foi Francisco Aranha Barreto promovido a Sargento-Mor ¹⁷².

Em Santos, entretanto, não chegaram embarcações da esquadra espanhola. Estiveram na Guanabara e em 20 de janeiro mais de cem embarcações castelhanas entraram pela enseada das "Canaveiras" ¹⁷³, Santa Catarina ¹⁷⁴, cuja ilha foi tomada pelos invasores ¹⁷⁵. A 18 de março partiu a cavalo Martim Lopes Lobo de Saldanha, de São Paulo para Santos onde permaneceu dias do mês, retornando para estar na capital dia 27, depois de penosa viagem "pela aspereza do caminho e rigoroso do tempo" ¹⁷⁶.

Ainda no mesmo ano de 1777, em carta de 30 de agosto, assegurava o capitão-general de São Paulo, medida de atenção ao sargento-mor, afirmando que "pode Vmce. desposar sua filha com o Alferes Pedro de Sousa Campos" ¹⁷⁷, ficando-me o gosto de o não mandar mais ao Iguatemi, para que Vmce. tenha o de dar estado a essa senhora". "Dar estado" ou "tomar estado", significava casar; pelo conteúdo da carta, conclui-se que Francisco Aranha não se dispunha a casar a filha com quem já estivera no pestífero Iguatemi, correndo ainda o risco de para lá voltar.

Aos 8 de fevereiro de 1778, Martim Lopes Lobo de Saldanha anunciava a paz feita entre os soberanos de Espanha e Portugal ¹⁷⁸. Feita a paz, voltou a atenção do capitão-general para o combate ao contrabando, cabendo a Francisco Aranha Barreto avisar aos governadores de outras capitanias, da partida de embarcações contrabandistas de Londres, Bristol e Liverpool, para o Brasil, com pretexto de pescar baleias ¹⁷⁹. Sucedem-se por vários assuntos da administração militar, as numerosíssimas cartas de Aranha Barreto para o capitão-general, inteirando-o dos menores eventos e problemas, cartas que o Capitão-General respondia duas, três e

até dez de cada vez, repetindo-lhe as referências elogiosas com o dizer, "sei atender de todo modo a um Oficial que serve com tanta satisfação minha como Vmce.". A 28 de agosto de 1781, comunicou M Martim ter sabido da nomeação de seu substituto, Francisco da Cunha e Meneses, *para Capitão-general de São Paulo* 180

Transcorreu calmo o período de governo de Francisco da Cunha e Meneses, com copiosa correspondência trocada com Francisco Aranha Barreto, sobre habituais assuntos administrativos, e finalizada com carta elogiosa que afirma: "meu sucessor ha de distinguir e estimar os merecimentos de Vmce., assim como eles são dignos e eu sempre distingui e estimei".

Ainda Bernardo José de Lorena, capitão-general-governador de São Paulo entre 1788 e 1797, teve motivos para elogiar atos do governador da praça de Santos, quando em ofício pôde dizer: "mandei agradecer a vmce. o bem que se conduziu na prisão que fêz do marinheiro assassino, e ainda sendo no dia seguinte vmce. o podia fazer, tanto pela razão que deu de evitar assim um princípio de motim, que é excessão de todas as regras, como porque semelhante jurisdição é concedida aos Governadores da Praça" 181

No ocaso de sua carreira, prevendo o futuro para suas filhas que se poderiam ver em dificuldades de subsistência após seu falecimento, recorreu à sua soberana, a quem tão bem servira, assim como aos monarcas antecessores, numa reivindicação de justiça, num benefício sobejamente merecido por quem vivera sempre servindo à pátria. Fez a petição em xxxxxxxxxxasdfghjklasdfghk
asdfghasdfghxxxxxxxxxxxfxzxoxdoxxxxentooxcitadexxbmmmasreferênciassao
requerimento de 5 de março de 1791, "do sargento-mór de Auxiliares do Terço da Marinha e comandante da vila e praça de Santos, capitania de São Paulo, Francisco Aranha Barreto, filho do alferes de Infantaria, já falecido, Alexandre Aranha, a (D. Maria I) pedindo-lhe que, tendo em conta todos os relevantes serviços que expõe, se digne conceder às suas filhas, Ana Luísa Aranha (Camargo), Gertrudes Maria Aranha, solteiras, e Maria Francisca Aranha, casada, a tença de oitenta mil reis ou a que entender merecer, contemplando cada uma das primeiras com pensão dobrada". Tal requerimento, acompanhado de grande cópia de atestados dos valiosos serviços prestados por Aranha Barreto à coletividade e à Coroa, teve favorável decisão⁴². Faleceu Francisco Aranha no seu posto, em Santos, em 1794, sendo sepultado na Capela de Jesus, Maria, José que existiu "na antiga rua da Praia", depois Antônio Prado.

Conforme relata Costa e Silva Sobrinho, em seu "Santos Noutros Tempos", a pag. 63 a 67: ~~AxxapaxaxdaxJesuxxMariaxxJaséxxaxixxi~~ "Existiu na antiga rua da Praia, hoje Antônio Prado, mais ou menos onde está o prédio 45, a capela Jesus, Maria, José. Quando já bastante arruinada, a Intendência Municipal mandou de-

94
moli-la em 1902; foram dali retiradas vinte e quatro ossadas e, em seguida, removidas para o cemitério do Paquetá. Ficaram na quadra da Irmandade de Nossa Senhora do Terço.

Numa das ossadas, encontraram-se, porém, dois objetos curiosos. O primeiro era uma fita de ouro com as pontas dobradas trazendo o lema "Independência ou Morte", e o segundo, uma borla pertencente a uma banda de Ordem Militar. Teriam pertencido a algum oficial da antiga milícia? perguntaram muitos. Não seria o capitão-mor Aranha que recebera inumação naquele templo?

O sargento-mor Aranha cujo nome por inteiro era Francisco Aranha Barreto, foi comandante da praça de Santos Iguatemi, em 1773 e faleceu em Santos em 1794, no posto de comandante desta praça. Seu falecimento se deu 28 anos antes do "grito do Ipiranga". Logo o dístico da fita de ouro não podia ser de 1794. A hipótese de seu nome está excluída.

Exata é a conclusão de Costa e Silva, de não ser de Francisco Aranha a insígnia de Independência. Mas a borla de Ordem Militar pode lhe ter pertencido, agraciado como foi pelo seu merecimento.

95

O Sargento-mor Francisco Aranha Barreto foi casado em segundas núpcias com Mônica Maria de Camargo, conforma¹⁸³ assentamento da Sé de São Paulo, nos seguintes dizeres: "Aos cincoenta e nove digo no ano de mil setecentos e cinquanta e nove anos mais ou menos, se recebeu em matrimônio na Luz o Sargento-mor Francisco Aranha Barreto então comandante nesta cidade e agora na Praça de Santos onde foi batizado como dela natural, com Dona Mônica de Camargo Lima perante o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de gloriosa memória Dom Frei Antônio da Madre de Deus sendo presente as testemunhas o Rv^{do} Doutor Arcipreste Paulo de Sousa Rocha, Manuel José de São Paio, e Pe. Mestre Frei Manuel Mendes de Oliveira carmilitano que agora ¹⁸³testificam no assento que faço por faltar o do tempo competente e então receberam as bênçãos de que faço este assento por ordem e despacho do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Frei Manuel da Ressurreição". (a) o Cura Firmiano Dias Xavier. Fr. Manuel Mendes de Oliveira. Manuel José de Sampaio. Paulo de Sousa Rocha."

Deste casamento nasceram cinco filhos, conforme dados que encontramos:

1. Maria Francisca Aranha de Camargo, casada em Santos, em 1777, com o Alferes Pedro de Sousa Campos ¹⁸⁴.
2. Gertrudes Maria Aranha, casada em 1794 em Atibaia, com o Sargento-mor Francisco Barbosa de Vasconcelos ¹⁸⁵.
3. Ana Luísa Aranha.
4. Padre José Francisco Aranha de Camargo que, depois de residir em Castro, foi vigário de Atibaia onde construiu a Igreja Matriz; em seguida foi vigário da Vara e visitador diocesano da diocese de São Paulo. Homem culto e riquíssimo senhor do engenho Atibaia, em Campinas, onde faleceu a 30 de maio de 1839, "de setenta e sete anos" ¹⁸⁶.
5. Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, o Guardado de Honra do Príncipe Dom Pedro.

O Guarda de Honra do Dom Pedro
O GUARDA DE HONRA DE DOM PEDRO

Joaquim Aranha Barreto de Camargo (ou Joaquim Aranha de Camargo, como assinou até 1818) filho de Francisco Aranha Barreto e de Mônica Maria de Camargo, nasceu em Cotia, terra natal de sua mãe, onde foi batizado como atesta o respectivo assentamento:

"Aos 14 de julho de 1763, nesta matriz da freguesia de Cotia, batizou e pôs os Santos Óleos, com licença do Exmo. e Rvmo. Senhor Bispo Dom Antônio da Madre de Deus, o Padre Frei Anastácio de Jesus, Religioso Arrabido, a Joaquim filho legítimo do Capitão Francisco Aranha Barreto e de Dona Mônica de Camargo; foram padrinhos João da Silva Cruz em cujo lugar

pos a mão o Dr. José Correia da Silva por procuração que apre-
sentou, freguês da matriz de Santos, e Dona Ângela Maria de
Camargo, viúva, fregueses desta freguesia, de que fiz este as-
sento" (a) O Vig^o Salvador de Camargo Lima. 187 96

Dedicou-se Joaquim Aranha de Camargo à carreira
das armas, em Santos, onde estava residindo com seu pai, com o posto
de oficial da Infantaria da Marinha; foi mais tarde destacado para
a região hoje do Estado do Paraná, então capitania de São Paulo, co-
mo Capitão e depois, como Tenente Coronel Agregado ao Regimento de
Cavalaria de Milícias de Curitiba (junho de 1799), e Tenente Coro-
nel Agregado de Milícias da Vila Nova de Castro 188

Estendendo suas atividades para a vida rural,
já havia arrematado em praça (1796) a fazenda e campos "do Soeiro",
antiga propriedade dos Jesuítas, situada nos Campos Gerais, em Cas-
tro, 189. O que foi a Vila de Castro, antiga Iapó, contou Saint-Hi-
laire quando por lá passou em 1820: elevada à Vila em 1788 pelo go-
vernador da província de São Paulo dando-lhe o nome novo. Distava
Castro 95 léguas de São Paulo e se achava "localizada no alto mor-
ro que se estende do sul para norte, até o citado Iapó".

"Ao tempo de minha viagem, possuía a vila mais
ou menos cem casas que formavam três extensas ruas; eram muito pe-
quenas, construídas de pau-a-pique". "A igreja paroquial, dedicada
a Santo Antônio era baixa, de pequena dimensão, despida de ornamen-
tos". Desde que me achava no Brasil, muito poucas igrejas eu vira
tão feias como essa" 190

"A fazenda de Pitangui pertencera aos Jesuítas.
À época de minha viagem, já não existia a casa em que eles moravam;
mas achava-se ainda de pé, no meio do pátio, a igreja relativamente
grande que os religiosos haviam construído. Após a extinção da com-
panhia, o rei apropriou-se da fazenda; os escravos foram levados pa-
ra outros lugares e as terras vendidas juntamente com a casa e o
gado" 191. Foram as terras onde Joaquim Aranha se estabeleceu for-
mando a fazenda Taquara, vasta propriedade de criar que pôde contar
com mais de 1.200 vacas, 500 éguas, carneiros e burros crioulos. Te-
ve dez ^{anos} de vida na criação, e o encontramos em 1805 em Sorocaba, tra-
tando de negócios em região da famosa feira de animais; no ano se-
guinte, deixava o Paraná com sua esposa e seus três filhos nascidos
na fazenda Taquara da freguesia de Sant'Ana de Castro. Durante o
tempo em ^{que} viveu nesta fazenda, teve como agregado e auxiliar de di-
reção, o seu sobrinho Francisco Egídio de Sousa que mais tarde se
tornaria seu genro, e de quem se separou ao mudar-se para Campinas
192

Habitado a viver em Santos, depois de vida tra-
balhosa e isolada em sua fazenda de criar, vendendo seus produtos
na feira de Sorocaba e tendo acumulado patrimônio, natural que Joa-
quim Aranha, sua mulher e filhos, aspirassem um meio social mais
adiantado para continuar vivendo, quando a filha mais velha (futu-
ra Viscondessa de Campinas), atingia a idade de nove para dez
anos de idade.

Deleu-s



Fixou-se em Campinas fundando o engenho do Mato

Dentro em 1806, vasta propriedade com indústria açucareira que de-

pois se dividiu em fazendas de café, o Mato Dentro, o Mato Dentro

de Baixo (Vila Brandina) e Lapa, constituindo sua casa solar no pá-

tio da nova matriz, cujas taipas, na ocasião, se elevavam. O enge-

nho, depois fazenda Mato Dentro, assim como a "casa grande" urbana,

passaram a propriedade de sua filha, a Viscondessa de Campinas, e

a seus descendentes; a fazenda foi também uma das pioneiras na cul-

tura do café e nela se conservou seu primeiro cafésal, chamado "ca-

fésal do burriço", plantado sem alinhamento, ^{de} quando foi, por es-

critura de 15/3/1937, adquirida pelo Governo do Estado, que não sou-

be, infelizmente, manter esse documentário precioso da vida cafeei-

ra de nossa província, atentando mais uma vez contra a história, ao

eliminar o nome de fazenda Mato Dentro, de preciosa tradição.

A grande casa residencial do engenho do Mato

Dentro tem características curiosas, chamando logo a atenção as

suas vastas dimensões e atestando o poderio financeiro de seu pro-

prietário. Esta casa está constituída de paredes de taipa de seten-

ta e cinco centímetros de largura, até o nível do assoalho. Sobre

elas, colocaram-se as grandes toras de madeira lavrada para bases

de outras de menor porte, transversais aos cômodos, para suporte

do taboado largo do soalho longitudinal no cômodo, e mais os esteios,

193

11
98
vigas mestras de sustentação do telhado. Todo o madeiramento básico, como hoje se faz de concreto armado, sustenta as paredes de pau-a-pique que se levantam até o teto, com dezoito centímetros de largura e cinco metros de pé-direito. O longo corredor, da porta principal até o salão de jantar, com seus vinte metros e cinquenta centímetros de comprimento, tem a particularidade de se abrir em portas para as duas principais salas da frente da casa, e apenas mais duas, também fronteiriças, para dois cômodos laterais, terminando no salão de jantar.

7
Ao penetrar-se no corredor principal, abre-se, à direita, a porta para o salão nobre, que tem de comprimento nove metros por 6,75 de largura, alto pé-direito como toda a casa, e forro de especial feitura, com chanfros adornados ligando-o às paredes. O cômodo principal da casa é o salão de jantar com 16 metros de comprimento por 6,60 de largura, servindo não só para as refeições, como para ter recantos de convívio, na forma usual da época.

O corpo da casa é regular, quadrilongo perfeito, com telhado de quatro águas, no estilo habitual, mas tem a particularidade de conter, até os fundos, só acomodações da família, sem ligação com os cômodos de serviços. Estes, contrariando os hábitos, são laterais ao prédio, formando um novo lance, cuja fachada se alinha com a fachada principal da casa, à qual se liga pelos fundos.

Em outubro de 1807, foi Joaquim Aranha eleito tesoureiro da primeira Comissão de Construção da Matriz Nova (Catedral) - 195 e, com a morte do Capitão Filipe Neri Teixeira, seu primeiro presidente, foi eleito pela Câmara Municipal a 25 de dezembro de 1812, para esta presidência, dando "notável desenvolvimento nos trabalhos de elevação das taipas e cobertura da capela-mór" 196

No mesmo ano de 1812, havia ele sido eleito presidente da Câmara Municipal (juiz ordinário), tomando posse a 2 de fevereiro e fazendo reuniões de vereadores em sua casa solar do pátio da Matriz Nova, por não ter a edilidade prédio próprio; em 17 de outubro de 1817, como simples cidadão, requereu à Câmara que se reservasse terreno para se construir a Casa de Misericórdia e Hospital dos Lázaros, assim como se estabelecesse servidão de água necessária aos hospitais, sendo atendido 197, o que atesta existir, já em 1817, em Campinas, trabalhos por uma Santa Casa, que só foi fundada em 1871 pelo Padre Joaquim José Vieira, depois bispo do Ceará. Não voltou Joaquim Aranha à Câmara; seu filho homônimo é quem foi vereador em 1820, empossando-se a 19 de março.

Ao findar a segunda década do século dezenove, ausentou-se de Campinas e, se esteve em qualquer outra vila, não passou de elemento itinerante, até a jornada do Príncipe Dom Pedro (depois Imperador) em 1822, incorporando-se à sua guarda de honra. Partira Joaquim Aranha para o Rio de Janeiro, para juntar-se à comitiva do Prín-

cipe Regente em sua viagem a São Paulo. Como já dissemos, encontrou Sua Alteza no local Venda Grande, hoje bairro da cidade do Rio de Janeiro, aqui se achando em companhia do Padre Melchior Pinheiro de Oliveira que ficaria ao lado do Príncipe até a proclamação da Independência e que seria o encarregado de ler as cartas vindas de Lisboa e recebidas na colina do Ipiranga. 198

Participando da comitiva no local Venda Grande no dia 14 de agosto, segundo vários autores, o pernoite de 14 para 15 se fez na Fazenda Real de Santa Cruz. A 16 chegaram a São João Marcos, hospedando-se na Fazenda Olaria de Hilário de Sousa Ribeiro, e a 17 na Fazenda Três Barras, em Bananal, do mesmo proprietário. Dia 18 o anoitecer foi em Areias, com acomodações na residência do capitão-mor Domingos da Silva, chegando o Príncipe e sua comitiva no dia 19 a Lorena onde dormiram, e a 20 em Guaratinguetá, tendo por acomodação a casa do capitão-mor, em frente à Igreja-(hoje basílica)-de Nossa Senhora Aparecida, então bairro da vila. Pindamonhangaba foi o pernoite de 21, seguindo a 22 para Taubaté e Jacareí, estando a 23 em Moji das Cruzes. 199

Estacionada a comitiva em Moji das Cruzes, exarou o Príncipe Regente, por decreto de 23 de agosto de 1822, a nomeação de Joaquim Aranha de Camargo para "Governador das Armas e Praça da Vila de Santos", oficiando nesse sentido ao Senado da Câmara da vila, o Ministro itinerante Luís de Saldanha da Gama: 200

"Manda S. A. R. o Príncipe Regente pela Secretaria de Estado Interina, participar à Câmara da Vila de Santos, que, por Seu Real Decreto Datado de hoje, Houve por bem Nomear para Governador das Armas e Praça dessa vila, ao Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo: O Mesmo Snr. Ordena que imediatamente se lhe dê posse na forma do estilo. Paço de Moji das Cruzes, 23 de agosto de 1822" (a) Luís de Saldanha da Gama 201

De Moji partiu Joaquim Aranha diretamente para Santos, onde estava no dia 26, comparecendo à Câmara como resa o respectivo termo de vereança:

"Aos vinte e seis dias do mês de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois anos nesta Vila e Praça de Santos, em Casas da Câmara e Pátios do Conselho onde foi vindo o Vereador mais velho Presidente João Batista Vieira Barbosa e mais oficiais da Câmara abaixo assinados, e sendo aí presente o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, Governador das Armas e desta Praça, nomeado interinamente por Decreto de vinte e três deste corrente mês e bem assim o Marechal de Campo Cândido Xavier de Almeida e Sousa, que de presente estava Governando, por esta Câmara foi dada posse ao Mensionado Tenente Coronel, de Governador das Armas e da Praça, em conformidade ao citado Decreto, e para constar mandaram fazer este termo que assinam, eu Manuel Marques de

cambique com 66 dias de viagem, 29 pessoas da tripulação e 317 cativos, todos conservados em custódia pelo governador, até ordens do Imperador ⁶⁶ ~~206~~ 206 101 ~~101~~

Joaquim Aranha, que iniciou o seu governo antes do 7 de setembro, teve que interrompê-lo por moléstia na aclamação do Imperador a 12 de outubro ⁽⁶⁵⁾ 207. Sua correspondência com o governo da ^P província, o indica em Exercício a 31 de maio de 1823, transmitindo conhecimentos trazidos do Rio por embarcações chegadas, referindo fatos da guerra da Bahia, das vantagens brasileiras com citações a Labatu e Cochrane; a 19 de junho anunciava a Bahia restaurada.

Afastado na primeira quinzena de março de 1824, a 21 deste mês já o tenente-coronel José Olinto de Carvalho e Silva comunicava ter entregue, neste dia, o governo ao tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, que se "apresentou pronto para o serviço". Este, em 21 de abril, deu, por ofício, ao governo da ^P província, conhecimento das festas de juramento do projeto da Constituição do Império, tendo dito anteriormente que "como acho-me com algum alívio de minha enfermidade, posso ir continuando ao serviço no Governo desta Praça até que Sua Magestade Imperial determine o que for servido". Em 11 de novembro, José Olinto de Carvalho já havia, de novo, entrado no exercício do governo da ^P praça ⁶⁶ ~~208~~ 208.

Joaquim Aranha, em sua permanência em Santos, foi provedor de sua Santa Casa, que o homenageou com seu retrato em salão de honra. Era ele cavaleiro da Ordem de Cristo, agraciado pela rainha Dona Maria I, e cavaleiro da Ordem do Cruzeiro do Império. Faleceu em Santos, depois de completar setenta e oito anos de idade:

"Aos vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e quarenta e um, nesta cidade, faleceu do peito, com todos os Sacramentos, de idade de setenta e tantos anos, o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, viúvo, natural desta cidade. Fez testamento: seu corpo foi amortalhado em hábito de São Francisco, por mim e pelo reverendo Clero recomendado, e sepultado na Igreja da Santa Casa de Misericórdia", (a) José Antônio da Silva Barbosa ⁶⁷ ~~209~~ 209.

Mas, voltemos a 1778 quando havia nascido uma parente de Joaquim Aranha, batizada em São Paulo, como reza o assentamento:

"Aos 17 de março de 1778, na Capela de Nossa Senhora da Luz, com licença do Senhor Bispo, batizou e pôs os Santos Óleos o Padre Joaquim José Soares, a Eufrosina, filha do Capitão Joaquim José Botelho e sua mulher Dona Ana Joaquina da Silva. Foram padrinhos Manuel Rodrigues Jordão e sua mulher Dona Ana Eufrásia da Cunha, todos desta Freguesia, de que fiz este assento que assino". (a) O Cura Antônio José de Abreu ⁶⁸ ~~210~~ 210.

Em 1796, nas "Dispensas Matrimoniais e Casamentos" do mesmo Cartório Eclesiástico, nova referência se encontra neste termos:

"Acham-se dispensados do impedimento do quarto grau de consanguinidade misto ao segundo, para se casarem, o Capitão Joaquim Aranha de Camargo, batizado na matriz da Freguesia da Cotia,

filho legítimo do Sargento-mór Francisco Aranha Barreto e Dona ¹⁵ Mônica Maria de Camargo, com Dona Eufrosina Matilde da Silva Botelho, batizada na Freguesia da Sé de São Paulo, filha legítima do Capitão Joaquim José Botelho e de Dona Ana Joaquina da Silva Reis, ambos fregueses desta".

A Igreja de Santo Antônio, originada em ermida que fora contemplada com legado testamentário de Afonso Sardinha em 1592

²¹¹, reconstruída e terminada pela devoção de nosso primeiro bispo Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, foi escolhida para o casamento de Joaquim Aranha -ele com trinta e dois anos de idade e ela com dezoito- solenidade que assim se celebrou:

"Aos nove de fevereiro de 1796, na Capela de Santo Antônio com provisão, feitas as denúncias e dispensados no quarto grau

misto com o segundo de consanguinidade, e sem mais impedimento, em presença do Reverendo Vigário José Francisco Aranha de Camargo, de minha licença e das testemunhas, o Reverendo Dom Abade Frei Fernando da Madre de Deus e o Reverendo Bartolomeu Pereira Mendes, pelas cinco horas da tarde, receberam-se em matrimônio na forma do Concílio Tridentino, o Capitão Joaquim Aranha de Camargo, batizado na Freguesia da Cotia, filho legítimo do Sargento-Mór Francisco Aranha Barreto e Dona Mônica Maria de Camargo, com Dona Eufrosina Matilde da Silva Botelho, batizada nesta cidade, filha do Capitão Joaquim José Botelho e de sua mulher Dona Ana Joaquina da Silva Reis, ambos os contraentes fregueses desta Sé, e logo receberam as Benções Nupciais; e para constar fiz este assento que assino com as testemunhas". (a) Gaspar Ribeiro de Matos Sales - José Francisco Aranha de Camargo - o P. Bartolomeu Pereira Mendes ²¹²

Depois de residir no Paraná, de fixar-se em Campinas e de catorze anos de vida matrimonial, enviuvou Joaquim Aranha Barreto de Camargo:

"Aos vinte e três de Julho de mil oitocentos e dez, faleceu com os sacramentos da Penitência, Eucaristia e Extremação, Dona Eufrosina Matilde da Silva Botelho, de trinta anos, natural de São Paulo, casada com o Tenente Coronel Joaquim Aranha de Camargo; foi encomendada e sepultada solenemente dentro desta Matriz". (a) O Vig^o Joaquim José Gomes ²¹³

Eufrosina Matilde deixou três filhos:

1. Viscondessa de Campinas, natural de Castro;
2. - Joaquim Aranha de Camargo, natural de Castro, e
3. - José Aranha de Camargo, natural de Castro.



Cadeira masonada feita em
São Paulo, brasão verdadeiramente
desenhado ~~por~~ (Coleções Particulares)

Neste ano de 1990, quando o Governo do Estado transforma a antiga fazenda do Mato Dentro em Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, ~~destruiu~~ ^{observados} ~~xx xxxxxxxxxx xx xxxxxx xxxx xxxx~~ da construção,

dão a tal casa-sede o ano de 1840 como o de sua construção, cometendo um erro histórico.

É incontestável que a construção da casa do Mato Dentro, parece mais nova que outras de mais remota idade. Mas, se historiarmos os hábitos também dos construtores dos primeiros solares de Campinas, poderemos justificar tal diferenciação, se não esquecermos dados históricos que, com a sua própria história pessoal, interferiram na construção.

Os velhos e primeiros solares de Campinas, como os do Chapadão, do Engenho da Barra e o de Santa Rita do Mato Dentro, com telhados de uma a quatro águas e vergas retas, foram construídos na década de 1790; o primeiro, por dois irmãos vindos de Baependi, onde nasceram e residiram; o terceiro por irmãos que nasceram e residiram em Piracicaba. O do Mato Dentro, foi construído em 1807 por Joaquim Aranha Barreto de Camargo, nascido e residente por várias gerações, em Santos, onde sua família, vinda de Braga, já contava com várias gerações de militares, viçados, ativos com incumbências de multiplicadas realizações.

Joaquim Aranha Barreto de Camargo, cresceu e firmou sua personalidade em Santos onde mais tarde chegou a Comandante Militar da praça, a maior autoridade do governo e segurança da população. Foi, antes de mudar-se para Campinas, grande criador de gado vacum e cavalos, com milhares de cabeças comercializadas nas feiras de Sorocaba.

Joaquim Aranha conhecia o litoral sul do Brasil, com suas cidades adiantadas, tendo, portanto, para construir sua residência urbana no largo da Matriz Nova de cuja construção participava, e a sede do Mato Dentro, em 1807, com probabilidades de trazer artifícios de Vilas e cidades mais adiantadas, que dariam às suas construções características ainda desconhecidas nas construções de Campinas, o que ~~xxxx~~ ^{que} levou ~~as~~ a calcular a idade da sede do Mato Dentro, atribuindo erroneamente o ano de 1840 para esta construção, realmente realizada em 1807.

Entretanto, a casa-sede do Mato Dentro tem também características do início do século passado, como seu formato ^{em} de quadrilátero perfeito, sem lance adicional, mas com novidades para Campinas, como paredes de taipa só até a altura do assoalho e, acima deste, só de pau-a-pique ou paredes de mão com o pé direito de cinco metros; a porta principal entalhada como no solar do Engenho da Caxeiera, hoje Museu Histórico de Americana, construído nos primeiros anos do século passado, mas todos com telhado de uma, duas ou quatro águas, próprias dos primeiros anos do século.

O ferro do seu salão de visitas é obra de artista de cidades maiores que teria vindo a Campinas, trazido ~~xxx~~ pelo proprietário, que já conhecia aperfeiçoamentos habituais em cidades maiores.

O construtor, proprietário das casas do Mato Dentro e do Largo da Catedral, só residiu em Campinas até 1820, mas as construiu em 1807, como afirma o historiador Leopoldo de Amaral para a ^{cidade} cidade, e como assegura a tradição que tem a seu favor afirmações históricas que atravessam o tempo.

Nasceu a Viscondessa em Castro-(hoje Estado do Paraná)-onde residia seu pai, na Fazenda Taquara, pelos anos de 1797. Mudou-se com seus pais para Campinas, em 1806, para o Engenho do Mato Dentro que seu pai fundara. Neste engenho casou-se, como já tivemos ocasião de relatar:

"O casamento realizou-se com apuro e elegância ao gosto dos nossos rígidos e pragmáticos avós, aos 16 de junho de 1817; testemunhou-o o capitão-mór de Campinas, João Francisco de Andrade, que envergando suas vestes de solenidade e faixa própria, levava a esposa para assistir as bodas. Outra testemunha foi o major Teodoro Ferraz Leite, senhor do engenho da Lagoa, onde se erguia um sobradão residencial; "homem de correto trajar, com sua casaca, calção de setim, colete e luvas de seda, banda militar e sapatos" de fivelas de prata, "tinha a seu lado a jovem e formosíssima esposa" Maria Luísa Teixeira Nogueira de Camargo, prima da noiva, enquanto campinenses de prol, ~~asdfghjklzxxxbnawerqrtyu~~ como as testemunhas, ~~estariam também, a cavalo ou lotando suas liteiras, em busca do rico engenho para o casamento da sinhazinha da casa, que era a moçoila~~ Maria Luzia ~~de xxxxxxxxx~~ Aranha, futura Viscondessa de Campinas, casadeira pelos hábitos da época, de tez moreno-clara, olhos pretos e muito vivos, nariz perfeito, boca direita e bem rasgada na moldura dos lábios de curvas elegantes, como nos mostra seu retrato de anciã de agradáveis traços e doce semblante de bondade" (72.2.14)

E o vigário Joaquim José Gomes, dedicado e virtuoso sacerdote, que por três décadas paroquiou em Campinas fazendo-se querido e conceituado, registrou com o seu habitual cuidado o casamento, no segundo livro de assentamentos, fls. 126:

"Aos 16 de junho de mil oitocentos e dezessete, por uma Portaria do Muito Reverendo Snr. Dr. Arcediago e Vigário Geral, e de Licença minha, em presença do Reverendo José Francisco Aranha de Camargo, se receberam em matrimônio, no Sítio do Tenente Coronel Joaquim Aranha de Camargo, na forma da dita Portaria que os dispensou do impedimento de 2º grau de consanguinidade, Francisco Egídio de Sousa por sua Procuração apresentada pelo mesmo Tenente Coronel Joaquim Aranha, filho do Alferes Pedro de Sousa Campos e de Dona Maria Francisca Aranha: com Dona Maria Luzia Aranha filha do sobredito Tenente Coronel e de Dona Eufrosina Matilde da Silva Botelho, tendo testemunhas presentes o Capitão-mór João Francisco de Andrade e o Capitão Teodoro Ferraz Leite. E logo receberam as bênçãos nupciais!" (a) O Vigário Joaquim José Gomes - Teodoro Ferraz Leite - João Francisco de Andrade. (2.15)

Como demonstramos tratando da geração de Amaraí Gurgel, o nome de família mais conhecida, prevalecia habitualmente na descendência. Este casamento consanguíneo que acumulou o sangue

105

dos Aranhas, foi de feliz resultado com prole ilustre, formando a notável família Aranha de Campinas, desde o noivo, cujo nome no assentamento e na procuração era apenas ~~Sousa~~, passou a assinar Sousa-Aranha, pois também tinha deste sangue pelo lado materno.

Francisco Egídio que teve aprendizagem de administração agrícola com o próprio sogro e tio na fazenda Taquara, de Castro, com a ausência de Joacim Aranha pelos anos de 1820, assumiu o engenho do Mato Dentro do qual sua mulher foi herdeira. "Cultivou-o com dedicação e zelo merecido por este grande latifúndio, tratou dos canaviais, fabricou açúcar e aguardente, aumentou a escravatura, criou gado e estendeu uma das primeiras plantações de café". Faleceu a 11/7/1860, com oitenta e dois anos de idade, ficando sua mulher uma viúva altaneira e senhora da casa como as velhas matronas do velho São Paulo, para dirigir o patrimônio do casal que se compunha, além do engenho do Mato Dentro, da fazenda São Francisco, da fazenda do Campo e de casas na cidade, destacando a casa solar do largo da então Matriz Nova, construção de Joaquim Aranha.

Maria Luzia de Sousa Aranha, a 24 de outubro de 1874, em sua Fazenda Mato Dentro, recebeu a visita do Príncipe Gastão de Orleans, que se achava em Campinas. Sua Alteza depois de percorrer os quilômetros já construídos da Estrada de Ferro Mojiana, e depois de pernoitar na Fazenda Jaguari-{hoje Santa Úrsula}- do Dr. João Ataliba Nogueira-{Barão de Ataliba Nogueira}, ficou hospedado na casa solar de Maria Luzia, no largo da Matriz Nova-{Catedral}- onde o povo lhe fez brilhante manifestação após o jantar. Deixou ele esta casa pela manhã de 29, partindo pelo trem das 7 1/2 horas para São Paulo.

Por decreto imperial de 9 de janeiro de 1875, e "em atenção aos relevantes serviços prestados à instrução pública e à humanidade em relação à guerra do Paraguai", como reza o respectivo pergaminho, foi ^{Maria Luzia} agraciada com o título de Baronesa de Campinas, e elevada a Viscondessa de Campinas por outro decreto imperial, este de 19 de julho de 1879. Em 26 de agosto de 1875, a Senhora Baronesa de Campinas visitou Suas Magestades Imperiais, Dona Teresa Cristina e Dom Pedro II, hospedados no sobrado do Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, depois Visconde de Indaiatuba.

Extremamente caridosa, ^{dona} Maria Luzia era pródiga na assistência que dava aos pobres, dentro de uma rigorosa modestia que ocultava aos alheios as manifestações de sua bondade. Em sua casa solar realizou-se um grande concerto em benefício da Santa Casa de Campinas.

Faleceu a Viscondessa a 6 de agosto de 1879 e deixou disposição testamentária libertando escravos e legando "avultada quantia para ser distribuída entre os pobres e instituições pias". Foram seus filhos:

- Intestada a 8-8-1819
1. Maria Brandina de Sousa Aranha, casada com Alvaro Xavier de Camargo e Silva, fundadores do engenho Mato Dentro de Baixo,

fazenda Vila Brandina. Dentre seus descendentes, ocorre-nos citar: Coronel Antônio Álvaro de Sousa Camargo, fazendeiro e chefe político em Campinas, pai de Lafaiete Álvaro de Sousa Camargo, o prefeito de Campinas e importante criador de gado holandês de maior apuramento racial; Paulo de Almeida Nogueira, senhor de usina açucareira, importante criador e fazendeiro em Campinas, deputado estadual, pai do deputado federal Paulo Nogueira Filho, membro da Academia Paulista de Letras, e avô do cientista e professor Paulo Nogueira Neto e do deputado e secretário de Estado José Bonifácio Coutinho Nogueira; Joaquim Álvaro de Sousa Camargo, bacharel em direito, presidente da Câmara Municipal de Campinas, deputado estadual e deputado federal ²¹⁹ nascido em 19-3-1821

2. Coronel José Egídio de Sousa Aranha, ^{nascido em 19-3-1821} casado em primeiras núpcias com Maria Luísa de Queirós e em segundas com Antônia Pereira de Queirós, ambas filhas do capitão José Pereira de Queirós e de Escolástica Saturnida de Moraes Jordão. Com grande e ilustre geração, na qual Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, José Egídio Bandeira de Melo, José Egídio de Azevedo, Róssio de Castro Prado e outros.
3. Marquês de Três Rios, gêmeo do anterior, - em título especial, adiante.
4. Francisco Egídio de Sousa Aranha, batizado em 3/6/1823, casado com Maria Luísa Nogueira Ferraz, com grande geração.
5. Pedro Egídio de Sousa Aranha, batizado em 28/8/1825, grande fazendeiro em Campinas, casado com Ana Joaquina do Prado Aranha, protetora benemerita da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, com grande descendência.
6. Ana Teresa de Sousa Aranha, batizada a 7/7/1827, foi a primeira esposa de Manuel Carlos Aranha, mais tarde Barão de Anhumas, com vários filhos, entre os quais Carlos Norberto de Sousa Aranha, deputado provincial, bacharel em direito.
7. Baronesa de Itapura, batizada em 29/9/1829, - em título especial, adiante.
8. Antônio Egídio de Sousa Aranha, nascido em 1833, casado com Elisma do Amaral, filha dos Viscondes de Indaiatuba, são pais de Olavo Egídio de Sousa Aranha, casado com filha dos Barões de Sousa Queirós, bacharel em direito, parlamentar, secretário de Estado, chefe de grande prestígio na política estadual, pai de Olavo Egídio Filho, engenheiro; de Alfredo Egídio de Sousa Aranha, advogado, deputado estadual e banqueiro em São Paulo; de Renato Egídio de Sousa Aranha, engenheiro e historiador, e de Francisca Egídio que se casou com o poeta e escritor ficcionista Paulo Setúbal, pais de Olavo Egídio Setúbal, banqueiro, político eminente, ~~Mix~~ ~~nixtra de Exixtra~~ Relações Exteriores, prefeito da cidade de São Paulo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.
9. Petronilha Egídio de Sousa Aranha, batizada a 29/6/1836, casada com seu primo Francisco Inácio do Amaral, fundador da fazenda La-

107

pa^{ra} ~~hoje sede da Sociedade Hípica de Campinas~~; que por ser habitualmente conhecido pelo nome de sua propriedade, passou a assinar ~~Amaral Lapa, formando mais este ramo da família~~, o casal deixou vários filhos: Antônio Carlos do Amaral Lapa, grande benfeitor da Santa Casa de Campinas, presidente da comissão de fundação do bispado de Campinas, cujos filhos foram Mary Lapa de Camargo, casada, com geração; Zenaide Lapa Penteado, casada, com geração; Marina Lapa de Oliveira Dias, dama da Ordem do Santo Sepulcro e da Ordem de Malta, que foi casada com José Pires de Oliveira Dias das mesmas Ordens e benfeitor e diretor da Santa Casa de São Paulo; Plínio Carlos do Amaral Lapa, casado, com geração. Foram ~~xx~~ ainda ~~filhos~~ do casal Petronilha-Francisco Inácio, Adolfo Augusto do Amaral Lapa, casado com Ana Alves da Silva (irmã do Dr. Guilherme da Silva) pais da filha única Leonor Lapa Álvares Lobo, casada ~~xxx~~ (78); Olímpia Lapa de Sousa Camargo, casada com seu primo Coronel Antônio Álvares de Sousa Camargo, já referido;

Leonor La-

pa Penteado, casada com Elisiário Penteado, que são avós maternos dos engenheiros José Carlos e Osvaldo Penteado de Freitas, e outros.

10. Martim Egídio de Sousa Aranha, ^{nascido em 1839} casado com Talvina do Amaral Nogueira, deixou grande geração com elementos de destaque como Osvaldo Aranha, administrador, parlamentar e ministro da República, pai da embaixatriz Miriam Aranha Moreira da Costa, esposa do embaixador Wilson Moreira da Costa, e da embaixatriz Luísa Zilda Aranha Correia da Costa, casada com o embaixador Sérgio Correia da Costa, ele grã-cruz e ela dama de comenda da Ordem do Santo Sepulcro; Cyro de Freitas Vale, diplomata; Celso Egídio de Sousa Santos, com destacada descendência; os cientistas Marcelo e Tarcísio Dami de Sousa Santos; Antônio Egídio Nogueira, proprietário da fazenda da Barra, hoje bairro urbano de Campinas.

11. Gertrudes Egídio de Sousa Aranha, ^{antigada a 24-9-1838} casada com Francisco Pompeu do Amaral, de notável família de Campinas, com os filhos: Eduardo Pompeu do Amaral, pai da pintora Maria Nogueira Pompeu; Abelardo Pompeu do Amaral, doutor em ciências físicas e naturais pela Universidade de Bruxelas e químico diplomado pela Universidade de Genebra, cujo filho Francisco Pompeu do Amaral, é doutor em medicina, membro correspondente da Academia Nacional de Medicina, membro emérito da Academia de Medicina de São Paulo, autor das premiadas obras: "A Alimentação em São Paulo no Período de 1940-453", "O Leite, Problema Nacional", premiada em 1955 e "O Problema da Alimentação", em dois volumes, com prêmio da Academia Nacional de Medicina, em 1956; Anésio Pompeu do Amaral, fazendeiro em Campinas; Raul Pompeu do Amaral, também fazendeiro, pai de Ataliba José Pompeu do Amaral e de Cecília do Amaral da Cunha Bueno, cultora de arte e pintora; e outros como Valentina Pompeu do Amaral, benfeitora da Santa Casa de Campinas, falecida solteira com 93 anos, a 8 de novembro de 1969, então última neta da Viscondessa de Campinas.

mascara
19-III-1821

108

3. Marquês de Três Rios - Joaquim Egídio de Sousa Aranha, vereador e presidente da Câmara Municipal de Campinas, deputado provincial e vice presidente da Província, tendo ocupado a presidência por várias vezes; foi rico proprietário e fazendeiro, agraciado com os títulos de barão, ^{visconde,} conde e marquês de Três Rios; hospedou em sua tradicional casa solar do pátio da Matriz Nova-~~{Catedral}~~ na qual sucedeu sua mãe a Viscondessa de Campinas, Suas Altezas Imperiais a Princesa Dona Isabel, seu marido o Conde d'Eu e seus filhos os Príncipes Dom Pedro, Dom Luís e Dom Antônio, aqui chegados a 13 de novembro de 1884; desta visita, a Senhora Princesa anotou em seu diário: "o Conde de Três Rios é uma excelente criatura, assim como a Condessa"

~~_____~~ 221 Hospedou o Marquês na mesma tradicional casa, o Imperador e a Imperatriz, na visita que se iniciou com a chegada dos imperantes a 27 de outubro de 1886, quando eles, em carro puxado por duas parelhas, desceram a rua da Constituição-~~{Costa Aguiar}~~ toda "adornada em arcos, bandeiras e folhagens" ~~_____~~ 222 entre alas de estudantes que cobriram os visitantes com pétalas de flores.

(Casou-se o Marquês, em primeiras núpcias, ^{a 30-III-1842} com Dona Ana Francisca da Silva, falecida baronesa, e sepultada a 16 de agosto de 1875, deixando grande descendência; casou-se o Marquês pela segunda vez, com a Baronesa Viúva de São João do Rio Claro, ^{que faleceu Marquês de Três Rios, a} de quem não teve geração. Foi seu filho o Major Carlos Egídio de Sousa Aranha, moço fidalgo da Casa Imperial, casado a 18/10/1866 com ~~_____~~ Maria Ângela Teixeira Bueno, filha do capitão Cândido José Leite Bueno e de ~~_____~~ Umbelina Teixeira de Moraes; foi seu neto Joaquim Egídio de Sousa Aranha, chamado o Marquesinho, casado a 14/9/1895 com ~~_____~~ Anália Ferreira de Camargo, neta paterna dos Barões de Itatiba; ^{for} seu bisneto por primogenitura o Comendador Joaquim Carlos Egídio de Sousa Aranha, cavaleiro da Ordem de Malta, casado com ~~_____~~ Maria Amélia de Arruda Botelho, ^Dama da Ordem de Malta, bisneta por

primogenitura dos Condes do Pinhal, artista de subido valor, pintora, escritora, ^{membro titular} do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no qual tem ocupado cargos de diretoria. Foram ^{ainda} filhos do Major Carlos;

~~_____~~ Cândido Egídio de Sousa Aranha; Zulmira Adelaide de Sousa Aranha, casada e com geração; Lafaiete Egídio de Sousa Aranha com ~~xxxx~~ grande descendência; Maria Umbelina de Sousa Aranha, casada, com filhos; Ana Egídio Ferreira casada com o conhecido e caridoso campinense Estanislau Ferreira de Camargo; ~~_____~~ Júlia Egídio de Sousa Aranha casada com Persano Pacheco e Silva, com seis filhos, entre os quais ~~_____~~ Iolanda Pacheco e Silva de Siqueira, ^{viúva de} Raul Estevão de Siqueira e mãe de ^{substituto} Estanislau Ferreira de Siqueira, conhecido e estimado elemento da sociedade de Campinas.

21
BARÕES DE ITAPURA

- 109
130
(29-12-1897)
batizada em
6. Baronesa de Itapura - Libânia Egídio de Sousa Aranha, casada a 26 de fevereiro de 1843 com Joaquim Policarpo Aranha, Barão de Itapura, ^{irmão do Barão de Itapura} proeminente elemento nas maiores realizações de Campinas, ^{que} ~~seu tempo~~, foi chefe político, presidente da Câmara e grande fazendeiro de café; proprietário de quatro grandes fazendas e de três menores, todas herdadas pelos seus cinco filhos; quatro homens e uma mulher que foi a benemérita Isolete Augusta de Sousa Aranha. Foi seu neto Carlos Alberto Barbosa Aranha, pai de três filhas, e de Alberto Aranha Neto, falecido, e de José Carlos de Camargo Aranha, médico em São Paulo, casado, com geração.

~~Barão de Itapura~~

Como o presente trabalho atendi, em parte, ao pedido abaixo que me foi feito há ^{cinquenta e quatro anos} e que não me foi possível atender a tempo, ^{e muitas} de forma completa. Vem o pedido em favor da nota de abertura do capítulo "O Anfitrião de Suas Majestades".

110
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

RUA QUINTINO BOCAIUVA, 4 - 2.º andar

SÃO PAULO

São Paulo, 11 de Setembro de 1933

Presado Amigo Celso,

Em nome do Dr. Oswaldo Aranha, agradeço a
você a árvore genealógica.-

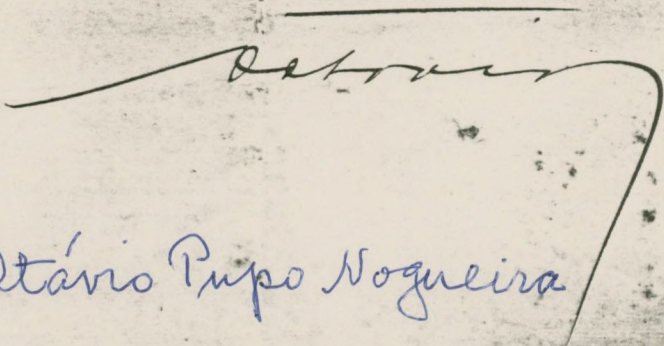
O successo do seu trabalho foi maior do que eu mesmo
esperava: o Dr. Oswaldo mostrou-o a muita gente da sua roda,
guardou-o com carinho, quasi decorou o nome dos seus maiores e
viu, com ufania, que o seu sangue tem gottas do que corria nas
veias de Fernão Dias Paes Leme.-

Tanto interesse despertou o seu trabalho, que o Dr.
Oswaldo, por meu intermedio, pede a você vasculhe de onde lhe
vem o nome de Aranha.-

Creio que a empreza é difficil para um leigo, mas re-
lativamente facil para você, auctoridade no assumpto.-

Ao que parece, á alcunha está ligado um padre e é tu-
do quanto o Dr. Oswaldo soube do caso atravez de vagas reminis-
cencias da sua velha Mãe que mora com elle no Rio.-

Abraços do sempre amigo


Otávio Pupo Nogueira

Venda Grande tem sido para Campinas uma tradição estremecida; os antigos a ela se referiam com veneração, cultivando sua memória como a de um ato meritório, caro e merecedor de uma lembrança que se perpetuasse; que se transmitisse às gerações vindouras. Ouvimos na meninice a repetição de sua história, o sacrifício das vítimas imoladas, nomes dos que ali morreram, dos que, prisioneiros, desceram para Santos desfilando pela sua rua Santo Antônio com destino ao cais, de onde os navios os levariam para julgamento na Corte. Campinas viveu, através de gerações, o embate traumático de um movimento armado idealista que se extinguiu tristemente para os elementos locais, vencidos e vencedores; a anistia de 1843 e o retorno dos revolucionários aos seus lares, não apagou o luto da gente campinense que o conservou em tradição familiar.

Pequenino não foi o significado do combate da Venda Grande, que repercutiu decisivamente no ânimo da restante tropa revolucionária, desanimando-a; foi, em nossa província, com o encontro de Silveiras, um dos dois únicos embates de forças antagônicas; únicas deflagrações de armas de guerra; únicas refregas cruentas de tropas revoltosas com tropas regulares, e sua memória superou as proporções destes encontros, constituindo um abalo moral na família campinense, cuja sensibilidade duradoura a colocou como fato marcante na história da cidade, como passo de maior grandeza na vida de Campinas. Pequenas foram as proporções numéricas de baixas e as perdas materiais; mas a cicatriz que deixou na alma campinense, profunda e indelével, só uma grande causa justifica.

A sublevação de São Paulo em 1842, significou um extremado movimento liberal contra os conservadores que detinham o poder. A política era preocupação constante de nossa gente; era empolgante, absorvente, quase fanática e guiava os homens de responsabilidade que, pelo caráter puro e pela intransigência de suas resoluções, iam ao extremo, defendendo suas convicções como pontos de honra intangíveis e pelos quais se sacrificavam. E Feijó havia dito, "eu me orgulho de ser filho de uma província célebre pelo seu distintivo de honra e pundonor" ²²³

Sobre os motivos da revolta, conta Washington Luís ²²⁴: "As leis da reforma judiciária e criadora do Conselho de Estado, acabavam com a liberdade do cidadão, coactavam a do monarca, atentavam contra a constituição do país, violando o ato adicional. A anulação do poder legislativo pelo golpe de estado de 1º de maio de 1842 que dissolveu a Câmara dos Deputados, em maioria contra o governo, antes de ter os seus poderes reconhecidos, sob o fundamento de vícios do processo eleitoral, amputara à oposição o recurso legal". O mesmo diz Tavares de Lira ²²⁵ afirmando: "todos estavam acordes; era no combate sem tréguas ao liberalismo. E de sua harmonia de vistas neste particular provieram, além de muitas medidas vexatórias, o restabelecimento do Conselho de Estado, a votação da lei de 3 de Dezembro de 1841 e a dissolução da Câmara dos Deputados, atos que os conservadores defendiam na esperança de se perpetuarem nas posições oficiais, a salvo de surpresas".

No poder, os conservadores desde 23 de março de 1841; na presidência da província de São Paulo, o baiano Barão de Monte Alegre, exasperaram-se os liberais de várias províncias, e em São Paulo, projetou-se a deposição do presidente e

a aclamação do brigadeiro Tobias para este alto cargo. Chefioo o movimento já no fim das confabulações, o velho e h⁸emiplégico senador Feijó, que para traçar planos, se encaminhava em sua li⁵teira ⁴~~226~~, a casa de Antônio Manuel Teixeira, chefe presti-
gioso nesta província. Contam-nos, então, as Testemunhas ouvi-
das no processo crime presidido pelo chefe provincial de polí-
cia, José Augusto Gomes de Meneses, que teve por escrivão Joa-
quim Roberto Alves, como se desenvolveu a conjura em Campinas:

"parace ter havido algum concerto entre Tris-
tão de Abreu Rangel e algum outro, com Anto-
nio Manuel Teixeira, Reginaldo Antônio de Mo-
rais Sales, Francisco Teixeira Nogueira, Lucia
no Teixeira Nogueira e Angelo Custódio, que
nesta cidade nas proximidades do rompimento
de Sorocaba, se reuniram algumas noites em ca-
sa de Antônio Manuel Teixeira e também em ca-
sa de Reginaldo Antonio de Moraes Sales, de-
terminadas pessoas".

Foi este o início do depoimento da testemunha
Cândido Gonçalves Gomide, "casado, nat^ural da cidade de Maria-
na, Província de Minas Gerais, morador desta cidade de Campi-
nas onde vive de seu emprego de Cirurgia, de idade que disse
ter cinquenta e um para cinquenta e dois anos". E continuou:

"supõe serem os principais motores da rebe-
lião neste termo, Antônio Manuel Teixeira,
Reginaldo Antônio de Moraes Sales, Francis-
co Teixeira Nogueira, Alferes das extintas
Milícias, Luciano Teixeira Nogueira, Ângelo
Custódio e outros que com eles cooperaram e
trabalharam no mesmo sentido. Que quanto a
"Antônio Manuel Teixeira sabe haver a porta-
ria, digo sabe por ter visto a Portaria do
Governo intruso, que fora ele nomeado Coman-
dante Militar neste termo, que em consequên

114

cia desta nomeação reunira gente com que se pu-
sera em observação nesta cidade, trazendo duas
peças de artilharia que em seu Engenho tinha ,
que com essa gente se colocara no sítio do fi-
nado Teodoro junto à Venda Grande, na estrada
para esta cidade e, digo para Piracicaba e Li-
meira que segue desta cidade, onde reunindo ou-
tros contingentes dispunha-se a vir tomar esta
cidade por ordem do Governo intruso, quando foi
batida pela força do Governo Imperial, no dia
sete de junho. Quanto a Reginaldo Antônio de
Morais Sales, sabe que muito influuiu reunindo
seus partidistas deste termo e gente da Limei-
ra e São João, e que correu que ele se enten-
dia com o Senador Vergueiro e com o Padre Fran-
ça, Vigário de Piracicaba, e que consta que e-
le comandava a força que do Salto de Itu segui-
ra para a Venda Grande e que, largando aí essa
força, voltara a Piracicaba a reunir mais, se-
gundo se colige de uma carta dele a Antônio Ma-
nuel Teixeira, e é voz pública. Quanto a Fran-
cisco Teixeira Nogueira, sabe por ser voz pú-
blica que reunira gente no Capivari de Cima⁵
e com ela marchara para a Venda Grande e
aí a comandava, assim como que se achou no ata-
que feito pelas forças Imperiais. Quanto a Lu-
ciano Teixeira Nogueira, sabe por ser público
e notório que reunira gente em sua casa, e tan-
to isso é verdade que mandando o Coronel Chefe
da Legião a sua casa chamá-lo pelo Sargento Jo-
sé Manuel⁶ fora esse pelo dito Luciano
mandado prender como recruta e remetido logo pa-
ra Sorocaba. Quanto a Ângelo Custódio⁷ sa

be que na sua casa iam pousar todos os comprometidos que iam e vinham nesta direção e consta que, além de se prestar com agasalho e serviços particulares, também oferecera um filho para as forças da Venda Grande e dera mantimentos assim como que reunira gente. Que além destes, o Capitão Francisco José da Silva, instrutor da Guarda Nacional de Moji Mirim e desta cidade, andou com toda esta gente, e consta ter ensinado manejo em diversos lugares e na Venda Grande e foi também instrutor, assistiu o ataque e até foi ferido".) "Disse que quando a força reunida, só houve neste termo o da Venda Grande" e "que a força da Venda Grande se achava armada com duas peças de Antônio Manuel Teixeira, e de clavinas, pistolas e lanças, e que Luiz Batista dos Santos, vindo a esta cidade dera notícia que de Sorocaba se enviara para aqui duzentas armas que consta foram recebidas por Francisco Teixeira Nogueira!"

As outras duas testemunhas ouvidas foram o "te-nente José Teodoro de Barros Cruz, solteiro, natural de Moji Mirim e morador desta cidade onde vive de seu negócio de fazendas, de idade que disse ter trinta e três anos", e o "Capitão Joaquim da Silva Leme, casado, natural e morador do termo desta cidade onde vive de seu Engenho de fabricar açúcar e de sua tropa e de idade que disse ter quarenta e oito anos mais ou menos".

Destas testemunhas foram os depoimentos de ratificação do primeiro. Acentuaram a chefia de Antônio Manuel Teixeira que ia a "casa do Senador Diogo Antônio Feijó, o qual lhe dava a direção para a revolução"; a atividade eficiente de Reginaldo Antônio de Moraes Sales, de Francisco Teixeira Nogueira, de Luciano Teixeira Nogueira e de Ângelo Custódio Teixeira Nogueira, e da vinda, emprestadas, que Antônio Manuel Teixeira, "mandara buscar de sua fazenda, de duas peças de artilharia que

ele tinha, com que pretendia assaltar a cidade".

Contra a tropa legal, que era gente de guerra dedicada a este ofício, e para a guerra armada e municada, vinda de várias regiões do país, Tobias de Aguiar juntou civis, políticos liberais, gente do trabalho apenas adestrada no manuseio de armas de caça, pais de família reunidos para ocupar a capital da província e depor o presidente, o que procurara fazer num lento movimento fracassado nos planos de ocupá-la por forças da freguesia do Ó, comandadas por Francisco de Castro, o que permitiu ao Governo anteceder-se no domínio da cidade de São Paulo; com esta antecipação das forças governamentais, estava anulada a revolução dos liberais paulistas.

Ainda com os mais sólidos fundamentos para ação bélica, não se pode deixar de considerar a exarcebação de ânimos dos políticos, e as soluções extremadas a que se entregaram, quando a prudência melhor aconselharia uma ação político-parlamentar vigorosa. Mas, escolhida por Rafael Tobias de Aguiar, a ação revolucionária, cedo se convenceu ele da impossibilidade de sua vitória e passou, de ordem enérgica para se organizar a força de Campinas, que teria de atacar São Paulo sob o comando dos irmãos capitão Francisco e Luciano Teixeira Nogueira e do Tenente Antônio Rodrigues de Almeida, a retroceder para determinar apenas a defensiva. Assim, mesmo com o ânimo dos chefes campinenses cujo cabeça, Antônio Manuel Teixeira, estava seguro de ocupar Campinas sua tropa, cujo aspeto geral bem se harmonizava com o das demais tropas revoltosas, sofria limitação por ordem do mais alto comando, prudente por vê-la débil, como dizia Tobias em 7 de junho, comunicando-se com Feijó:

"Visto constar que as forças inimigas em Campinas foram reforçadas em cento e tantas praças, uma peça de artilharia, e alguns caixões de armamento", "e Antônio Manuel Teixeira

com 200 e poucos homens pouco ou nada pode fazer, e ordenei-lhe em consequência que tivesse grande cautela, parecendo-me mais conveniente por-se na defensiva de que deverá sair sómente no caso de tentarem alguma cousa sobre esta cidade ou outro ponto".

Haviam-se os revolucionários alojado no engenho da Lagoa, ou sítio do Teodoro, ou Venda Grande como dizia o vulgo. Aguardando reforços, receberam de Itu um pequeno contingente sob o comando do capitão Boaventura do Amaral Camargo, que, sendo oficial de artilharia, tratou de se utilizar das duas peças que Antônio Manuel Teixeira havia trazido do seu Engenho da Choeira. Com os homens vindos de Itu, veio também uma pecinha de artilharia imprestável que "ainda descansava no carro que fora puchado pelos bois do Tristão, quando os caçadores de Bezerra a encontraram na Venda Grande".

Quem estuda o mapa da região dos engenhos da Lagoa e do Chapadão, ambos de propriedade de Teixeiras, pode, com o relato dos cronistas citados, reconstituir o ataque desfechado de surpresa e a defesa precária que foi possível organizar. À estrada Campinas-Limeira, entrando nos terrenos do chapadão, defletia para a esquerda em busca da sede deste engenho pela qual passava, indo depois procurar o leito atual da estrada dos Amarais.

Esta estrada evidentemente, destinava-se à defesa contra tropas que marchassem por ela, único meio normal de alcançar de Campinas, o solar da Lagoa. Mas a estratégia militar simulou um ataque de cavalaria por esta estrada, "surgiu no alto do pasto", enquanto os fuzileiros, através do engenho do Montolinho de propriedade do presidente da província, Barão de Monte Alegre, no qual não faltaram guias e informantes dedicados que teriam conduzido as forças legais, aproximaram-se do sobrado da Lagoa pelo flanco, escondidos na macega, e surpreenderam os revoltosos com saraivadas de balas de fuzil de longo alcance.

Do verdadeiro historiador da Venda Grande, Amador Bueno Machado Florence que, em 1882, publicou sua história na Gazeta de Campinas, em catorze crônicas entre os dias 7 de junho e 16 de julho; deste primeiro escritor, filho do grande Hércules Florence que foi amigo íntimo e compadre do cabeça da revolução em Campinas, Antônio Manuel Teixeira; deste cronista idôneo e metódico que relatou com detalhes toda a ação revolucionária de quarenta e dois em Campinas, transcrevemos o seguinte relatório do chefe Antonio Manuel Teixeira, feito apenas terminado o combate da Venda Grande;

"Fomos surpreendidos sem que tivesse ainda chegado Reginaldo com os de Limeira. Esperavamos descansados e dispersos, alguns mesmo em profundo sono no velho sobrado e dependências, quando assomou no alto do pasto, em nossa frente, a cavalaria inimiga, contra a qual logo que pudemos apontar as duas pecinhas de difícil manobra nos tais carrões de arrastar madeira, bem ou mal, mandamos o nosso primeiro pelotinho (sic) de calibre 4, que nos pareceu dar com alguns em terra, pois estávamos distantes. Mal sabíamos, porém, que só chamavam para aquele ponto a nossa atenção, fingindo cair; o que queriam era que pelo flanco, todo em capoeira, nos viessem até quase a retaguarda os perequitos ²³⁴ (12) do Bezerra. E, de fato, quando demos por eles, foi já pelo relampejar das baionetas, e pelas cerradas descargas sobre o grupo dos nossos poucos que puderam tomar as armas em desordem e rodear bravamente as duas pecinhas, cujos tiros não iam tão apressados como desejávamos, pela simples razão de não termos artilheiros, sendo o melhor que tínhamos o Chico de Barros, que o Shr. Mateus conhece, o camarada do Vicente Lei-

te. O Boaventura e o Viana, ainda assim faziam os impossíveis, secundados com denodo por companheiros como Luís Aranha, Capitão Silva (o nosso Chico Rato) parente de vmcs. e outros bravos, cujos nomes agora me passam do sentido, mas que direi ainda.

Tinham já dado uns oito tiros, pois iam acertando com a pontaria, quando o granizo das nutridas descargas dos negrinhos começou a dar sério, ora num ora noutro dos nossos, que nenhum troco podiam dar de fuzilaria, pois só então verificaram nada valerem as suas espingardinhas de caça, em frente às reuniões de formidável adarme e alcance de 400 passos e mais, rapidamente manejadas, como estavam.

O pequeno grupo dos nossos que, no começo, não sei se chegariam a uns 60, pois que os mais nem puderam buscar as armas e só trataram de salvar-se, foi já se reduzindo pela retirada, ora de um ora de outro, enquanto o permitia a manobra do inimigo, (caçadores-fuzileiros) que a cada descarga deitavam-se para carregar as armas, e erguendo-se davam poucos passos, atiravam e repetiam a manobra"(...) 235

"Pois eu ia dizendo que o primeiro grupo dos nossos, não excedendo de uns 60, diminuía, ora de um ora de outro, até resumir por fim no punhado de bravos, que loucamente parecia querer morrer, mas não recuar de junto às duas pequenas bocas de fogo, até ali centro da ação, mas já então caladas."

[E, de fato, assim o fizeram! Foram o grupo de heróis! pequeno em número, mas imenso em valor!]

[Se a Tobias de Aguiar faltava o prestígio pesso-

al no seio da população paulista, assim como, qualidades para chefe militar revolucionário, como afirma João Batista de Moraes; se o resultado geral da revolta nada deixou que recomendasse a tropa liberal da província; Campinas diferiu de toda a inação dos revolucionários, primeiramente pelas notícias de que iriam ocupar sua própria cidade, e depois, pelos boatos de que seus soldados atacariam a capital, despertando as atenções do alto comando das tropas imperiais, que destacou o coronel Bezerra, e suficiente força, para ir combater os revolucionários de Campinas, no seu próprio ambiente, única arregimentação revolucionária que mereceu esse cuidado do comando de Caxias.

E foi em Campinas que o exército imperial encontrou resistência e que foi recebido sob fogo, salvando-se, ao menos aqui, o pundonor do qual se orgulhava Feijó. Foi aqui que o sangue paulista e campineiro ensopou o solo da província, na coragem "de um punhado de bravos, que loucamente parecia querer morrer mas não recuar".

Caxias foi um combatente de sublevações, mas, acima de tudo, um pacificador generoso. Vilhena de Moraes estendeu-se nos casos vários de atitude deste general em chefe, que desde a abrilada multiplicou a sua benevolência para com os vencidos, prendeu-os pela força, mas dominou-os pelo proceder cavalheiresco e fraterno de compatriotas. O grande general: "jamais viu lançar-lhe alguém em rosto, em sua longa existência, o labéu de uma violência inútil, de um abuso de força." Não tomaria ele medidas rigorosas contra os revoltosos de Campinas, se não vislumbrasse risco para os imperiais, na ação deste setor revolucionário campinense.

Não teve Campinas a ventura de conhecer Caxias; Ele permaneceu em São Paulo no comando geral, e enviou um corpo do exército, sob o comando do tenente coronel José Vicente de Amorim Bezerra, surpreender os revoltosos. E realmente a operação foi fulminante, bem indicando que se tratava de um inimigo respeitável, mal chegada a tropa da capital passando por Cam-

121

pinas e desfechando o ataque à Venda Grande. "O inimigo que se apresentara em campo, depois de se entrincheirar e resistir por algum tempo, foi desalojado e pôsto em completa debandada, com perdas de 17 mortos (vistos no campo), 15 prisioneiros, artilharia e bagagem".

Esta exposição de caráter oficial do revés da Venda Grande, completa-se com a proclamação do comando geral quando se refere ao desbarato do corpo revolucionário de Sorocaba, "debandado receando os sucessos iguais aos experimentados às portas de Campinas". Tais sucessos, no dizer do registro oficial, foram terrificantes.

Debelada a revolta, serenada a província e afastado o risco da ação revolucionária, seguiu-se o inquérito de processo crime, notabilizado pela sofreguidão e superficialidade com que foi conduzido nas inquirições, nas conclusões e no decretar da prisão de responsáveis. No segundo volume deste inquérito, no qual se reúnem as providências policiais tomadas, em Porto Feliz aos 15/10/1842; em Itu aos 17 do mesmo mês; em Capivari no dia 20; na Constituição (Piracicaba) dia 22; na Limeira dia 24; em Moji Mirim dia 26, e, finalmente, em Campinas no dia 31, como se vê nos despachos precedidos dos depoimentos, sente-se bem o esforço pelo olvido das divergências político-militares.

Em Campinas, excluídos alguns que foram presos pelas forças do governo e outros entregues a conselho de guerra, decretaram-se, no processo crime, apenas as prisões de Antônio Manuel Teixeira e de Reginaldo Antônio de Moraes Sales; o primeiro expatriou-se e do segundo pode-se dizer que sua absolvição demonstrou "a tolerância que dominava entre os amigos do governo e chefes políticos". Toda a ação punitiva se caracterizou pela prudente benevolência; os conservadores e os sediciosos eram irmãos paulistas e ninguém os queria executados.

Disse João Mendes de Almeida em 1886, que, "a crônica, para ser completa, deve haurir nos mesmos lugares dos acontecimentos, os fatos e as circunstâncias, examinando a-

122

té os livros domésticos. A história de uma nação não é somente a crônica de sua capital e das cidades principais; muitas vezes o arquivo de uma pequena Vila encerra documentos que serão para o historiador filósofo a explicação de sucessos, se não esquecidos pela desídia, pelo medo, pela lisonja, deturpados por conveniências que na época pareceram respeitáveis".

A crônica local tomou aspecto lamurioso. Zaluar, o jornalista viajante que percorreu a província por volta de 1860, não quis esclarecer, mas registrou com reticências os sucessos "experimentados às portas de Campinas": "foi perto da cidade de Campinas que se passou o trágico episódio político de 1842 no sítio denominado Venda Grande. Conheci e tive ocasião de relacionar-me com muitas pessoas que tomaram parte muito ativa nesse desastroso conflito, e que assistiram a todas as peripécias desse drama sangüinário e lutuoso. É uma página da história cuja mancha ainda não pode apagar a mão do tempo, para que ela se tornasse legível à luz da publicidade. As legendas desse dia funesto correm no entanto na boca do povo com toda a mágoa de uma tradição fratricida. Não serei eu quem levante a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena".

É ainda Zaluar ¹⁴ ~~que~~ ²³⁶ quem, na sua exposição reticente, revela o que ouviu de um seu amigo: "não lhe repetirei qual foi a causa desta revolta, nem tampouco quais foram as suas funestas conseqüências, pois não são estranhas a nenhum de nós; mas vou contar-lhe um fato acontecido na Venda Grande que não deixa de ser curioso e singular. Depois de terem sido os insurgentes batidos, fuzilados e dispersados pelas forças imperiais, os soldados, para completar a vitória, foram, de espadas nuas, espingardas e baionetas, dar busca em roda da casa e pelo mato, a ver se encontravam ainda algum desgraçado que tivesse escapado do seu furor".

Dedica-se à morte do capitão Boaventura do Amaral, a crônica do Dr. Ricardo: "comandava a mesquinha artilharia paulista no infeliz combate da Venda Grande, um paulista da mais apurada nobreza - Amaral e Camargo - por nome Boaventura Soares do Amaral ¹⁵ ~~que~~ ²³⁷ ^C. Era capitão da 2a. Linha e durante

anos militou nas campanhas do Sul contra os castelhanos. Melhor do que ninguém ele conhecia as impossibilidades de lutar com vantagem com o governo, porém, preso por sentimentos exagerados de gratidão ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, ele acudiu ao chamado deste, aceitou o comando das peças, e marchou como paciente para o cadafalso. Houve a debandada dos provincianos, mas o capitão Boaventura não cuidava de si; recusou abandonar o posto e, quando se viu cercado pelo inimigo, quis constituir-se prisioneiro de um oficial cujo camarada d'armas fora no sul, a fim de obter garantia de sua vida. Ele ofereceu sua espada ao referido oficial, mas este virou as costas deixando o paulista à mercê da tropa. Prenderam-no e no ato propositalmente feriram-no levando-o para a casa da antiga fazenda que era sobrado. Aí atiraram-no a uma cama e na mesma noite os soldados assassinaram-no a sangue frio".

Mais outras notas, agora na modéstia dos apontamentos caseiros, na pequenez de uma cadernetinha de registros íntimos, de lembranças caras ou lutuosas, alcançaram nossos dias, revelando um enternecido coração feminino que folga em anotar as festas de suas bodas ou soluça nos detalhes da morte de ente querido, para, depois, deplorar o desfecho sótano da Venda Grande. Sua autora foi Ama Gabriela Castro Camargo, casada com Joaquim Roberto Alves, escrivão do inquérito criminal. No seu livrinho de família, estão as palavras seguintes: "deram o ataque na Venda Grande a 7 de junho de 1842, às duas horas da tarde e, dizem, morreram na ação Joaquim Camarada e Pedro Aleixo; ficaram baleados muitos que morreram assassinados depois da ação, Comandante Boaventura e mais pessoas. Triste Causa."

Colhendo a escrita tradição familiar que galvanizou o feito do capitão Boaventura do Amaral para simbolizar em Campinas o sentir patriótico, a pureza de convicção e a consciência de lealdade, entende-se Campinas chorando sempre os seus mortos e figurando em Boaventura o símbolo do sacrifício de 1842. Este militar findou de armas na mão; foi valoroso, e intrépido, e dignamente seguido pelo "punhado de bravos", como relatou Antônio Manuel Teixeira; seguido pelo capitão Francisco Teixeira Nogueira que, submetido a conselho de guerra e condenado

124
à morte no Rio de Janeiro, interrompeu na prisão um jogo de cartas para ouvir sua sentença à pena máxima, e, terminada a leitura, superior e serenamente disse ao parceiro: "dê cartas";
239
simile do valente padre Feijó que, inválido e já vencido, em 14 de junho, ainda escrevia ao comandante em chefe das forças vitoriosas do governo: "eu estaria em campo com minha espingarda na mão, se não estivesse moribundo".

As tropas imperiais ainda permaneceram em Campinas, pois, em 21/6/1842, recebia a Câmara um ofício "do Tenente Coronel Comandante das forças em operação nesta Comarca". Na mesma sessão da Câmara justificavam-se os vereadores encarregados, de não terem "organizado as duas Companhias, sendo uma de Cavalaria e outra de Infantaria, segundo fora ordenado, por não lhes terem sido fornecidas as listas das Companhias dissolvidas". Ainda resolveu-se demitir o "Secretário da Câmara Alferes Raimundo Álvares dos Santos Prado pelos motivos públicos e notórios".

O alferes Raimundo fôra revolucionário e a Câmara era conservadora. Mas a situação política mudou, subindo os liberais já no início de 1843, voltando o alferes Raimundo para a Câmara, não como secretário, mas como vereador eleito. Em 14 de novembro de 1843, foi promulgada a lei com estes dizeres: "Ficam anistiados todos os crimes políticos cometidos em o ano de 1842 nas províncias de São Paulo e Minas Geraes, e em perpétuo silêncio os processos que por motivo deles se tenham instaurado". Mas, como o ideal não morre, vemos a seguir, na história política do país, grandes liberais paulistas alcunhados de "os Vendas Grandes", nome indelével na vida de Campinas.

Os despojos dos sacrificados na Venda Grande não foram esquecidos pelos seus contemporâneos; lê-se na "Gazeta de Campinas" de 16/7/1882: "Um ato de religiosa piedade, que assaz honrou a quem o promovera, o considerado chefe liberal sr. Joaquim Bonifácio do Amaral, hoje Visconde de Indaia-tuba", (...) "com alguns correligionários e companheiros daquela malograda jornada, dirigiu-se ele ao campo de combate, onde havia um sinal de sepultura daqueles valentes, cujos ossos com todo acata

mento exumados e colocados num decente féretro, foram transladados para uma das igrejas da cidade e após os fúnebres ofícios e piedosas visitas, levados solenemente ao cemitério público".

Dos relatórios e crônicas publicadas, foi possível reunir cinquenta e nove nomes componentes do corpo revolucionário que entrou em combate, nomes que foram colhidos em fontes diversas: Ângelo Custódio Teixeira Nogueira, Antônio Alfaia, Antônio Castelhana, Antônio de Cerqueira, Antônio Custódio de Moraes, Antônio Joaquim Viana, Antônio Manuel Teixeira, Antônio Pio Correia Bitencourt, Bento Martins, Boaventura do Amaral Camargo, -oficial reformado, Cândido Pompeu, Carlos Augusto do Amaral, Casemiro de Lima, Emídio Carpinteiro, Filipe César de Cerqueira Leite, Fidêncio Bueno de Camargo, Floriano de Lima, Florido José de Moraes, Francisco de Assis Pupo, Francisco de Barros Leite-{Chico de Barros}, Francisco Borges da Cunha, Francisco Cardoso, Francisco Dias Aranha, Francisco José da Silva-{Chico Rato, oficial}- Francisco Luís das Chagas, Francisco Marcelino de Moraes, Francisco Teixeira Nogueira, -oficial reformado, Gonçalo da Silva, Inácio de Oliveira, João Batista Pupo de Moraes, João Dias Aranha, João Evangelista Monteiro, João Francisco Alfaia, João Sapateiro, João Tamoio, Joaquim Bonifácio do Amaral, Joaquim Camarada, Joaquim Custódio de Lima, Joaquim Incarnação, Joaquim Pinto de Camargo, José Antônio da Silva, José Inocência de Camargo-o Teco, José Inácio Teixeira, José Cavaleiro, José Maria do Nascimento, José Pedro, José Xavier Leite, Luciano Teixeira Nogueira, Luís Dias Aranha, Malaquias de Tal, Manuel Fernandes Palhares, Manuel Joaquim Ferraz, Manuel Silvestre da Cunha Martins, Modesto Correia Nogueira, Pedro Aleixo, Pedro Aranha, Reginaldo Antônio de Moraes Sales, Rodrigo César de Cerqueira.

MISTÉRIO A DESVENDAR

Vimos agora movidos por uma imposição de justiça, no sentido de desvendar o mistério do massacre da Venda Grande, relativamente ao fato do século passado que tanto emo-

cionou a gente de Campinas.

A permanência do mistério perpetuou injustiça de suspeição a órgãos, que têm direito à pesquisa esclarecedora e à eliminação de qualquer dúvida sobre seu passado. Isto, mesmo depois de nossa publicação anterior, não foi eliminado de nossos cuidados, de nossas pesquisas, buscando o justo agora com oportunidade de divulgação.

As afirmativas reticentes do Dr. Ricardo Gumble - ton Daunt e de Zaluar, e o queixume de Ana Gabriela, podem hoje ser esclarecidos levantando-se "a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena" causadora de profunda e duradoura mágoa, como ainda nas primeiras décadas do século vinte, pudemos sentir. (Discorremos sobre este único encontro cruento na ^P província de São Paulo, transcrevendo:

"As legendas desse dia funesto correm no entanto na boca do povo com toda a mágoa de uma tradição fraticida. Não serei eu quem levante a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena" ²⁴⁰

"Prenderam-no e no ato propositalmente feriram-no levando-o para a casa antiga da fazenda que era sobrado. Aí atiraram-no na cama e na mesma noite os soldados assassinaram-no a sangue frio" ²⁴¹

"Morreram na ação Joaquim Camarada e Pedro Aleixo; ficaram baleados muitos que morreram assassinados depois da ação, Comandante Boaventura e mais pessoas". (Ana Gabriela) ⁽²⁴²⁾

O combate se iniciou com a presença da cavalaria Imperial "no alto do pasto", Fazenda Chapadão, recebida com tiros da artilharia dos revolucionários. Se tivesse havido revide da cavalaria {que não houve} contra os disparos da arcaica artilharia revolucionária, nada haveria de crítica, assim como não se pode estranhar a reação dos revolucionários ao serem atacados pela retaguarda, pela infantaria, esta com armas de maior alcance contra as armas de caça dos liberais; os fatos posteriores relatados pelos cronistas da época é que exigem uma revisão.

O relato do Dr. Ricardo é posterior a 1845, quando ele aportou a Campinas. Em 1846 Dom Pedro II visitou esta cidade e condecorou muitos liberais e apenas um conservador, não podendo haver qualquer temor em se dizer a verdade. Zaluar só veio para o Brasil em 1849 e passou pela nossa província em 1860-61, quando nada o impedia de denunciar a tropa responsável; mas se limitou a dizer: "não serei eu quem levante a cortina", quando poderia e deveria relatar a verdade.

Os contemporâneos de 42 eternizaram o mistério, hoje injustificável, mas, então, fundamentado pelo profundo e unânime pendor religioso da população. O século ^{XIX} dezenove se classifica pela convicção religiosa dominadora de todas as consciências, com seus princípios sólidos e, com suas credences e exageros naturais da enraigada fé religiosa.

Gozavam os sacerdotes de uma aura de respeito, que chegava ao rigor de se encobrirem faltas nunca referidas no temor de atingir o que neles havia de sagrado. Os desmandos de alguns não tisonavam sua reputação e eram resguardados por uma discrição temerosa que não ousava transpor os limites de restrita intimidade, conservando mistérios não desvendados até hoje, como resultou para a moderna discussão sobre a paternidade de Feijó.

AS TROPAS ATACANTES

Nesta cidade já se achava uma tropa mercenária organizada e mantida pelo chefe conservador de Moji-Mirim, João José Vieira Ramalho, que também participou do ataque à concentração dos revolucionários, aos 7 de junho de 1842, desbaratados estes com poucas mortes e prisões, recolhidos os feridos ao sobrado do engenho onde, durante a noite, vitimou-se uma chacina.

Do ressentimento da população de Campinas e dos relatos de escritores acima citados, que não quiseram levantar o véu do mistério que vem atravessando os séculos mas, que facilmente pode ser considerado como excesso de uma tropa sem culpa, que se busque a verdade a fim de que não se consolide alguma injustiça. Assim, mesmo tarde, que "se levante o véu" de

verdade.

Justo é que se inicie julgando a atuação militar, a partir do comandante em chefe das forças, preferencialmente chamadas de pacificadoras. Significativamente o guerreiro Caxias teve a alcunha de pacificador; e esta alcunha mais se justifica em pesquisas que se façam na história do movimento armado de 1842.

Caxias não quis atacar os revolucionários em Pinheiros; preferiu a inércia, sua e do inimigo, precursora do desânimo de revoltosos. Enviou o Coronel Bezerra com tropas para evitar a tomada de Campinas pelos revolucionários, que para tanto se preparavam, que acumulavam forças sem esconder o próprio objetivo militar. Estrategicamente, agiu a tropa imperial chegando a Campinas e desenvolvendo seu ataque já no dia seguinte, quando tudo levava a crer que se demorasse no desfecho deste ataque. O imediatismo da ação, para o comando Bezerra, justificava-se por surpreender os liberais, como realmente surpreenderam, tão displicentes que se achavam afastados do seu quartel general, pescando ou ocupados em folganças, o que permitiu um encontro sangrento com pequeno número de revoltosos, encontro desastroso para estes, não só pelas baixas causadas, mas, principalmente, pelo desânimo produzido em toda a falange liberal da província.

Sabidamente pacifista a conduta de Caxias, nunca poderia ele autorizar a seus comandados a execução de um massacre de prisioneiros de guerra, como se realizou em Venda Grande. Mas se procurarmos algum outro motor para o massacre, o primeiro passo seria pesquisar sobre a composição das forças atacantes.

Os imperiais se compunham de cavalaria e infantaria para combater artilharia e infantaria. O comando Bezerra tinha, é evidente, perfeitas informações sobre o inimigo e, assim, iniciou o ataque com a cavalaria transpondo a fazenda Chapadão pela "velha estrada da Limeira". Melhor diremos que iniciou uma provocação, pois, apenas se fizeram ver, produzindo a reação dos revolucionários com disparos de dois pequenos canhões já arcaicos e não mais em uso por forças regulares que dispunham de

material moderno, quando já não mais se utilizavam de canhões de projétil esférico não explosivo, como tinham os liberais.

Despertados os cuidados dos liberais para o possível ataque vindo do Chapadão e colocando-se em posição para esta defesa, surgiu então, a infantaria imperial pela retaguarda percorrendo a nova estrada - Campinas-Piracicaba - (atual Campinas-Barão Geraldo) - a surpreender pela segunda vez os revoltosos, levando-os ao desânimo e à derrota breve com o seu armamento de armas de caça contra fuzis de maior alcance da infantaria imperial.

Terminado o combate, reunida a tropa, após as chamadas, verificações, descansos, etc., a tropa imperial "pondo pela frente os prisioneiros, rompia a marcha em direção a Campinas, onde chegou pelas onze horas da noite"; diz Omar Simões Magro. De Venda Grande à cidade, levaria uma tropa em marcha normal, com prisioneiros, pelos seus oito quilômetros da estrada primitiva e irregular, o mínimo de tempo de oitenta minutos, devendo, portanto, ter deixado a Venda Grande depois das vinte e uma horas, o que a exclui da acusação do massacre.

Colaborando com a tropa imperial, participou do combate a tropa irregular de mercenários organizada e sustentada por Monsenhor João José Vieira Ramalho, como relata Lauro Monteiro de Carvalho e Silva as fls. 29 do seu Mojim-Mirim (subsídios para a sua história).

"Mons. João Vieira Ramalho, português, veio moço para o Brasil. É um dos vultos mais importantes na história da Província de São Paulo na primeira metade do século XIX. Foi um dos fundadores de São João da Boa Vista, de onde veio para Moji-Mirim, onde fixou residência. Foi deputado provincial em quatro legislaturas. Em 1842, fervoroso legalista, organizou e manteve numeroso contingente de milicianos, impedindo que a revolta se alastrasse pelos municípios de Oeste. Comandante militar de Moji-Mirim em 1842, para combater a revolução chefiada por Rafael Tobias de Aguiar. Eleito deputado geral nas 8a. e 9a. legislaturas (1850-1856) e escolhido senador do império

(1853). Faleceu em 26 de junho de 1853, como monsenhor honorário da Capela Imperial e comendador da Ordem do Cruzeiro e da de Cristo".

A TROPA MERCENÁRIA

Não podemos responsabilizar diretamente pelo massacre, o Monsenhor Ramalho; mas responde ele por omissão, trazendo e aqui deixando tropa de façanhudos desordeiros comandada por irresponsável. Seus assecclas, desde que chegaram a Campinas, permitiram a Florence informar em seu artigo de 8/6/1882: "A força paisana atinge a mil homens depois que chegou o padre João Ramalho com seu avultado contingente de sequazes meio fanáticos das bandas de S. João do Jaguari, os quais prometem fazer e acontecer, que há de ser uma dia de juízo". disse mais: "se não fosse a vinda da força de linha, ao mando do Coronel Bezerra, com o que já tudo mudou em organização e disciplina".

Sendo a força de Bezerra o fator de organização e disciplina, infelizes foram os prisioneiros feridos liberais, acomodados no sobrado do engenho que, retirada a tropa imperial, ficaram à mercê dos fanáticos do padre Ramalho, evidentemente os algozes dos prisioneiros feridos. É ainda Florence (publicação de 14/06/1882) quem relata a maldade contra Antônio Joaquim Viana, seriamente ferido em combate e tomado como morto, mas salvo pelo seu amigo Antônio Roxo-Forte que o trouxe para a cidade a procura de socorro médico. Ao chegarem à cidade, não faltou o fanático que, sabendo da presença de Viana ferido, que com as mãos comprimia as feridas para conter o sangue, atingiu-o covardemente com novos balaios desejando matá-lo. E na mesma publicação, conta Florence o caso de assassinato de "uma criança inermes" servindo na Venda Grande, "que apesar de implorar piedade, fora varada pela bala da infame arma".

Então, o pânico foi trazido à Campinas pelos fanáticos mercenários do Padre Ramalho, e a ordem, a disciplina, estabelecida pela tropa imperial sob o comando do tenente-coronel Bezerra. Terminado o combate de Venda Grande, retirou-se a tropa imperial para a cidade com os prisioneiros, cabendo aos assalariados cuidar dos feridos, não podendo fazer supor ao co

mando militar, tanta covardia de uma tropa apresentada como de voluntários paulistas, expressão esta usada em comentários.

Conservou-se a tropa imperial com o seu comandante José Vicente de Amorim Bezerra, em Campinas, até 18 de junho, quando ainda subscrevia ofício datado nesta cidade. As tropas de Campinas entraram em Sorocaba, como conta Amador Florence, a 21, com o coronel Quirino à frente de força local de Campinas. Em 20, já ali havia chegado o Barão de Caxias, à frente de sua tropa, e a 23, da mesma cidade, escrevia ao presidente da Província: "O Juiz de Direito desta Comarca, já entrou em exercício, e amanhã pretendo fazer um passeio Militar pelas vilas de Paraíba e Porto Feliz, e pela cidade de Itu, para fazer empossar as autoridades civis de tais lugares e depois voltarei a essa Capital para colher notícias sobre as Vilas do Norte, e saber quais as operações que convirão praticar em relação à Província de Minas Gerais". Mais este documento atesta que em Campinas não esteve ^{ve}Caxias, como temos opinado.

O CAPITÃO BOAVENTURA

Tornou-se figura principal pela sua bravura na defesa das hostes liberais da Venda Grande, o capitão Boaventura do Amaral Camargo. Havia ele nascido em Itu onde foi batizado, em 1789. Participou das guerras do Sul, estando ali já em 1812. Falecendo seu pai, é feito o inventário dos bens deixados, nas declarações prestadas no processo, está Boaventura citado como "solteiro, com 27 anos, soldado pago destacado no sul", com os nomes de "Tenente Boaventura Soares de Camargo", "Boaventura de Camargo e Amaral, estante na Capitania de São Pedro do Sul, estando de partida para o Rio de Janeiro"-(isto em abril de 1818), e "Boaventura do Amaral Camargo Alferes da Legião de São Pedro que se acha no Sul", "que na ocasião de sua marcha levou um escravo de seu pai". Em 1842, estava residindo em Capivari ou Itu, e desta cidade partiu, em 2 de junho, comandando uma força de cavalaria de 60 homens com destino à Venda Grande, em Campinas, aqui falecendo na noite do combate. Deixou quatro filhos, Francisco Boaventura do Amaral, Cândido do Amaral, Fi-

ladelfo do Amaral e Boaventura Anselmo do Amaral.

132

Omar Simões Magro, discorrendo sobre oficiais que participaram da Venda Grande, cita "militar distinção": Boaventura do Amaral, um veterano, tendo partido para o Sul com a Legião de São Paulo, acompanhara-a em suas gloriosas marchas, até que em Montevideo, foi a infantaria de que fazia parte, transformada no 7º Batalhão de Caçadores. Com este, regressou a São Paulo em 1829, e nele se conservou com o posto de Tenente. Aí o foi buscar o brigadeiro Tobias para comandar, comissionado em capitão, o Corpo Municipal de Permanentes - origem da atual Força Pública - e nesse cargo permaneceu desde 30 de novembro de 1832 até 5 de julho de 1834. Voltando à sua unidade, obteve reforma, ainda como capitão, passando então a residir em Campinas". Discordamos desta última afirmativa de ter o capitão Boaventura residido em Campinas, já que a documentação que conhecemos não nos autoriza a concordar com o ilustre historiador.

A PRIMEIRA LUTA POLÍTICA E O PRIMEIRO CAPITÃO-MOR (*)

AO FINDAR DO SÉCULO XVIII

Treze anos depois da primeira missa rezada em Campinas pelo franciscano Frei Antônio de Pádua Teixeira, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso já ultrapassava os pequeninos limites da povoação, atingindo nível de maior categoria, para aspirar, no anelo justo dos seus habitantes, a elevação a vila, a constituição dos seus órgãos cívico-militares autônomos de direção republicana.

As "roças" ou culturas de cereais básicos da alimentação usual, como milho, arroz, feijão, mandioca e amendoim; às culturas de algodão, também indispensáveis na sustentação da família, já haviam os campineiros acrescido a cultura da cana e a indústria do açúcar, avançando um passo de importância na evolução econômica e deixando a precária e incipiente economia de produção para consumo local; classificaram-se como exportadores de produto nobre no comércio mundial. O açúcar, que vinha fazendo do pobre burgo campineiro uma vila próspera e florescente, há dez anos obtinha melhores preços nos mercados de Londres e Lisboa, atingindo em 1796 sua alta máxima, não ultrapassada nos trinta anos que se lhe seguiram.

Ainda simples pouso de bandeirantes, a Campinas acorriam foragidos dos recrutamentos militares frequentemente executados pelos capitães-generais da Capitania. Na pressa dos seus planos colonizadores e na necessidade de formar os corpos de tropa de penetração e estabelecimento de povoações novas e, quiçá, de descobrimentos que notabilizassem os seus governos, os capitães-generais promoviam, nos centros mais populosos, verdadeiras caças aos jovens válidos e capazes. Em empresas de desbravamento, para o que se recrutavam os moços privados da proteção governamental, se avantajou, naquele século, o Morgado de Mateus, ávido de soldados para as penosas expedições ao Iguatemi, que não passou de um sumidouro dos valiosos elementos paulistas sacrificados naquela triste aventura. Para as vítimas da fúria recrutadora, o então pouso de bandeirantes era um refúgio seguro; não se lhe enviaria uma caravana de soldados para sua captura; apenas deles se vingavam as autoridades, nivelando-os a criminosos comuns, com os quais eram citados, de cambulhada, nos relatórios e documentos oficiais. Estes elementos, ainda hoje injustamente qualificados por alguns historiadores, participaram da primeira fase do povoamento campineiro.

Mas a população de Campinas, neste ano de 1797, já era de 2.107 almas e contava com mais de sessenta "homens bons aptos para os cargos públicos ou republicanos, como então eram chamados para os distinguir"

(*) Publicado na Monografia Histórica do Município de Campinas, IBGE, Rio de Janeiro de 1952.

na massa". Mais de trezentas famílias aqui residiam servidas por numero sa escravatura preta. Da zona que hoje chamamos o norte do Estado, da cidade de São Paulo, de Itu, de Porto Feliz, de Cotia, de Atibaia, de Santo Amaro, de Jundiaí, de Minas Gerais e de tantas outras regiões mais adiantadas, tinham vindo para Campinas paulistas de velha t^{em}pera, verg^{on}teas de troncos piratininganos, cujas raízes se aprofundavam nas eras iniciais da colonização. Campinas teve, na sua constituição mesol^ogico-social, contribuição abundante do melhor sangue da antiga gente da capitania que transmigrava em busca de terras virgens e fertilíssimas.

Tinha esta terra, então, solidez econômica, população e gente de prol para se tornar vila; a sua subordinação lhe era sumamente onerosa; seus homens bons, numa elevada compreensão dos deveres cívicos, não dei xavam de servir à república e, como bons vassalos, exerciam cargos na câmara de Jundiaí, com prejuízo de suas fazendas e sacrifício de seu bem estar; eram eles senhores de engenho (ou "engenheiros" na linguagem lo cal) e o exercício de cargos públicos em vila tão distante lhes era ve xatório, quando sua terra, pelo seu progresso e seu poderio, tinha di reito à independência política complementar da autonomia religiosa inai gurada em 1774 por FREI ANTÔNIO DE PÁDUA.

UM CANDIDATO POPULAR E SUA GENTE

Desde a criação da freguesia, assim como na história da criação da vila e nomeação do seu primeiro capitão-mor, não se pode ignorar o nome dos TEIXEIRA NOGUEIRAS, família distinguida pela estima pública, que escolheu um dos seus membros, o capitão FELIPE NÉRI TEIXEIRA, para candidato popular ao cargo de capitão-mor e o manteve nesta qualidade por cinco anos, sem que deixasse de firmar a popularidade desta gente.

FELIPE NÉRI e seu irmão, cujo caráter, elevação de costumes, gran de espírito cívico e intensa fé religiosa se atestam documentadamente e com abundância na história campineira, vieram aqui afirmar o sólido prestígio de que gozavam por várias gerações, fazendo-se estimados e preferidos para cargos de investiduras oficiais, com o seu consolidado renome de homens retos e justiceiros.

Tronco da estirpe em Campinas foi o capitão DOMINGOS TEIXEIRA VILELA, português de Braga, casado em Baependi com Dona ÂNCELA ISABEL NOGUEIRA, senhora meio sangue luso-paulista, filha da paulista Dona MARIA LEME DO PRADO que, oriunda da região que hoje chamamos de norte de São Paulo, constituía rebento da velha fronde da terra. Foi pai de Dona ÂNCELA, o capitão-mor TOMÉ RODRIGUES NOGUEIRA DO Ó, o madeirense radicado em Baependi, onde se constituiu tronco dos Nogueiras espalhados pelo Brasil, inscrevendo, com elevação, o seu apelido nos fastos da história nacional; este capitão-mor de há muito gozava de vasto prestígio em Minas, onde, além do seu elevado cargo e senhor de engenho desta vila desde os primeiros anos do século dezoito, era um dos seus povoadores e

e doador dos terrenos para construção de sua matriz.

O primeiro TEIXEIRA NOGUEIRA que aportou a Campinas, foi Frei ANTÔNIO DE PÁDUA, filho do capitão DOMINGOS TEIXEIRA VILELA, franciscano da ordem menor de São Francisco. Achava-se ele no convento de São Francisco, em São Paulo onde o foi tirar Dom Frei MANUEL DA RESSURREIÇÃO, novo bispo de São Paulo, para vigariar a recém-criada freguesia de Campinas, paróquia pobríssima, sem cômgrua paga pela coroa e cuja indigência estava bem para campo apostólico de franciscano. Frei ANTONIO rezou a primeira missa que se disse em solo campineiro, aos 14 de julho de 1774, em capelinha provisória, de barrotes e coberta de palha; nela fez o primeiro batizado e abençoou os primeiros nubentes; dirigia sua paróquia com incansável zelo, de sacola na mão, postado pelas estradas angariando recursos para sua matriz, e conseguiu construir a primeira igreja no local onde está hoje a de Nossa Senhora do Carmo, como ele mesmo nos conta nos seus registros que o fazem o primeiro historiador campineiro. Não nos podemos furtar à transcrição de palavras suas ao despedir-se de Campinas e de sua matriz:

"Acha-se, no estado presente, coberta de telhas, e espera-se que, com brevidade, se ponha suficiente conforme o zelo que tiver o novo pároco que vier"; "esta freguesia principiou-se sem haver um vintém e até agora se tem gasto para cima de setecentos mil réis e nada deve; e assim assista-nos o Divino Auxílio que, por meio de diligência que há de sempre ir aumentando, principalmente ajuntando-se muita gente, o que é verossímil, a cabada a matriz".

O franciscano não só foi apóstolo da verdade revelada como fez no encanto de sua pureza e na solidez de sua fé; foi ainda entusiasta da terra campineira e propagandista primeiro da uberdade do seu solo e da abundância dos seus recursos; previu a grandeza do seu futuro e pressentiu todo o esplendor da sua vida religiosa, social, política e econômica; trouxe para cá os seus velhos pais e irmãos, numa demonstração incontestada do seu entusiasmo por Campinas. Depois de vigário (1774-1778), Frei ANTÔNIO recolheu-se ao convento de São Luís, em Itu, onde faleceu (31-5-1805), "com quarenta e três anos de religião". "Religioso exemplar, edificou a todos pela modéstia do seu trato e pela piedade de suas ações".

Em fins de 1774 para aqui veio o pai do franciscano, o Capitão DOMINGOS TEIXEIRA VILELA, homem de 67 anos, morador em Minas por várias décadas; transportou-se para Campinas com dois filhos moços, JOSÉ, o futuro padre JOSÉ, primeiro vigário da Vara, de 24 anos, e FELIPE, de 20 anos, o futuro candidato popular ao cargo de capitão-mor, ambos milicianos de cavalaria naquela capitania, para onde retornaram. Chegaram a Campinas com seus pajens e escravos, e cuidavam, possivelmente, de preparar aqui o estabelecimento da família. Já em princípios de 1776 esta-

135

va residindo nesta então freguesia o Capitão DOMINGOS, sua esposa, Dona ANGELA ISABEL NOGUEIRA DO PRADO (60 anos), sua filha solteira, Dona JOANA ANTÔNIA TEIXEIRA (30 anos), a outra filha viúva e sem geração de ANTÔNIO DE CARVALHO BARROS, Dona MARIA ÂNGELA TEIXEIRA, e o moço FELIPE NÉRI, todos servidos por dezessete escravos. Nesta época residia em Sorocaba um outro filho do Capitão DOMINGOS, seu homônimo, DOMINGOS TEIXEIRA NOGUEIRA, senhor de engenho, casado posteriormente em Itu, sendo o primeiro dos quatro irmãos que se uniram aos CAMARGOS da nossa capitania. Outros TEIXEIRAS vieram a seguir.

O JOSÉ voltou a Campinas, já padre, para ser o nosso primeiro vigário da Vara; "tomou a si a direção dos serviços necessários para a conclusão da matriz" e chegou a construir uma das torres. Se já o nome dos TEIXEIRAS estava ligado à primeira capelinha de palha, matriz provisória, e à matriz construída por Frei ANTÔNIO, o Padre JOSÉ veio vincular mais a fundo o apelido paterno aos empreendimentos capitais da nova vila, como seja a construção máxima de vida intensamente religiosa das populações coloniais. Restava, entretanto, ao "Padre Vigário da Vara", um dissabor que outras realizações da família não causaram, pois a torre por ele construída "veio abaixo numa tarde de chuva", ocorrência comum nas construções de taipa ou "paredes de pilão", como se dizia. Referindo-se a este padre, diz-nos o Dr. RICARDO: "encontrei velhos que se referiam com admiração à paciência do padre à vista da destruição do ornato da igreja, em cuja construção ele tanto se empenhara".

O Capitão JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA NOGUEIRA, outro filho do Capitão DOMINGOS, como os irmãos, se estabeleceu em Campinas. Casou-se em Itu com uma ituana, Dona ÂNGELA ISABEL MARIA DE SOUSA, irmã do Capitão FRANCISCO DE PAULA CAMARGO e de Dona MARIA JOAQUINA DE SOUSA, que se casou com DOMINGOS TEIXEIRA NOGUEIRA. Dona ÂNGELA ISABEL era filha de pai português mas de mãe paulista, dos antigos CAMARGOS, (Dona INÁCIA MARIA DE CAMARGO LIMA, prima-irmã do Capitão JOSÉ DE CAMARGO PAIS) por vir do Capitão FERNANDO LOPES DE CAMARGO, que era filho de outro FERNANDO (de CAMARGO ORTIZ), bandeirante que por seus feitos foi honrado com carta régia, neto de FERNÃO DE CAMARGO, "o Tigre", célebre chefe dos de seu apelido no estado de São Paulo.

JOAQUIM JOSÉ foi senhor de engenho em Campinas, onde não só constituiu a sua estabilidade econômica como seu renome de cidadão digno e prestante; foi chefe do ramo campineiro mais numeroso dos TEIXEIRAS NOGUEIRAS que permaneceu em sua terra, representado com elevação nos meios religiosos (foi seu filho, o padre ANTÔNIO JOAQUIM TEIXEIRA, fundador da igreja do Rosário), filantrópicos, científicos, jurídicos, literários e especialmente políticos (no Império foi-lhe concedido um baronato e na república ocupou a presidência de São Paulo), ramo que assentou seus recursos econômicos nas atividades canavieira, cafeeira e pastoril e que é ainda detentor em Campinas de uma das mais prósperas usi-



HERCULES FLORENCE - Um gigante das matas de Campinas
Coleção do Museu Paulista de Ipiranga

nas de açúcar do país e de uma das mais adiantadas fazendas de gado puro e produção leiteira, entre os melhores da criação nacional. O Capitão - JOAQUIM JOSÉ ocupou altos cargos de governança da vila e gozou de grande prestígio e estima em Campinas, onde viveu até o seu falecimento, em abril de 1832.

Outro irmão de destaque na vida campineira foi o Guarda-Mor MANUEL TEIXEIRA VILELA, aqui estabelecido em 1797, ano em que batizou, a 1º de novembro, a filha JOANA ANTÔNIA, de 8 dias; como se vê, já veio para aqui casado, tornando-se depois abastado senhor de engenho e deixando, ao falecer, cinco propriedades agrícolas, entre as quais a fazenda MORRO ALTO, muito conhecida até os tempos áureos do café, e a fazenda Salto Grande, de capital importância na vida econômica de Campinas. Foi almotacé em novembro de 1799 e juiz ordinário na Câmara de 1801; quando se instituiu a função de juiz de órfãos, para a qual se exigiam homens de inatacável probidade, foi investido nesta dignidade, passando depois a servir continuamente em cargos públicos, como partícipe na benemerência dos seus irmãos que o precederam no estabelecimento em Campinas. Legou boa fortuna aos seus descendentes, dos quais o mais velho foi o Comendador ANTONIO MANUEL TEIXEIRA, destacado prócer da história local, talvez o mais afazendado da família, prefeito de Campinas e cabeça, com o seu primo-irmão, Capitão FRANCISCO TEIXEIRA NOGUEIRA, do movimento revolucionário de 1842.

De todos os irmãos citados, deixamos para último o Capitão FELIPE NÉRI TEIXEIRA, o moço aqui presente em 1774-75. Como os demais, foi abastado senhor de engenho, casando-se também em Itu e com uma CAMARGO, D. - Maria Leite de Camargo; era ela filha de JOAQUIM FERNANDES DE CAMARGO e de Dona Gertrudes Leite da Silva, que lhe sobreviveu, e foi tutora e administradora dos bens de seus filhos por carta assinada do próprio punho de Dom João VI; era neta paterna de ANTÔNIO FERNANDES NUNES e de Dona - LUIZA DE CAMARGO PAIS, por quem foi bisneta do Coronel TOMÁS LOPES DE CAMARGO, "um dos fundadores de Ouro Preto", este filho de FERNANDO DE CAMARGO ORTIZ, já citado, cujo sangue se espalha por grande número de famílias campineiras; era ainda sobrinha-neta do Capitão JOSÉ DE CAMARGO - PAIS, a quem nos vamos referir no presente relato.

FELIPE NÉRI teve toda a sua vida dedicada ao bem de Campinas; aqui fixado com lavoura canavieira e "fábrica de fazer açúcar", serviu sempre em cargos de eleição, destacado pela escolha popular, que o colocou na vanguarda dos homens prestantes e dignos da confiança pública. Continuando os grandes e constantes trabalhos dos TEIXEIRAS NOGUEIRAS em favor da igreja campineira (Frei ANTÔNIO e Padre JOSÉ, o 1º vigário da paróquia, celebrante da primeira missa, 1º vigário da Vara, fundadores e construtores da primeira matriz, e Padre ANTÔNIO JOAQUIM, fundador do Rosário), quando se tratou de construir matriz nova (1807), na assembléia de fundação "foi o guião da corrente encabeçada pela família TEIXEIRA NOGUEIRA e

os seus pontos de vista foram os vencedores"; "homem superior à sua época, foi o principal esteio dessa realização maravilhosa que é a Catedral de Campinas; ele e seus companheiros foram de um arrojo a toda prova, tinham cega confiança nos destinos radiosos da terra campineira, tanto que edificaram um templo para o futuro, de proporções grandiosas".

A escolha do local para a matriz nova foi objeto de grandes discussões, vencendo a opinião dos TEIXEIRAS; este local, onde está edificada, era considerado por muitos como demasiadamente afastado do centro da vila, o que estava conforme a antiga orientação do bispo de S. Paulo, Dom MATEUS DE ABREU PEREIRA, que na visita pastoral de 1801 deixou recomendado ao pároco, Padre JOAQUIM JOSÉ GOMES: "deve fervorosamente continuar na obra da nova Matriz no mesmo lugar em que se acha a atual por ser o lugar mais próprio, mais povoado e mais cômodo". O parecer dos TEIXEIRAS, entretanto, era pela edificação no local onde hoje se acha, de mais evidência para tão grandiosa obra e condizente com o futuro próspero que eles previam.

O ato oficial que marca o início dos trabalhos para a construção da igreja constituiu-se de reunião realizada aos 6 de outubro de 1807, em casa onde se achava hospedado o desembargador e ouvidor-geral MIGUEL ANTONIO DE AZEVEDO VEIGA, aqui em correição, presentes os juizes ordinários, oficiais da Câmara, republicanos, homens bons e nobreza, "como bem o vigário", assinando todos a ata desta importante assembléia; trataram e resolveram o problema financeiro e cuidaram da execução do projeto, constituindo uma junta diretiva das obras e elegendo seus componentes, para cuja chefia foi escolhido o Capitão FELIPE NÉRI TEIXEIRA.

Antecedentemente, este capitão já servira a terra campineira, desde quando aqui se estabelecera e se fixara. A partir de 1788, a Câmara de Jundiaí pedia ao Governo da Capitania a nomeação de capitão para governar a freguesia de Campinas; foi atendida em 1789 com a escolha de FELIPE NÉRI para capitão agregado. Já em dezembro de 1797 era ele o preferido, como candidato popular e da Câmara eleita em 14 do mesmo mês, para o cargo de capitão-mor, preferência que continuou merecendo em listas posteriormente organizadas por outras câmaras locais; a sua popularidade chegou a provocar a dissolução violenta e arbitrária da primeira Câmara eleita, que ousou contrariar a vontade do capitão-general, cujas preferências eram outras. Almotacé em 98, em novembro deste ano foi eleito sargento-mor, cargo em que não foi empossado por recusar-lhe aprovação o governador, que tinha candidato próprio; juiz ordinário nas Câmaras de 1800 e 1803, com a mudança do governo da capitania esteve como capitão-comandante da vila até a nomeação do capitão-mor. Foi juiz de órfãos, empossando-se em 7 de março de 1808, falecendo em setembro de 1812, na fazenda do Rio Acima, na então Vila de Porto Feliz, como católico fervoroso.

EM BUSCA DA AUTONOMIA

Coube ao vigário JOAQUIM JOSÉ GOMES subscrever em primeiro lugar

a petição dos moradores de Campinas da criação da vila, no que foi acompanhado por mais 47 moradores do lugar. Junto a ela seguiu a certidão passada pela vigararia, da existência de 61 "homens bons", embora fossem eles mais numerosos, inscritos na documentação referente às solenidades oficiais de instalação da vila e de investiduras nos cargos do Conselho. Não demorou o deferimento. Capitão-geral no início do seu governo, cioso de destacar-se na história administrativa como governo de iniciativas ou cubiçando as boas graças de el-rei, que tanto almejava o crescimento da colônia, destacou-se logo pela criação de várias vilas, como a mais futura de todas, a povoação de BARRETO LEME e freguesia de Frei ANTÔNIO.

Por força de portaria governamental, em 14 de dezembro de 1797 realizaram-se as solenidades da instituição comunal. Veio a Campinas o ouvidor-geral da Comarca, Dr. CAETANO LUÍS DE BARROS MONTEIRO, sob cuja presidência e em presença do juiz presidente e oficiais de Câmara de Jundiaí, reuniram-se a nobreza e o povo do lugar, mandando o ouvidor que se apregoasse em altas vozes a ereção desta povoação em "Vila com a denominação de São Carlos".

Seguiu-se depois o levantamento do pelourinho, que consistia em um "pau de cabreúva oitavado". O pelourinho no Reino era uma coluna de pedra colocada em lugar público; no cimo desta coluna fixavam-se pontas ou ganchos para se espetarem as cabeças dos criminosos justicados; servia ainda para se atarem condenados à aplicação de açoites, para enforcamentos ou "tratos de polé", que não era mais do que elevar, puxado por uma corda, o condenado, até certa altura, e deixá-lo cair ao solo; nela se apregoavam ou afixavam editos. Demarcou-se o local para os "paços do Conselho e Cadêa", escolhendo-se o terreno onde estava a primitiva capelinha que foi matriz provisória e ali fincando-se "três estacas em sinal de onde há de principiar a obra", declarou-se o rossio, que é o território das instituições da justiça e da administração.

Em 15 de dezembro realizou-se a eleição do Conselho. "Homens bons" é que quer dizer, pessoas conceituadas, merecedoras da confiança pública e capazes, pelo senso alto da respeitabilidade, letrados ou analfabetos, escolheram os juizes ordinários, vareadores e procurador da primeira Câmara de Campinas.

É hoje, para nós, nestes tempos de sofismas e insinceridade, extraordinariamente curiosa a forma democrática e livre das eleições: os eleitores lançavam em livro próprio os seus votos, apondo sob eles a sua assinatura! E desta ata de eleição com votos a descoberto, podemos concluir a coesão da família campineira em torno de seis candidatos preferidos, indício de uma independência política que se afirmou por vários anos, frente à prepotência da mais alta autoridade da Capitania.

Teve votação unânime para juiz ordinário o Capitão JOSÉ DE CAMARGO PAIS, nome com o qual o Vigário iniciou sua lista de "Homens bons", ex-ouvidor em São Paulo, ancião de enorme conceito, tronco de numerosa e no

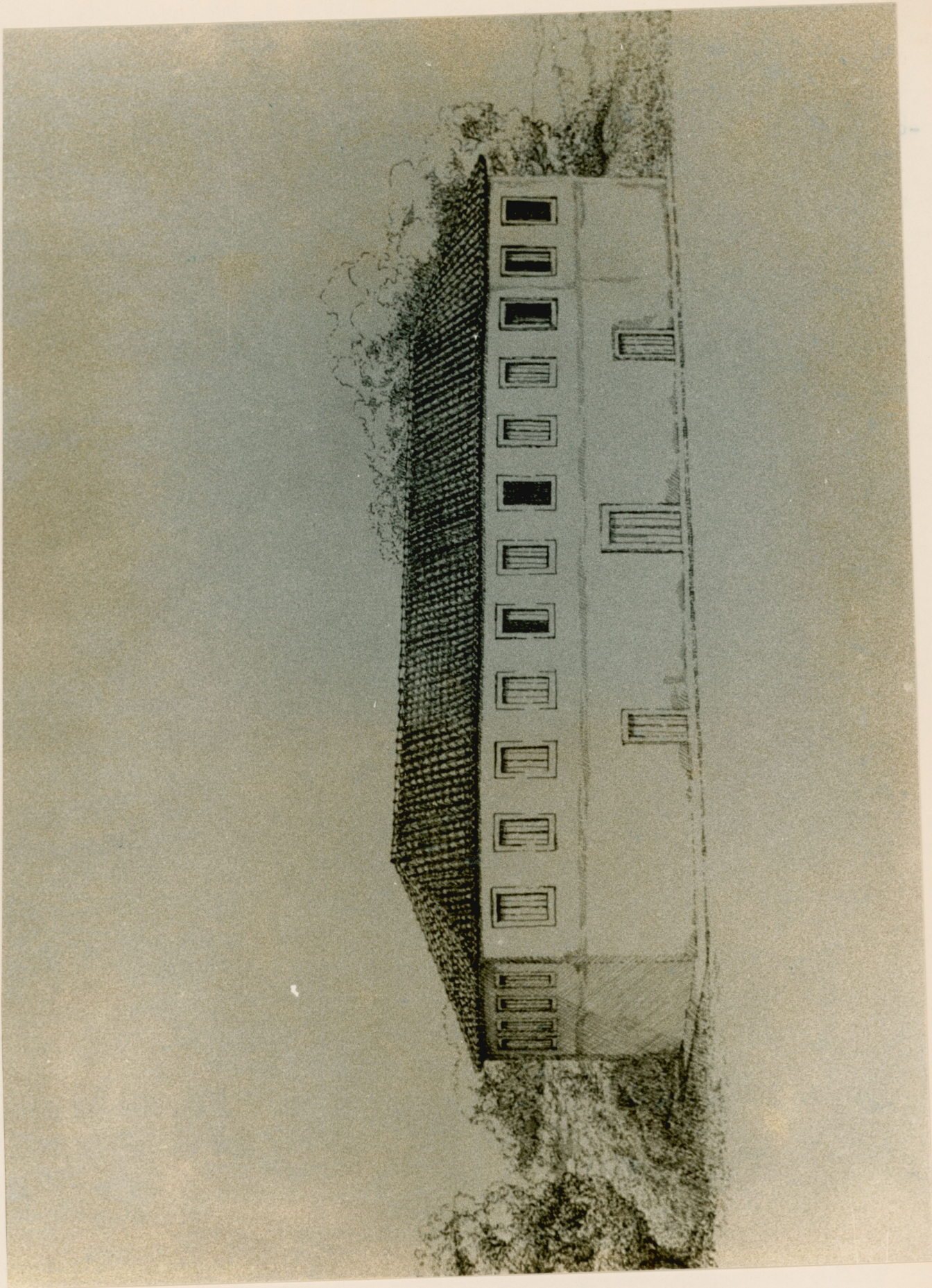
bre geração campineira. O juiz companheiro foi o primeiro advogado de Campinas, Dr. JOSÉ BARBOSA DA CUNHA, bacharel de Coimbra, posteriormente preso na fortaleza de Santos por motivos políticos. Os demais eleitos compunham todos a facção dominante que muito fez pela emancipação: FRANCISCO DE CAMARGO PIMENTEL, sempre dedicado ao interesse público; BERNARDO GUEDES BARRETO, filho do fundador BARRETO LEME, partícipe dos trabalhos de criação da vila, sogro de MANUEL PEREIRA TANGERINO, nome que já se inscreveu na história campineira; JOSÉ DA ROCHA CAMARGO, casado dois anos antes, era da vasta estirpe do seu apelido como neto materno do Coronel TOMÁS LOPES DE CAMARGO e ligado aos TEIXEIRAS pelo casamento de seu irmão, o cirurgião-mor TOMÉ JACINTO TEIXEIRA, exatamente no ano das eleições; e, finalmente, o procurador JOSÉ GONÇALVES CESAR, o menos votado mais ainda eleito por maioria.

Alguma divergência se manifestou nesta eleição, discordante da escolha de candidatos; é de se notar, entretanto, a unânime votação do juiz presidente JOSÉ DE CAMARGO PAIS, assim como a consideração que também os votantes divergentes dispensavam aos TEIXEIRAS, pois, de quinze, dez os preferiram para juizes, seis votando no Capitão JOAQUIM JOSÉ e quatro no Capitão FELIPE NÉRI. Estes três nomes deveriam compor uma elite das mais prestigiosas daquele tempo.

Como coroamento da organização militar-político-administrativa, o cargo de capitão-mor constituía, no ápice, o de maior autoridade local; seu preenchimento se fazia com a eleição, pelo Senado da Câmara, de três nomes de candidatos que se apresentavam ao Capitão-general da Capitania, a quem competia, destes três, escolher o seu preferido e nomeá-lo, com a faculdade de conservá-lo nessa investidura enquanto bem servisse.

Campinas, no júbilo das festividades comemorativas da sua autonomia, exercendo a plenitude de seu direito de escolher autoridades, já havia nos círculos sociais, escolhido o seu preferido para capitão-mor, embora a tríplice apresentação de candidatos facultasse um pouco as preferências governamentais; de qualquer forma, dentro das normas legais, o capitão-mor seria, de três, um nome de confiança da Vila. Eleitos os Juizes e vereadores, preparavam-se eles para o exercício de suas funções, quando o ouvidor BARROS-MONTEIRO, que presidia à instalação da Vila, transmitiu-lhe o desejo do capitão-general de ver incluído na lista tríplice o nome de um protegido seu, RAIMUNDO ÁLVARES, que seria, evidentemente, o escolhido, e, portanto, o capitão-mor de Campinas.

Não é de se admirar, então, a prepotência governamental. O capitão-general, com poderes quase absolutos, distante da fiscalização real, solícito em satisfazer aos anseios autonomistas dos campineiros, não julgara demasiado pretender, a seu juízo e talante, ter candidato próprio para capitão-mor de Campinas; isto pouco representava como retribuição dos campineiros à solitudes com que satisfez aos desejos



Solar do Engenho do Chapadão (1796) do Capitão Joaquim José Teixeira Nogueira, em terras de sesmaria. Hoje Fazenda Militar do Chapadão - Desenho de Mirona.

tenho desenhos

desta terra. Por outro lado, os campineiros, na consciência de sua prerrogativa de escolha, na retidão do seu critério de constituir autoridades, não se dispunham a abrir mão do mais alto cargo em sua vila e não se poderiam conformar com a escolha governamental não condizente com a vontade dos seus habitantes e com o nível da sua sociedade.

RAIMUNDO ÁLVARES era nome em Campinas, onde talvez já tivesse residido; chegara, havia pouco, vindo de São Paulo, onde residira por dois anos; em sua terra, Jundiaí, vivera agitadamente em aperturas e arranjos monetários que muito o não recomendavam à austera e abastada gente de Campinas. Astuto, de boa linhagem, relacionado, pouco lhe teria custado obter do capitão-general os favores que o fariam capitão-mor de Campinas, do que lhe adviria prestígio e influência bastantes para a estabilidade de sua vida até então nômade e sem fortuna.

Manifesta-se, então, em toda a sua pujança, o cívismo campineiro, incapaz de entregar o mais alto posto de sua administração civil e militar a elemento inidôneo; os juizes e vereadores eleitos recusavam-se a atender ao pedido do Governador de incluir o nome de RAIMUNDO ÁLVARES na lista tríplice. E o Ouvidor Geral não teve dúvidas em recusar posse à Câmara eleita, terminando tristemente os acontecimentos jubilosos de 1797.

A NOVA ELEIÇÃO

Retirando-se para São Paulo o ouvidor geral, transmitiu ao capitão-general as notícias dos acontecimentos de Campinas; e o governador obrou como ainda hoje agem muitos dos nossos homens públicos; determinou a dissolução da Câmara eleita, a realização de eleições, e fez a nomeação imediata de RAIMUNDO ÁLVARES para Comandante da vila, uma vez que lhe recusavam os meios legais de nomear o amigo capitão-mor.

Sob a presidência do ouvidor geral BARROS MONTEIRO, novas eleições foram feitas e estas aprovadas pelo governador capitão-general; foi empossada a nova Câmara, aos 26 de abril de 1798, em sessão realizada nas "casas de residência do Juiz Ordinário, Presidente Alveres ANTÔNIO DE CAMARGO PENTEADO" (filho do capitão JOSÉ DE CAMARGO PAIS) que teve como Juiz Companheiro a ALEXANDRE BARBOSA DE ANDRADE e oficiais MANUEL PEREIRA TANCERINO, Alferes JOÃO JOSÉ DA VILVA, RAFAEL DE OLIVEIRA CARDOSO e procurador ALBANO DE ALMEIDA LIMA, elementos todos das mesmas famílias e do mesmo grupo que preponderou na Câmara anterior. Não se pode evitar que na mesma sessão RAIMUNDO ÁLVARES assumisse as funções de capitão-comandante da vila, mediante a portaria governamental que fez sua nomeação.

A influência governamental parece ter aumentado; dois amigos do comandante da vila foram aproveitados em encargos temporários; a maioria, entretanto, representava ainda a reação campineira, cujo espírito predominava no legislativo local, altivo e independente, apenas acolhe-

dor de ordens formais que não poderiam ser desobedecidas sem o desencadeamento de represálias violentas e sem o sacrifício integral da paz e sossego do lugar.

CONSOLIDAÇÃO OPOSICIONISTA

Determinou o governador eleições para escolha do sargento-mor da vila, procurando extinguir a situação precária do seu protegido como comandante nomeado fora de normas legais. A vereança de 18 de novembro escolheu o capitão FELIPE NERI TEIXEIRA para sargento-mor da vila, cargo de influência militar e só subordinado ao de capitão-mor; no qual, entretanto, não nos consta que se tenha o eleito empossado, faltando-lhe para isso aprovação do governador.

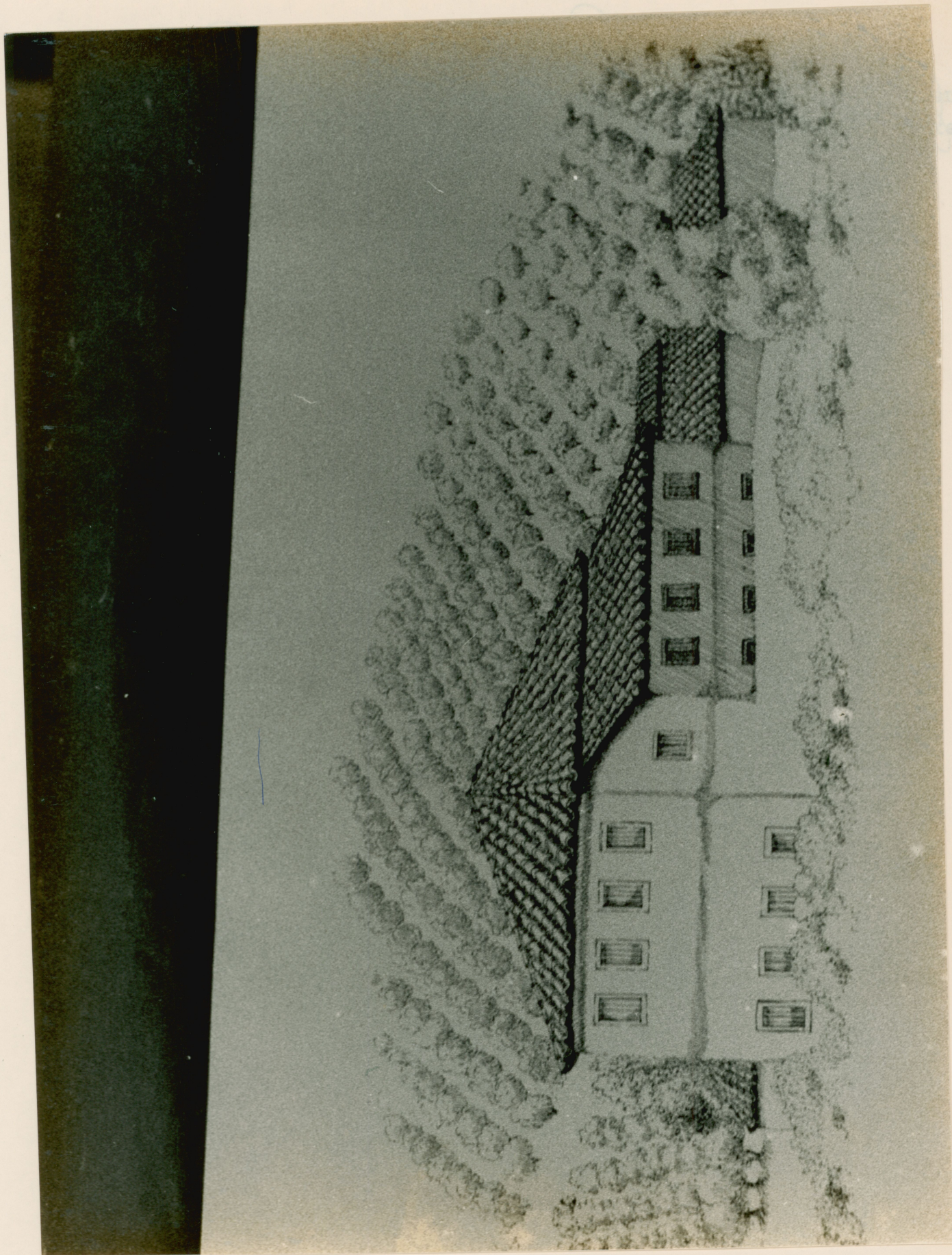
Como findava o mandato dos camaristas, que era então anual, procedeu-se à eleição de nova Câmara, cuja posse se deu a primeiro de janeiro de 99, pelos seus elementos componentes, de maior prestígio e independência: juiz presidente o capitão JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA NOGUEIRA, oficiais BERNARDO GUEDES BARRETO (da 1.ª Câmara eleita) tenente Inácio FERREIRA DE SÁ (genro do capitão JOSÉ DE CAMARGO PAIS), alferes INÁCIO CAETANO LEME e procurador alferes JOÃO DE BARROS PEDROSO. E o legislativo campineiro continuou na sua altivez e independência, escolhendo seus amigos para cargos de nomeação e enfrentando as invectivas de RAIMUNDO ÁLVARES, sempre acobertado com ordens e portarias das autoridades de São Paulo.

A Câmara de 1800 não desmentiu a fibra campineira; eram juizes ordinários o dr. JOSÉ BARBOSA DA CUNHA e o capitão FELIPE NERI TEIXEIRA, que conduziam o legislativo pela mesma trilha de hombridade, até que, ao findar o ano, novo ato impositivo da governança da capitania veio medir a solidez de suas convicções.

Ansiava o capitão-general, ou os seus áulicos, por consolidar o comando militar de Campinas e, neste sentido, dirigiu-se, por ofício, ao Senado da Vila, operando, como sempre, em palavras medidas de aparente sinceridade e legal aspecto, mas acobertando o desejo incontido de satisfazer seu protegido de sempre. Dizia o governador:

"Por ser absolutamente preciso haver nessa vila um sargento-mor que a governe ~~xxx~~ para melhor expediente das ordens expedidas por este Governo relativas ao Real Serviço, ordeno, portanto, a vossas mercês que, convocando o capitão mor da vila de Jundiá ANTÔNIO DE SIQUEIRA E MORAIS, de cuja vila fôï ela desmembrada, com ele me proponham três pessoas de capacidade e suficiência para eu dela prover no dito posto de sargento-mor aquela que me parecer mais conveniente ao mesmo Real Serviço. Deus guarde a vossas mercês. São Paulo, 27 de novembro de 1800.

a) ANTÔNIO MANUEL DE MELLO CASTRO E MENDONÇA".



Tenho desenhos

Solar do Engenho da Barra (1796) demolido, do Capitão Filipe Neri Teixeira, em terras de sesmaria, hoje bairro urbano Chácara da Barra. Guache de Hércules Florence da coleção do Museu Paulista, do Ipiranga. Desenho de Mirona. Hóspede do Capitão Filipe Neri, *onde* o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa assinou a sua primeira escritura de compra de terras em Campinas aos 28/8/1798.

O portador desta carta foi o próprio capitão-mor de Jundiá, AN-
TÔNIO DE SIQUEIRA E MORAIS, o difamador de Campinas, que em 1796 difi-
cultou a criação da vila campineira, informando ao capitão-general BER-
NARDO DE LORENA ser a nossa povoação habitada por desordeiros; esqueci-
a-se ele que havia aqui gente para, em 97, presidir à Câmara de Jundiá.

Chegou o capitão-mor SIQUEIRA à Campinas em 3 de dezembro; no dia
seguinte, 4, reuniu-se o Senado da Câmara tomando conhecimento oficial
da mensagem do capitão-general e tratando de cumprir sua ordenação, ~~em~~
que constava da eleição de três nomes para sargento-mor. O mais velho
dos vereadores foi o primeiro a dar o seu voto, e o fez a inteiro con-
tento do capitão-mor presidente da sessão, indicando os nomes do alfe-
res FLORIANO DE CAMARGO PENTEADO, do capitão RAIMUNDO ÁLVARES e do ca-
pitão JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA NOGUEIRA; os demais vereadores votaram UNI-
FORMEMENTE numa só chapa, composta dos nomes do capitão JOAQUIM JOSÉ
TEIXEIRA NOGUEIRA, alferes FLORIANO DE CAMARGO PENTEADO e alferes ANTO-
NIO DE CAMARGO PENTEADO (estes dois filhos do capitão JOSÉ DE CAMARGO
PAIS), chapa vencedora e bairrista, significando a persistente e inaba-
lável atitude da gente campineira.

Mais uma vez Campinas derrotava o governador da Capitania; o ca-
pitão-mor de Jundiá, presidente da sessão que havia insinuado aos ca-
maristas o desejo do capitão-general, não pode conter o seu azedume; ~~deu~~
deu por nula a escolha da Câmara que excluiu o nome de RAIMUNDO ÁLVA-
RES, "dizendo que ele era do agrado de Sua Excelência", e retirou-se a
gastado do recinto, recusando-se até a assinar o termo de eleição. Pros-
seguiu, entretanto, a sessão da Câmara, que resolveu comunicar-se com
o Governador de São Paulo para o que se escreveu uma carta ao Senhor ~~em~~
General", mostrando a insuficiência de um homem a quem as leis proíbem
o exercício de semelhantes cargos".

Findava, com o ano, o mandato camarário; a 27 de dezembro elegeu-
se nova Câmara, empossada em 18 de janeiro de 1801, composta de juizes
guarda-mor MANUEL TEIXEIRA VILELA, tenente FRANCISCO DE PAULA CAMARGO,
vereadores REDUCINO DE CAMARGO PENTEADO, JOÃO MANUEL DO AMARAL e alfe-
res DOMINGOS DA COSTA MACHADO; procurador JOSÉ DE ALMEIDA LIMA.

O primeiro semestre do ano novo decorreu com calma; "a moral, a
justiça, o direito e a boa política estavam ao lado da Câmara de Campi-
nas, em oposição ao espírito de descarada afilhadagem e de inauditas ~~em~~
violências que, nesta questão, caracterizou o procedimento e os atos ~~de~~
do capitão-general MELLO CASTRO". Este governador, prepotente e orgulho-
so, não capitularia perante as decisões de um vilarejo, por mais legíti-
mas que fossem elas; e se lhe foi vedado o caminho legal com que mas-
carar o seu favoritismo, ele, autoridade suprema, fez, como lhe pare-
ceu a nomeação do amigo por ato de sua vontade.

Em 24 de junho, sob a presidência do capitão FRANCISCO DE PAULA

CAMARGO, achava-se reunida a Câmara quando compareceu o capitão RAIMUNDO ÁLVARES, dizendo-se nomeado sargento-mor da vila, em cujo posto desejava ser empossado. Faltando-lhe, porém, a prova documental de sua nomeação, foi-lhe indeferida a pretensão. Só em 9 de agosto pode ele, mediante "patente de sargento-mor das ordenanças desta vila, passada pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General ANTONIO MANOEL DE MELLO CASTRO E MENDONÇA, e na conformidade que deu o Ilmo. e Exmo. Senhor ao Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara sobre dita posse", prestar juramento sobre os Santos Evangelhos e iniciar o exercício do posto, "sem nomeação da Câmara e contra a vontade dela e do povo".

Já estaria esgotada a paciência do prepotente governador; a patente se fez acompanhar de determinações sobre a posse. Mas como não se curvavam os campineiros, resolveu o general mandar "prender na enxovia de Santos ao doutor JOSÉ BARBOSA DA CUNHA (da 1a. Câmara eleita), bacharel formado, homem de mais de 60 anos, de conhecida probidade e merecimento, e ao Juiz Ordinário, tenente FRANCISCO DE PAULA CAMARGO, no forte da mesma vila, e a Câmara descomposta e ultrajada na sala, em presença de muitas pessoas; e ainda não satisfeito com isto, porque continuassem as intrigas e enredo do Comandante, mandou ir preso ao capitão FELIPE NERI TEIXEIRA, ao capitão JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA e ao guarda-mor MANUEL TEIXEIRA VILELA, que também era Juiz Ordinário, e depois de serem descompostos e presos nove dias, foram soltos, depois de bem injuriados".

Estas prisões verificaram-se entre 24 de junho e 4 de outubro, lapso de ausência do capitão FRANCISCO DE PAULA às sessões da Câmara. Era este capitão, assim como sua irmã, a esposa do capitão JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA NOGUEIRA, natural de Itu, tendo-se mudado para Campinas em 1792, já casado; foi juiz presidente da Câmara de Jundiaí, cargo que ocupava em 1797, e tão cioso era do seu dever que, para não abandonar a administração dos bens particulares, "partia de madrugada de sua fazenda, na Ponte Alta, umas três e meia léguas além de Campinas, do lado de Mogi-Mirim, dava audiências em Jundiaí e vinha cear em casa". Foi cidadão dos mais úteis à coletividade, senhor de engenho, iniciador da cultura cafeeira e, em Campinas, juiz ordinário em quatro legislaturas e juiz de órfãos em 1836; prestou valiosos serviços à construção da catedral e faleceu octogenário, em 1850, legando honradíssimo nome à sua vasta descendência.

NOVO GOVERNADOR E FIM DE LUTA

A Capitania de São Paulo era, como outras, dirigida por governador e capitão-general nomeado pela Coroa por três anos, mandato que se prolongava até a chegada do sucessor. BERNARDO JOSÉ DE LORENA, a quem se deve a abertura do Caminho do Mar, por nove anos governava a capita

nia , quando transmitiu o governo a ANTÔNIO MANUEL DE MELLO CASTRO MEN-
DONÇA, aos 28 de junho de 1797.

14

Este criador da Vila de São Carlos manteve a luta com a irredutí-
vel gente de Campinas durante os cinco anos do seu governo, até que o
entregou, aos 10 de novembro de 1802, a ANTÔNIO JOSÉ DE FRANCA E HORTA,
com gáudio dos campineiros e pesar de RAIMUNDO ÁLVARES que, crônico
candidato a capitão-mor, sentiu, então, a temporariedade de seu poder-
río, iniciado e terminado com o governo anterior por falta de outro es-
teio que o amparasse. Vindo para Campinas com o intuito único de ocu-
par o posto cubiçado que não conseguiu, provocou a animosidade dos cam-
pineiros, assim como a de muitos que foram seus amigos. Não trepidou e
le, pois logo no alvorecer do novo período governamental, em tecer o
seu enredo para obter as boas graças de FRANCA E HORTA, a quem enviou
carta que assim se iniciava:

"Ilmo. e Exmo. Senhor: - Teve esta vila de São Carlos prin-
cípio no dia 14 de Dezembro de 1797, e desde esse dia até
presente, Exmo. Senhor, tem havido nesta um suborno tal na
Justiça que tudo tem andado em desordem, sendo a causa de-
la o capitão FELIPE NERI TEIXEIRA e sua parcialidade, da
qual é cabeça o Reverendo Vigário JOAQUIM JOSÉ GOMES que,
como intrigante e revoltoso, tem sempre mexido tudo e go-
vernado as Justiças, tanto a desta Vila como as que de fo-
ra para esta vêm, já metendo-se em nomear da sua parciali-
dade Oficiais que hão de servir em Câmara, como assim tem
praticado em outros tempos e com maior excesso na presente
eleição de um Juiz e um Vereador; tudo a fim de, quando V.
Exa. mandar ordem para se nomear capitão-mor desta, serem
nomeados os da sua parcialidade e ficar eu por desfeita
preterido".

Continua depois com as acusações, dando por inimigos seus os
mais proeminentes elementos de São Paulo, chegados ao governo, e que e
le apontava como seus detratores. Até o ouvidor-geral, aquele que o ti-
nha auxiliado servindo de instrumento da prepotência de MELLO CASTRO,
estava agora acusado de ter disposições de intrigá-lo com o novo capi-
tão-general.

Sua carta choramingas não esperou mais de dois meses da mudança
de governo, tal era a insegurança em que se sentiu desde a partida do
amigo governador. Seus argumentos foram apenas acusações ao vigário e
ao capitão FELIPE NERI, a par da relação das suas inimizades com pesso-
as de destaque social e que o poderiam intrigar, segundo o seu juízo. A
carta não constituiu, pois, um forte elemento de persuasão, que mais
fraco se tornou diante de mensagem enviada ao governo pela Câmara de
1803 e acompanhada de tremendo libelo contra o protegido do governo an-
terior.

Nesta mensagem e seus anexos, historiam-se fatos da luta dos cam-
pineiros com o capitão-general e formulam-se acusações gravíssimas con-
tra o seu protegido: transcrevemos, a seguir, alguns trechos elucidati-
vos, mutilando-a por levar em conta o acirramento de ânimos em que de-
veriam achar-se os envolvidos em tão demorada prebenda e considerar
que o acusado deixou em nossa terra uma geração que se tornou, mais
tarde benemerita pelos serviços prestados à Campinas e à pátria:

"Ilmo. e Exmo. Senhor: - Tem sofrido este povo da Vila de
São Carlos há mais de cinco anos um comandante que só pela
obediência e subordinação de fiéis vassalos o poderão tole-
rar. É este, Exmo. Senhor, um RAIMUNDO ALVARES", "Capitão
de Cavalaria miliciano, natural e morador em Jundiá, a
quem os seus próprios parentes o fizeram desterrar daquela
Vila pela sua má conduta, depois de fazer as mais esquisi-
tas diligências para ser capitão-mor, único fim de seus in-
tentos e sobre que trabalha há muitos anos".

Depois de relatar o que mais miudamente expusemos, continuam:

"Estes fatos verídicos protestamos a V. Excia, fazê-los
certos a todo o tempo que V. Excia. o determine, assim como
o conteúdo do papel junto, onde com extensão mostramos as
indignas qualidades de um comandante que procura o cargo
de capitão-mor", "mandando quarenta e tantos a requerer
por ele para ser capitão-mor, sendo alguns deles notifica-
dos para o Real Serviço, emprestando cavalos a outros, di-
rigindo, insinuando o requerimento e, finalmente, quase to-
dos enganados, o que se verifica de dous bilhetes junto,
que pomos na respeitável presença de V. Excia."

"Rogamos por fim a V. Excia, que, por serviço de Deus
e de Nosso Soberano, nos livre deste comandante, largando
o comando a quem V. Excia. for servido e se proceda à nome-
ação de capitão-mor".

"Deus guarde V. Excia. muitos anos. São Carlos, em Câ-
mara de 27 de janeiro de 1803. Beijam as mãos de V. Excia.
seus humildes súditos, JOSÉ BARBOSA DA CUNHA - VICENTE JO-
SÉ MACHADO - MANOEL PEREIRA TANGERINO - ANTÔNIO JOSÉ DE
MATTOS - JOÃO MANOEL DO AMARAL".

Na penúria de tempo para estender nossas pesquisas, não entramos
em detalhes sobre as providências do novo governador e capitão-general;
entretanto, no mesmo ano, posteriormente à carta acima transcrita, en-
contramos FELIPE NÉRI TEIXEIRA como "capitão-comandante da Vila", pos-
to que possivelmente tenha assumido em caráter temporário, com o que
se findou a primeira oposição democrática de Campinas, persistente e
consolidada na vontade popular.

O novo governador não olvidou o pedido da Câmara de 1803; afasta do do Governo, por licença, de junho a outubro, depois de reassumir de terminou por carta aos edis campineiros a realização das eleições para a escolha do capitão-mor, o que foi feito, com a convocação prévia, por editais, dos republicanos da vila, aos 2 de fevereiro de 1804, remetido logo no dia seguinte o seu resultado para a nomeação pelo governador.

Dias depois já estava nomeado o capitão-mor que, em 18 do mesmo mês, fez o seu preito de homenagem a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, e ao governador e capitão-general, na cidade de São Paulo, perante as testemunhas, coronel LUÍZ ANTÔNIO DE SOUSA e tenente-coronel FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUSA. Aos 4 de março ele era empossado pela Câmara de Campinas, do que nos ficou o seguinte termo:

"Aos quatro dias do mês de março de mil oitocentos e quatro anos nesta vila de São Carlos, comarca da Cidade de São Paulo sendo presente o Juiz Presidente e oficiais da Câmara e sendo presente o capitão JOÃO FRANCISCO DE ANDRADE, o qual apresentou sua patente de capitão-mor desta vila, sendo por eleição deste Povo e oficiais deste mesmo Senado e Carta Patente pela Secretaria da Cidade de São Paulo mandado pelo Ilmo. e Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO JOSÉ DE FRANCA E HORTA, governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e pelos oficiais desta mesma lhe foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos em um Livro deles em que pôs sua mão direita sob o cargo do qual lhe encarregam de bem e fielmente fazer suas obrigações como na mesma carta patente determina".

JOÃO FRANCISCO DE ANDRADE era natural de Parnaíba, onde se casara em 1783 com Dona ANA FRANCO CARDOSO, de quem deixou ilustre descendência. Passou a residir em Campinas, onde se fixou com os seus filhos, que prestaram grandes serviços a esta cidade. Não deveria ser ele adversário dos TEIXEIRAS, pois suas testemunhas eram das boas relações desta família; FELIPE NÉRI TEIXEIRA, ao determinar suas disposições testamentárias, refere-se ao filho do capitão-mor com palavras amigas: "Declaro que o tenente ANTÔNIO FRANCISCO DE ANDRADE me deve setecentos e cinquenta mil réis de que não há clareza pela amizade que temos".

A posse do capitão-mor foi marco inicial de nova vida política em Campinas.

Solares do Açúcar
5.6 SOLARES DO ACÚCAR

Ao trabalho de 1950, posso acrescentar uma visão do início da cultura e indústria açucareira que plantou marcos históricos de sua época,

consubstanciados em residências dos primeiros senhores de engenho vivendo com suas famílias no território da propriedade rural.

A última década do setecentismo, marcou a entrada da indústria do açúcar em Campinas, aqui se fixando três introdutores desta riqueza que vinha dar à freguesia importância merecida pela exuberância de seu solo. E três foram os primitivos senhores de engenho: FELIPE NÉRI TEIXEIRA, JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA NOGUEIRA E ANTÔNIO FERRAZ DE CAMPOS, seguidos pelo Guarda-mór MANUEL TEIXEIRA VILELA e outros, sendo que ANTÔNIO FERRAZ DE CAMPOS não deixou documentação que o faça senhor de um dos primeiros solares.

O solar do Chapadão, que de início se chamava Sítio Grande, quando os proprietários não davam nomes a suas propriedades, que os tomavam de alguma particularidade que distinguia suas regiões, teve seu solar com trinta metros e meio de frente, janelas no andar superior ocupado pela família do proprietário, enquanto no rés do chão se acomodava a escravaria na forma usada por gente do Baependi, mas, desconhecida em São Paulo. FELIPE NÉRI TEIXEIRA construiu seu sobrado rural no Engenho da Barra, depois fazenda da Barra e hoje bairro urbano "Chácara da Barra"; desaparecido seu sobrado, mas conhecido por desenho de autoria de Hércules Florence.

Neste solar, como consta de escritura pública, Filipe Neri hospedou o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa e recebeu o Tabelaio para assinatura da primeira compra de terras que fez este ricaço, tornando-se depois o maior senhor de engenhos em Campinas.

O terceiro irmão destes dois anteriores, foi o Guarda-mór Manuel Teixeira Vilela, senhor do engenho do Salto Grande, que como o Chapadão tem no piso térreo acomodação para escravos; tal sobrado é hoje a sede do Museu Histórico de Americana. Este terceiro solar deve datar da primeira década do oitocentismo, assim como o belo solar da hoje fazenda Santa Rita do Mato Dentro, o sobrado de Padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo, já demolido, e a casa solarenga do Tenente Coronel Francisco Aranha Barreto de Camargo (1806) sede da Fazenda Mato Dentro à frente da Sociedade Hípica de Campinas.

Os Teixeira-Nogueiras, dos primeiros abonados que se fixaram em Campinas, aqui introduzindo a indústria açucareira, eram de família de Baependi (onde fora minerador e rico proprietário, o seu avô, fundador e capitão-mór desta cidade, Tomé Rodrigues Nogueira do Ó) e eram primos-irmãos do Marquês de Baependi, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, chefe de ramo Nogueira e antepassado de titulares do Império, membros de nobreza chegada à Casa Imperial. O Marquês foi um destacado elemento no primeiro reinado, como afirma Justiniano José da Rocha em biografia publicada em 1851.

tudo na mesma linha

Ainda fumegavam os escombros do tremendo terremoto de Lisboa, no ano de 1755, quando em 1756 outra hecatombe sugia na figura negra de um ministro do rei Dom José I de Portugal. Desejava ele¹ (X) "principiar corrigindo costumes; e por isso mandou abrir devassa contra concubinas públicas: os nobres seriam desterrados, os plebeus teriam prisão". Mas o poderio revelou o tirano; e o "atentado contra a vida de D. José" (setembro III (1758)) veio dar ao Marquês de Pombal um excelente pretexto para abrir-se um "processo rápido e bárbaro": D. Leonor de Távera foi degolada e morreu nobremente. Seguiu-se o segundo filho quasi imberbe e leuro, desfalecido entre os braços de dois frades. Estenderam-no sobre as aspas, quebraram-lhe os ossos a marre, e garrotaram-no; mas, como a corda partiu, o infeliz acabou lentamente. Apareceu então o marquês de Távera, cuja mulher passava por amante do rei D. José, dizia-se, desonrara-o primeiro: depois matava-o barbaramente. Veio logo o conde d'Auteguiá e mais três cúmplices, plebeus. Isto durou toda manhã, das 6 às 12 horas.

Depois de um descanso, prosseguiu a hecatombe. Entrou primeiro em cena o velho marquês de Távera: mostraram-lhe os cadáveres da esposa e dos filhos, deitaram-no na aspa, esmigalharam-lhe os ossos. O desgraçado gemia; mas o horror pavoroso dos gritos veio da execução do Duque de Aveiro. O Ferreira que dera os tiros contra o rei, foi untado de breu, com um saco de pez e enxofre ao pescoço, queimado vivo e assado lentamente, porque o vento afastava o fumo e as chamas; a cadeia de ferro que o ligava pela cintura ardia em braza, apertando-o num anel de fogo. A cena acabou às 4 horas da tarde. A nobreza estava domada, arrasada, e vingado o sacrilégio ao ataque ao rei, erigido em Deus pelo absolutismo⁴.

(J. P. Oliveira Martins, "História de Portugal" 9ª edição, tomo II, pag. 180).

São Paulo não era mais uma Capitania autônoma. Tornara-se região subordinada ao Rio de Janeiro, quando o Conde de Oeiras (futuro Marquês de Pombal), resolveu restabelecê-la, enviando para cá o seu válido e vassalo Morgado de Mateus.

Restabelecer uma capitania, significava reconstruir numerosas instituições que, pela renascença, oferecem motivo para um engrandecimento do seu autor, dar-lhe fama de administrador que, em realidade, tudo tinha em favor do seu governo.

Vinha, ainda, o Morgado, com determinações do seu senhor absoluto, o Marquês de Pombal, para criar povoados e vilas, na ânsia de povoar o generoso Brasil que lhe enchia as arcas de ouro. E o Marquês seria obedecido servilmente pelo "gauleiter" que ele colocara a testa da restauração da Capitania de São Paulo.

Mas, não poderia o Morgado de Mateus gozar da simpatia dos paulistas da época, povo que ele quiz conquistar com elogios enviados a Lisboa. Maiores impressões teriam causado, então, o seu descaso pela felicidade de famílias inteiras, quando quiz formar a freguesia que ele chamou de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi (que antes deveria se ter chamado Nossa Senhora dos Suplícios de Iguatemi) — como relata Afonso de Taunay, ao se referir ao Morgado:

"Era homem muito inteligente e de iniciativas dignas de apreço, dispondo das faculdades de excelente administrador. Mas completamente submisso à influência de Pombal. Trazia ordens para a militarização interna da Capitania tendo em vista a política portuguesa na Bacia do Prata e inflexivelmente cumpriu as instruções do seu temível patrono.

Assim obrigou os paulistanos e paulistas a severo arrolamento nas fileiras das tropas auxiliares da Ordenança, criando seis unidades para toda a Capitania, das quais duas caberiam à Cidade de São Paulo, de cavalaria e infantaria.

Em 1767 tinha sob as bandeiras 1.404 cavalarianos e 2.600 infantes além das ordenanças, companhia de pardos e tropa de índios. Mais de 6.000 mobilizados dentro de uma população que escassamente alcançaria cem mil almas!

Pior porém foi a nefasta ideia da fundação, na fronteira do atual Sul de Mato Grosso com o Paraguai, da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres mais conhecida pelo nome sinistro de Presídio de Iguatemi.

Recomendado com a maior insistência pelo onipotente Conde de Oeiras, instalar-se-ia em meados de 1767 por meio de uma expedição de 326 homens a que comandava o ituano João Martins de Barros. A esta primeira monção, sucederiam diversas outras, até 1773, tornando-se o lóbrego posto avançado enorme cemitério de paulistas, dizimados pela malária e outras moléstias do Sertão.

156
À recruta dos infelizes povoadores, a força, acompanhou uma série de cenas da maior violência contra os recrutados e suas famílias. Grandes contingentes violentamente embarcados, de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras, fizeram a temerosa navegação do Tietê ao Paraná e foram viver nas pestilentas paragens do Iguaçu".

Aqui se alcança que os recenseamentos mandados fazer pelo Morgado, e que hoje constituem documentos históricos de inestimável valor, não foram feitos para benefício da Capitania, mas para conhecimento dos homens que poderiam ser militarizados.

O Morgado de Mateus deveria infundir terror aos paulistas. Já se alongava o governo de Pombal, firmado o seu poderio absoluto; ainda se ouviam os ecos da horrorosa execução dos Aveiros e dos Távoras em Belém; as grandes reformas econômicas, administrativas e políticas vigiam na vida portuguesa, quando o Morgado foi despachado como pessoa de confiança para restabelecer a Capitania de São Paulo.

E no dizer de Oliveira Martins, "o Portugal de D. José era um falso Portugal de importação, nas idéias, nas instituições, nos homens". "O dinheiro do Brasil dava para todas as extravagâncias sensatas e insensatas. Dera para D. João V satisfazer a sua loucura de ostentação magestática e fradesca, dava agora para o marquês de Pombal construir uma nação de estufa, com gente de fora". "A ação da vontade dos homens sobre a natureza social não é completamente estéril, ainda quando seja, como foi a do marquês, viciada por uma crueldade ferina, e contrariada por uma tendência oposta da força coletiva".

Não podia, pois, ser estéril a ação ditatorial do Morgado de Mateus. Com poderes absolutos e a fama do seu ministro e amigo Pombal, com inteiro apoio do governo ditatorial, o Morgado teve suas ações administrativas facilmente executadas e seu governo, como as novas ditaduras, deixou bons frutos nas realizações materiais. A parte humana deste governo, porém, não se classificou da mesma forma.

Mesmo depois de sua retirada para o Reino, deixou problemas que obrigaram providências do bispo diocesano de São Paulo, como se pode ler nos Arquivos Ultramarinos de Lisboa:

"Ofício do Bispo de São Paulo Frei Manuel da Ressurreição para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro pelo qual lhe pede para comunicar a D. José I o desvio praticado pelo ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus. Este governador escolhendo o colégio dos antigos jesuitas para sua residência, pusera fora o clérigo depositário das alfaias da sacristia, que fora nomeado por Cédula Régia, e que desempenhava também as funções de limpeza e conservação dos edifícios. Comunica que lhe pedira o referido governador ao dito depositário as chaves da caixa, onde se guardava o depósito

da prata e dela tirara uma cruz com o Santo Lenho e outras peças de ouro e prata como constava da certidão que enviara. Nega-se, depois, a entregá-las, sabendo pelo inventário que levava a cruz, entre setenta arrobas de prata lavrada, tirada dos cofres dos órgãos (órfãos?) e outros depósitos da capitania, por preço inferior à lei. Diz-lhe, também, que achara o colégio que fora dos jesuitas totalmente arruinado e inabitável, porque o governador utilizara o seminário para morada e o colégio servia para oficina das suas funções de ouro e prata, destruindo os cubículos e celas, pelo que era necessário fazer grandes gastos para o reconstruir."

Acompanhou o ofício, uma certidão passada pelo depositário "das alfaías da sacristia e igreja dos extintos jesuitas, Inácio de Azevedo Silva atestando que revendo o inventário de todas as alfaías achara que faltavam, tiradas pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, as seguintes alfaías: uma cruz de prata dourada, na qual se continha a relíquia do Santo Lenho, pertencente ao altar da Senhora da Graça a qual com seus vidros e relíquias pesava vinte marcos e duas oitavas e meia; um relicário de prata com Agnus Dei e com o nome de Santo Inácio, que pesava quatro marcos, uma onça e vinte oitavos; um resplendor de prata da imagem de Santa Ana que pesava uma onça duas oitavas e trinta e seis grãos e a própria imagem; uma coroa de ouro lavrado da Senhora da Conceição que pesava uma onça e seis oitavos. Todas elas foram tiradas no tempo do seu governo, levando-as consigo para o reino apesar dos pedidos que lhe fizera para entregar". (Do "Diário do Povo" de 26/V/1974).

Temos tido para o Morgado de Mateus, historiadores de valor elogiando esta administração, o que se pode fazer também ^{com relação} a Pom- bal ao se tratar de atos, como a reedificação de Lisboa e outras medidas sempre em fácil alcance para um ditador. Entretanto, quando ^{do facto} observamos "Um Aranha na Guarda de Honra", referimo-nos às providências tomadas por Martin Lopes Lobo de Saldanha, sucessor do Morgado no governo de São Paulo, penalizada com os sofrimentos da tropa destacada em Iguatemi, local pestilento que hoje se tornou aproveitável pelo progresso, como a cidade de São Vicente-SP, onde ^{um} antepassado nesse, foi vítima da malária no final do século passado, o que hoje não se repete.

E do sucessor do Morgado no governo de São Paulo, com sua correspondência publicada pelo Arquivo Público do Estado, abundam as provas da então pestilência da colônia de Iguatemi, enquanto publicação recente de "Leitura", - órgão "Cultural da Imprensa Oficial do Estado", - conta que o Morgado, ^{após} deixado o governo de São Paulo, ao chegar a Lisboa, teve que se defender de denúncias sobre atos de sua administração, às quais não bastou a proteção do bárbaro marquês para se inocentar de tudo.

1. DAUNT, Ricardo Gumbleton. Diogo Antônio Feijó: ^{na} Tradição da família Camargo. São Paulo, Imprensa Of. do Estado, 1945. p. 14.
2. FREITAS, Afonso A. de. Filiação, puerícia e adolescência do Padre Feijó. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. v.23.
3. DAUNT, Ricardo Gumbleton. op. cit., p. 55.
4. Idem. p. 241.
5. Idem. Ibidem., p. 30.
6. DAUNT, ~~1945~~, Ricardo Gumbleton. op. cit., p. 85.
7. RODRIGUES, João Lourenço. Subsídios para a história do Ensino em Campinas. In: Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, IBGE, 1952. p. 391.
8. FREITAS, Afonso A. de. op. cit., p. 90
9. Idem. Ibidem. p. 90.
10. ~~MELLO~~ PUPO, Celso Maria de. ^{Mello} Campinas, Município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983. p. 121.
11. Idem. Ibidem. p. 187, 198 e 202.
12. SILVA LEME, Luis Gonzaga da. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Comp., 1904. v.1, p. 245.
13. Idem. Ibidem. p. 180.
14. RODRIGUES, João Lourenço. op. cit., p. 391.
15. ANDRADE, Mário de. O Padre Jesuino de Monte Carmelo. p. 238-9.
16. POMPÊO, Antonio. Os paulistas e a Igreja. São Paulo, Emp. Gráf. Rev. dos Tribunais, 1929. v.2, p. 56.
17. NOGUEIRA, José Luis de Almeida. A Academia de São Paulo. v. 4, p. 135.
18. MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de. Feijó. Folha da Manhã, 14.1.1943.
19. LINS DO REGO, José. O Padre Feijó. Diário de São Paulo, São Paulo, 24.11.1942.
20. DE TOMASI, Lucia. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v.77, p. 127.
21. DAUNT, ~~1945~~, Ricardo Gumbleton. op. cit., p. 91.
22. Idem. Ibidem. p. 50.

23. ~~23~~ PUPPO, Celso Maria de ^{Nello} Campinas, seu berço e juventude. Campinas, (Of. Gráfica de Revista dos Tribunais), 1969. p.55. (Publ. da Academia Campinense de Letras, nº 20).
24. Diário do Imperador. Museu Imperial. Petrópolis.
25. ~~25~~ PUPPO, Celso Maria de ^{Nello} op. cit., p. 167.
26. AMARAL, Leopoldo. Campinas recordações. São Paulo, Secção de Obras D' "O Estado de S. Paulo", 1927. p. 251.
O Constitucional de 06.11.1875.
27. ~~27~~ A Baronesa, depois Viscondessa de Campinas, Maria Luzia de Sousa Aranha, conhecida pela sua caridade, deixou ilustre descendência na qual o Marquês de Três Rios e a Baronesa de Itapura; foi ela agraciada com os títulos nobiliárquicos "em atenção aos relevantes serviços prestados à instrução pública e à humanidade em ~~extensão~~ relação a guerra do Paraguai".
28. ~~28~~ O Marquês de Três Rios, Joaquim Egídio de Sousa Aranha, Vice-presidente que ocupou a presidência da Província, chefe do Partido Liberal, foi ^P presidente da Câmara de Campinas e ^D deputado provincial.
29. Joaquim Antônio de Arruda, Barão de Atibaia, foi chefe do Partido Conservador e benemérito da cidade.
30. José Guedes de Sousa, nascido e de família de Campinas, fazendeiro e ^P Presidente da Câmara de Moji Mirim, foi agraciado com o título de Barão de ~~Vixi~~ Pirapitingui.
31. Pedro José dos Santos Camargo, Hércules Florence, Luciano Teixeira Nogueira, Maria Inocência de Sousa Queirós, Floriano de Camargo Penteado, Antônio Rodrigues Barbosa e outros,
32. ~~32~~ PUPPO, Celso Maria de ^{Nello} op. cit., p. 172.
33. VASCONCELOS, Barão de. Arquivo ^Nobiliarquico ^Brasileiro.
34. INTRODUÇÃO ao trabalho livre em Campinas. In: Monoografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, IBGE, 1952. p. 243.
35. "Memário do jornal do comércio" - Tomo I. Vol III pag 55. "Patrões e Colonos"
Von TSCHUDI, J. J. Viagem as Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, Belo Horizonte, Halcara, São Paulo, EDUSP, 1980.
36. ~~36~~ PUPPO, Celso Maria de ^{Nello} op. cit., p. 172

37. Livro de Batizados. Cúria Metropolitana de Campinas. 154
38. Livro de Batizados. Cúria Metropolitana de Campinas.
39. SILVA LEME, Luis Gonzaga da. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Comp., 1904 v.4, p. 93.
40. Cartório da Provedoria da Real Fazenda. Livro 1567, 100.
41. MARQUES, Manoel Eufrázio de Azevedo. Apontamentos historicos geographicos, biograficos, estatisticos e noticiosos da Provincia de São Paulo,,, Rio de Janeiro, Typ.Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879. v.1, p.3.
42. LEITE, Aureliano. A historia de Sam Paulo em breve rezumo chronologico, desde 1500 a 1930. São Paulo, Liv.Martins, 1944. p.20.
43. BASTIDE, Roger. O negro em São Paulo. In: São Paulo em quatro séculos. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. v.2, p.23-39.
44. TAUNAY, Afonso d'Escragnole. São Paulo nos primeiros anos.
45. _____. São Paulo no século XVI.
46. PINTO, Adolfo Augusto. História da viação pública em São Paulo 2.ed. São Paulo, Governo do Estado, 1977. p.13. (Paulística, v.2).
47. Inventário de Escolástica de Godoi. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
48. TAUNAY, Afonso d'Escragnole, op. cit., p.214.
49. Inventário de Bento do Amaral da Silva. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
50. RIBEIRO, José Jacintho. Chronologia Paulista. [São Paulo, Officinas do Diário Oficial], 1899. v.1, 677.
51. SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil.
52. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/EDUSP, 1980. p.37 e 77. (Reconquista do Brasil. Nova Série, v.10).
53. LATIF, Miran de Barros. Uma cidade nos trópicos; São Sebastião do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro, AGIR, 1965. p.17.
54. SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Comp., 1904. v.5, p.508.
55. RIBEIRO, João. História do Brasil; curso superior adaptado no Gymnasio Nacional, 1916. 6.ed. rev. e melhorada. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916. p.118.
56. CÂMARA, Roque Luís de Macedo da. Nobliarquia Brasiliense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v.32, p.152.
57. RIBEIRO, João. op.cit., p.130. (Conta que o "o principal alvo era tripudiar sanguinolentemente sobre a heresia reformista").
58. VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.149, t.85.
59. RHEINGANTZ, Carlos G. Primeiras familias do Rio de Janeiro. S.n.t. v.1, p.117 e v.2, p.324.

Toussaint Gurgel. O Globo, Rio de Janeiro, 26 jul. 1965. (Neste afirma ~~que~~ na "habilitação de genere de um dos seus netos, os depoentes, em seus testemunhos, foram unânimes em declarar que Toussaint Gurgel nasceu em Havrre de Grâce").

60 GURGEL, Heitor. Uma família carioca no século XVI. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1964. p.27. (~~Trabalho~~ valioso que nos dá a conhecer Toussaint em sua vida, valor e intimidade).

61 PEIXOTO, Afrânio. A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. Publ. n. 10.

62 ENCICLOPÉDIA e Dicionário Internacional. v.9, p.5253 (Diz que Domingos de Gourgue, navegante francês do Século XVI, nasceu em 1530, foi grande ~~navegante~~ navegador com expedição na reconquista da Flórida). É também citado no LAROUSSE du XX Siécle. Paris, Libraire Larrousse |c1933|. v.3, p.835.

63 GURGEL, Heitor. op. cit., p.101.

64 SANCHES DE BAENA, Visconde de. Arquivo heraldico-genealogico. Lisboa, Typ. Universal, 1873. Pt.1. Archivo e Supl. p.23. [Verbete 84].

65 GURGEL, Heitor. op.cit., p.33.

66 FONSECA, Luísa da. Bachareis brasileiros. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 4. Anais... v.11, p.175. (Informa que Cláudio Gurgel do Amaral, em requerimento datado de Lisboa, 8 de fevereiro de 1706, pretende o ofício de Procurador da cidade de Lisboa, e declara ser sua avó materna Ângela de Aran do Amaral).

67 28. CALMON, Pedro. História do Brasil.

68 GURGEL, Heitor. & AMARAL, Edelweis. Parati, caminho do ouro.

69 HORTMANN, Adalberto, Frei. História da antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pub. n. 16.

70 PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. Nobiliarquia paulistana. Revista do Instituto Histórico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.32, p.257.

71 32. Seu nome exato era José Nunes da Silva; RHEINGANTS, op.cit., 38. GURGEL, Heitor, op.cit., p.66.

72 33. MARQUES, Manuel Eufrazio de Azevedo. Apontamentos historicos, geographicos, estatisticos e noticiosos da Provincia de São Paulo.... Rio de Janeiro, Typ. Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879. v.1, p.60.

73 34. SILVA LEME, Luís Gonzaga da. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Comp., 1904. v.6, p.122.

74

TAUNAY, Afonso d'Escragnole. História geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo, Typ. Ideal-H.L. Canton, 1924. v.1, p.223.

Não é possível aceitar para documentos de século passado, a palavra lanço com a significação de seções internas de uma casa, separadas por um corredor, ~~como quer Carlos Vences em seu trabalho "Notas Sobre Arquitetura Tradicional de São Paulo", página 27 e seguintes.~~ São frequentes em velhos inventários, as casas com dois lanços, sendo um assobradado, o que quer dizer que um tinha seu piso de assoalho acima do solo, e outro de terra pilada. É encontrad¹¹o o imóvel de dois lanços, como reproduzimos no texto, "sendo um de sobrado com duas camarinhas", o que quer dizer que o primeiro corpo da casa tinha assoalho e, como andar superior, duas câmaras; além deste corpo ou lanço, o segundo lanço ou corpo com os cômodos de serviço. O inventário de bens de Bartolomeu de Quadros, de 1649, mostra a descrição de imóvel confirmando nossa interpretação: casa de Parnaíba com dois lanços, e "seus corredores" (no plural) (...) "umas casa de sobrado de dois lanços e seus corredores e mais um lanço de casa terreira" (Arquivo do Estado), e a casa de três lanços no inventário de Cornélio de Arzão, falecido em 1638. Aluísio de Almeida usa, dentro de nosso modo de entender, o vocábulo lanço, quando se refere a um puxado, nestas palavras: "foram derrubados o lanço da cozinha e o muro do poente" (História de Sorocaba, 240). ~~XXXXXXXXXXXX~~
~~XXXXXXXXXXXX~~ Conclui-se que a palavra lanço, quando designa qualidade de uma construção, aposta em muitíssimos inventários que temos tido em mãos, só pode significar extensão diferenciada por algum característico: primitivamente as casas se constituíam de um só corpo (Casa do Bandeirante), exigindo apenas um telhado de duas ou quatro águas; eram de um só lanço e não dispunham de cozinha, mas de uma varanda aberta, ou alpendrada, ou alpendre. Posteriormente, passou-se a construir um adicional (no século vinte chamado "puxado") com menor pé-direito, com telhado próprio e com parede em continuação, constituindo o segundo lanço. Esta interpretação está em dicionário arcaico de Frei Domingos Vieira, e em dicionários modernos também, como "extensão do pano de muro, da parede, do entrincheiramento" (...) "seção de uma estrada", de um muro, "extensão" (...) "parte de uma escada compreendida entre dois patamares", como entendemos significar a palavra lanço em velhos documentos. A última edição do dicioná-

37.76 RIBEIRO, José Jacinto. Cronologia Paulista. (São Paulo, Oficinas do Diário Oficial] 1899. v.1, p.677. 157

~~38.77~~ Nunca encontramos a expressão "casa grande" para designar a casa sede da fazenda ou engenho nas regiões paulistas. Tais casas entre nós eram e ainda são entre gente mais conservadora, chamadas "sobrados" por serem, geralmente, as únicas de assoalho, enquanto as demais só dispunham de pisos de terra socada e atijoladas ou ladrilhadas.

39.78 Inventário de Bento do Amaral da Silva. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

40.79 VIEIRA, Domingos Frei. Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa. Porto, Em Casa dos Editores Ernesto Chardron & Bartholomeu H. de Moraes, 1871. v.5, p. 671 ("Tamborettes - cadeira rasa sem braços; tem espaldar a diferença dos mochos que são rasos, de braços e espaldares").

41.80 VIEIRA, Domingos, Frei. op.cit., p.925. ("Primavera - certo pano de seda, folhagens e matizes").

42.81 RODRIGUES, J. Wasth. Mobiliário do Brasil antigo. p. 19 e 21.

43.82 VIEIRA, Domingos, Frei. op. cit. v.4, p. 632. ("Palanquim - rede suspensa em um varal por duas pontas, na qual alguém sentado ou deitado; sobre o varal corre um sobreceú com cortinas que cobrem a pessoa que nela vai". Deste, uma evolução para a cadeirinha, conservando o nome de palanquim, se compunha de uma rótula ou teto adornado no qual se fixavam os dois varais para assentarem nos ombros dos carregadores; da rótula pendia uma grande cortina. Chamavam-na, também serpentina. Veja Tomás Ender, "O velho Rio de Janeiro", 49 e 157).

44.83 VIEIRA, Domingos, Frei. op. cit. v.5, p. 925. ("Véstia - parte dos vestidos que cobre o tronco, com mangas ou sem elas; traz-se por debaixo da casaca").

NASCENTES, Antenor. Dicionário da Academia Brasileira de Letras. s.l., Edição Bloch, s.d. p. 654. ("véstia - veste que cobre o tronco, que se trazia por baixo da casaca").

45.84 Índios que pela Carta Régia de 19/11/1616, não podiam ser escravizados e deviam ser administrados sob condições.

46.85 TAUNAY, Afonso d'Escragno. Ensaio da historia paulistana. Anais do Museu Paulista, São Paulo. v.10, p.163.

47.86 VIEIRA, Domingos, Frei. op. cit. v.5, p. 671.

48.87 MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira. p.79 e 82.

49.88 HERCULANO, Alexandre. Lendas e narrativas. 13.ed. v.1, p. 276.

- BELMONTTE,
50.89 BARRETO, José de Barros. Almonde p.86. "No tempo dos bandeirantes".
p.86.
- 51.90 DANTAS, Julio. Os galos de Apolo p. 189, 2º milhar. 158
- 52.91 TAUNAY, Afonso d'Escragnole. Bibliotecas seiscentistas particulares em São Paulo. Revista de Filosofia e de História. v.2, p. 21.
- 53.92 SÃO PAIO, Conde de (Dom Antonio). A heráldica portuguesa. PRIMER CONGRESO DE GENEALOGIA Y HERALDICA. Anais... p. 132.
- 54.93 MATOS, Armando de. Brasonário de Portugal.
- 55.94 GHEUSI, P.B. Le blason héraldique. p. 116.
- 56.95 GENOUILLAC, H. Gourdon de. Gramaire Héraldique. p. 42.
- 57.96 GALBREATH, D.L. & VEVEY, H. de. Manuel d'Héraldique. p. 66.
- 58.97 GARCIA CARRAFFA, Alberto y Arturo. Enciclopédia Heraldica y Genealogica Hispano-Americana. v.1, p. 57.
- 59.98 ARMENGOL, A. de & de PEREIRA, Heráldica. p.8.
- 60.99 GUERIN-SEGUEIR, A. de. Préces d'Heraldique Britanique. Revista do Instituto Heráldico e Genealógico. v.9, p. 339.
- 61.100 MONCREIFFE, Iain & POTTINGER, Don. Simple Heraldry p. 54.
- 62.101 FERREIRA, L. G. dos Santos. Armorial Português. v.2, p. 103.
- 63.102 Idem, v.2, p. 64 e 87.

64.103 SÃO PAIO, Conde de (Dom Antonio). op. cit., p. 132.

- 104
65. VILAS BOAS e SAMPAIO, Antonio de. Nobiliarquia Portuguesa. p.283.
- 105
66. SANCHES DE BAENA, Visconde de. Arquivo Heraldico-genealogico. Lisboa, Typ. Universal, 1873. Pt.1, Archivo e Suplemento. p.80.
- 106
67. FERREIRA, L. G. dos Santos. Armorial Português. v.2, p.125.
- 107
68. Idem. v.1, p.147.
- 108
69. Idem. Ibidem, v.2, p.40 e 94.

709
70. José Luís Campos do Amaral era fidalgo da Casa Imperial, Coronel Superior da Guarda Nacional, Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, casado com Maria Joaquina Neves de Campos. Foi pai de Joaquim Mariano Campos do Amaral Gurgel (Almeida Nogueira, "Academia de Direito" VII 207), nascido em Parati, Juiz Municipal de órfãos, casado com Luísa de Almeida Gurgel; avô de Júlio Campos do Amaral Gurgel batizado em Parati aos 19/1/1862, tendo por padrinho o futuro Visconde do Cruzeiro, foi casado com

Itelvina Amélia da Silva Coelho; bisavô de Joaquim Coelho do Amaral, residente em Campinas, onde faleceu a 25/2/1973, de cujo arquivo tiramos os dados presentes. O brasão ~~se~~ encontra nas seguintes obras:

VASCONCELOS, Barão de. Arquivo nobiliarquico brasileiro. p. 573.

GURGEL, Heitor & AMARAL, Edelweiss. Parati, caminho de ouro. p. 32-3 e 205.

110 SANCHES DE BAENA, Visconde de. op. cit, p. 217.

111 ~~MORAIS~~ PUPPO, Celso Maria de ^{Moraes} O Brasão dos Alvarengas. Revista do Instituto Heráldico e Genealógico. v.2, p. 319.

73. 112 PEIXOTO, Afrânio. A Igreja de Nossa Senhora da Gloria do Outeiro. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publ.n. 10.

74. 113 MORAIS FILHO, Melo. Festas e tradições populares no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1979. p. 277.

114 SANCHES DE BAENA, Visconde de. op.cit., p.188.

GURGEL, Heitor & AMARAL, Edelweiss. op.cit., p.204.

76. 115 Idem, p.422.

77. 116 Idem. Ibidem, p.177.

78. 117 Idem. Ibidem, p.283.

118 Não existem os assentamentos da época; os existentes se iniciam em 1722.

119 Inventário de Bento do Amaral da Silva. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

120 PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. Nobiliarquias paulistana. Revista do Instituto Histórico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.32, p. 255.

121 Inventário de Escolástica de Godói. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

122 Inventário de Escolástica de Godói. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

123 SILVA LEME, Luis Gonzaga da. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Comp., 1904. v.6, p. 141.

124 Sesmarias, v.31:71 e v.41:14. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

125 Livro de Casamento. Cúria Diocesana de Jundiá.

126 Entre São Paio e Sampaio, procuramos conservar a forma usada pelo portador do apelido.

127 PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. op. cit, v. 32, p.258.

98.128 Esta casa, quando já pertencia à filha de Vicente Férreir, Francisca Soares do Amaral, foi lançada para pagamento de imposto predial de 1865-66, que se calculava pelas aberturas da fachada, pelas janelas que abriam para a rua da frente; tinha a casa três aberturas e mais a porta com duas janelas de um lado e uma do outro. Quanto a lanço, já tratamos na nota 36.

99.139 Realmente se chamou Boaventura do Amaral Camargo e tinha seis anos quando se fez o requerimento.

91.130 Habilitação de genere de Melchior Pontes do Amaral. Cúria Metropolitana de São Paulo.

92.131 Avô materno do autor.

93.132 NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu. v.4, p. 57.

94.133 POMPÊO, Antonio. Os paulistas e a Igreja. São Paulo, Emp. Gráf. Rev. dos Tribunais, 1929. v.2, p. 57 e 150.

95.134 Livro de Óbitos. Cúria Diocesana de Piracicaba.

96.135 Inventário do Padre Melchior Pontes do Amaral. Segundo Tabelionato de Itu.

97.136 Pedro de Mello e Sousa, genealogista que, quando se admiravam de seus conhecimentos genealógicos, respondia: "o meu pai conhecia muito mais". Foi citado pelo grande genealogista Luís Gonzaga da Silva Leme ~~em~~ em sua monumental obra "Genealogia Paulistana", v.4, p.245 e v.5, dizendo: "ajudado pelo inteligente velho Pedro de Mello", que para ele era "caráter de rija têmpera, notável pela memória que conservou até os últimos anos de sua vida, constituindo depositário de quem as gerações de hoje iam receber as tradições dos seus antepassados".

98.137 RHEINGANTZ, Carlos G. As famílias do Rio de Janeiro. v.2, p. 367.

99.138 ABRANCHES, Dunshee de. Governos e Congressos da República. v.1, p. 257.

100.139 SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. Nobiliarquía Fluminense. v.2, p.304

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. Nobreza de Portugal e do Brasil. v.3, p. 154.

101.140 MARQUES, Manoel Eufrázio de Azevedo. Apontamentos historicos, geographicos, biograficos, estatisticos e noticiosos da Provincia de São Paulo. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879. v.2, p. 62.

1.141 GUIMARÃES, Archimedes Pereira. E agora Padre Belchior? Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo. v.73, p. 115.

2.142 CATÁLOGO de Documentos sobre a História de São Paulo existentes no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1958. v.1 (tomo especial). p.376 [Verbete 509].

3.43 BOLETIM DO DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO. São Paulo. v.1, p. 61.

4.144 SANTOS, Francisco Martins dos. História de Santos. v.1, p. 273. 161

MARQUES, Manoel Eufrazio de Azevedo. Apontamentos historicos, geographicos, biograficos, estatisticos e noticiosos da Provincia de São Paulo. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Eduardo Henrique Laemmert, 1879. v.1, p. 55.

5.145 Teria Alexandre Barreto Aranha parentesco com os Macieis Aranhas, proprietários de "curioso solar no Campo da Vinha" em Braga?

ENCICLOPÉDIA pela Imagem. Palácios e Solares Portugueses. p. 38.

6.146 FERREIRA, Tito Livio. História de São Paulo. v.1, p. 373.

7.147 CATÁLOGO de Documentos... op. cit., v.5, p.116 |Verbete 2007|.

8.148 CATÁLOGO de Documentos sobre a História de São Paulo existentes no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1958. v.1 (tomo especial). |Verbete 2007|.

9.149 Idem.

150. Idem. Ibidem,

151. Idem. Ibidem, p.176 |Verbete 2056|, p.186 |Verbete 2068|.

152. Idem. Ibidem, p.352 |Verbete 3306|.

153. CATÁLOGO de Documentos... op. cit., p. 352. (Verbete 3306).

154. CALMON, Pedro. História do Brasil. v.9, p. 1153.

(Foi o Forte de Jesus, Maria e José, construído em 1752 na confluência dos rios Pardo e Jacuí - então chamado Guaíba - pelo engenheiro João Gomes de Melo).

155 CATÁLOGO de Documentos... op. cit., v.8, p. 352. (Verbete 3306).

156. Maços de População. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

157. CATÁLOGO de Documentos... op. cit., v. 8, p. 352. (Verbete 3306)

158. Braço direito e primo do Capitão-general de São Paulo, Luís Antônio de Sousa, Morgado de Mateus. Contra ele, assim como contra o Morgado, pesam graves acusações de improbidade administrativa. (Arquivo Ultramarino).

159 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. Documentos Interessantes. São Paulo. v.84 p. 76.

20.160 Idem, v.85, p.10.

21.161 Idem. Ibidem, v.75, p.73.

22.162 Idem. Ibidem, p.75.

23.163 Idem. Ibidem, p.158.

- 24.¹⁶⁴ VIEIRA, Domingos, Frei. Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa. Porto, Em Casa dos Editores Ernesto Chardon & Bartholomeu H. de Moraes, 1871. v.4, p. 654 e 865. ("Parada - pos-tilhões que de posta em posta levam recados, cartas, avisos para irem com mais rapidez"(...) "Postilhão - homem ligado ao serviço da posta e que conduz viajantes").
- 25.¹⁶⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. Documentos Interessantes. São Paulo. v.76, p. 18.
- 26.¹⁶⁶ Idem, p. 63.
- 27.¹⁶⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. op. cit., v.76, p. 78.
- 28.¹⁶⁸ Idem. Ibidem, p. 112.
- 29.¹⁶⁹ Idem. Ibidem, v.77, p. 160.
- 30.¹⁷⁰ CALMON, Pedro. op. cit., v.4, p. 1205.
- 31.¹⁷¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. op. cit., p. 63.
- 32.¹⁷² Idem. Ibidem, p. 85.
- 33.¹⁷³ CALMON, Pedro. op. cit., v.4, p. 1208.
SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória histórica de Paranaguá. p.149-50.
- 34.¹⁷⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. op. cit., v.77, p. 140.
- 35.¹⁷⁵ Idem. Ibidem, p. 180.
SOUSA, Alberto. Os Andradas. v.1, p. 167.
- 36.¹⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. op. cit., p. 198.
- 37.¹⁷⁷ - Nomeado ~~pelo~~ Morgado de Mateus, alferes da companhia comanda-da pelo capitão José Gomes de Gouveia, para o Iguatemi, (Re- vista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, IV, 395; Arquivo Público do Estado, Revista IX, 160 a 164 e Do- cumentos Interessantes VIII, 27 e 29). Iguatemi, que foi o- mártírio dos paulistas instituído pelo Morgado de Mateus; no seu período final tinha por governador o seu vigário, padre Antônio Ramos Barbas Louzada, com uma guarnição faminta de 116 soldados comandados pelo tenente Jerônimo da Costa Tava- res; soldados faltos de alimentos e munições, que se renderam honrosamente perante poderoso ataque dos castelhanos. Os seus chefes porém, foram presos e metidos nas masmorras da forta- leza da Barra Grande em Santos, onde o padre Vigário e Gover- nador penou ^{por} dezoito anos ^{por falta de} por não ter resistido aos espanhóis, que os teriam massacrado neste caso!).
- 38.¹⁷⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. op. cit., v.80, p. 59-60.
- 39.¹⁷⁹ Idem, p. 76-7.

40. ¹⁸⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. op. cit., v.83, p. 162.

41. ¹⁸¹ Idem. Ibidem, v.46, p. 103.

42. ¹⁸² CATÁLOGO de Documentos... op.cit., v.8 (tomo especial). p.352.
[Verbete 3306].

43. ¹⁸³ SILVA LEME, Luis Gonzaga da. Genealogia Paulistana. São Paulo, Du-
prat & Comp. 1904. v.1, p. 244.

44. ¹⁸⁴ Idem, p. 165.

45. ¹⁸⁵ Idem. Ibidem, v.7, p. 489.

46. ¹⁸⁶ Livro de Óbitos. Cúria Metropolitana de Campinas.

47. ¹⁸⁷ Livro de Batizados. Cúria Metropolitana de São Paulo.

48. ¹⁸⁸ CATÁLOGO de Documentos... op. cit.

49. ¹⁸⁹ Idem. Ibidem.

49A. ¹⁹⁰ SAINT-HILAIRE, August de. Viagem à Comarca de Curitiba. p. 75.

49B. ¹⁹¹ Idem. Ibidem, p. 87.

50. ¹⁹² Mapas de População. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

52. ¹⁹⁴ VIEIRA, Domingos, Frei. op. cit., v.3, p. 1259. Entende laço como
"extensão do pano de muro; no século atual é um puxado, adicional
da construção com menor pé-direito".

53. ¹⁹⁵ AMARAL, Leopoldo. op. cit., p. 72.

54. ¹⁹⁶ Atos. Câmara Municipal de Campinas. Campinas, 25 de dezembro de 1812.

55. ¹⁹⁷ Atos. Câmara Municipal de Campinas. Campinas, 1817.

56. ¹⁹⁸ GUIMARÃES, Archimedes Pereira. op. cit., v. 73, p. 50.

57. ¹⁹⁹ LEME, Ernesto. 7 de Setembro de 1822. Revista do Instituto Histórico
e Geográfico de São Paulo. São Paulo, v.70, p. 253.

MACHADO, João Correia, Cônego. Tese aprovada no 1º CONGRESSO DE HISTÓ-
RIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Campinas, julho de 1972.

58. 200

Joaquim Aranha de Camargo assim foi chamado em todos os atos de sua vida, no assentamento de seu casamento, até na sua última assinatura na Câmara de Campinas, em 5/11/1815; no ofício referente à sua nomeação para governador de Santos, seu nome se registrou como Joaquim Aranha Barreto de Camargo e assim passou ele a assinar como governador militar, em sua correspondência com o governo da Capitania (ofícios no Arquivo Público do Estado, a começar de 2/10/1822), com sua letra sem muita firmeza, de homem de meia idade. Em sessões da Câmara Municipal de Campinas, nos dias 26/8/1820, 10/7/1821, 7/4/ e 15/8/1822, compareceu seu filho e assinou eleição e atas, como Joaquim Aranha de Camargo, com letra segura de moço.

59. 201

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. op. cit., v.84, p.76 e 180.

60. 202

LIVRO XI de Vereança da Câmara de Santos. [Pesquisa de Luis Carlos Sampaio Mendonça].

61. 203

SOUZA, Alberto. op. cit., v.1, p.295-6.

62. 204

BANDECCHI, Brasil & AMARAL, Antonio Barreto do. O arquivo do Marquês de Valença. Revista de História, São Paulo, n. 92, p.509.

63. 205

SANTOS, Francisco Martins dos. História de Santos. v.1, p.391.

64. 206

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO.

65. 207

SANTOS, Francisco Martins dos. op. cit., v.1, p.395. (Deixou historiado: "Ata pela qual, em reunião popular realizada na praça da Matriz - hoje República - se Aclamou a S.A.R.D. Pedro de Alcântara, primeiro Imperador Constitucional do Império do Brasil - Aos doze dias do mês de Outubro, de mil oitocentos e vinte e dois, nesta Vila e Praça de Santos, Comarca da Cidade de São Paulo, em a Praça da Igreja Matriz, onde foi elevada uma suficinete e bem decente varanda, que para objeto de tanto júbilo foi edificada e em que se acham presentes

↑
na
mesma
ocasião

o Juiz Presidente pela Lei João Batista Vieira Barbosa, os vereadores, o Capitão Antônio José Viana, o Capitão Antônio Botelho de Carvalho, o Procurador do ano passado Domingos José Rodrigues, no impedimento de moléstia do atual governador desta Praça o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, e mais autoridades, Povo e Tropa da guarnição da mesma, foi por todos unanimemente dito que declaram a sua independência dos Reinos de Portugal e Algarve, e protestam defendê-la à custa da própria vida...).

66. 208

SANTOS, Francisco Martins dos. op. cit., v.1, p.395.

67. 209

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO.

68. 210

Livro de Óbitos. Cúria Diocesana de Santos. [Pesquisa do genealogista Luís Carlos Sampaio de Mendonça].

69. 211

Livro de Batizados. Cúria Metropolitana de São Paulo.

69.211 NARDY FILHO, Francisco. As antigas Igrejas de São Paulo. p. 97.

70.212 Livro de Casamentos. Cúria Metropolitana de São Paulo. 165

71.213 Livro de Óbitos. Cúria Metropolitana de Campinas.

72.214 ~~MELLO~~ PUPO, Celso Maria de ^{Nuovo} Os velhos casamentos. Correio Popular Campinas, 7.8.1964.

73.215 Livro de Casamentos. Cúria Metropolitana de Campinas.

74.216 MELLO PUPO. Celso Maria de. Campinas, seu berço e juventude. Campinas, (Of. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais), 1969. p. 142. (Publ. da Academia Campinense de Letras, nº 20).

75.217 AMARAL, Leopoldo. op. cit., p. 463.

REGISTRO Histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência. p. 71.

76.218 LAGO, Laurêncio. Retificações ao Arquivo Nobiliárquico, agosto de 1950.

77.219 ABRANCHES, Dunshee de. Governos e Congressos. v. 2, p. 80.

118
220 Leonor Lapa Álvares Lobo foi casada com Paulo Álvares Lobo, bacharel em direito, advogado, jornalista, exímio escritor, purista da língua, patrono da cadeira 29 da Academia Campinense de Letras. ~~220~~ ~~220~~ ~~220~~ Com geração.

79.221 DAUNT ~~MELLO~~, Ricardo Gumbleton. Diário da Princesa Isabel: excursão dos Condes D'Eu à Província de São Paulo. São Paulo, Anhembí, 1957. 105p.

80.222 Diário de Campinas de 22.10.1886.

1.223 VIANA, F. J. de Oliveira. Populações meridionais no Brasil. p. 54.

2.224 LUÍS, Washington. Diogo Antônio Feijó. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, São Paulo, v.12.

3.225 LIRA, Augusto Tavares de. Constituição para a biografia de D. Pedro II Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. tomo especial. p. 242.

4.226 FLORENCE, Amador. Revolução de 1842. Gazeta de Campinas, 13.7.1882.

5.227 E. Monte Mor.

6.228 Trata-se de José Manuel de Castro.

7.229 O nome completo é Ângelo Custódio Teixeira Nogueira.

8.230 MORAIS, João Batista de. Revolução de 1842. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v.12, p. 553.

9.231 FLORENCE, Amador. Revolução de 1842. "Gazeta de Campinas", 8.6.1882. ^{de Campinas,}

10.232 MORAIS, João Batista de. op. cit., v.12, p. 506.

11. ²³³ MORAIS, João Batista de. op. cit., v.12, p. 563 e 565. 166

12. ²³⁴ Soldados do Exército Imperial que se fardavam de verde.

13. ²³⁵ Reiuna - fuzil de maior alcance usado pelo Exército Imperial.

14. ²³⁶ ZALUAR, Augusto Emílio. Peregrinação pela Província de São Paulo: Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975. p. 157.

15. ²³⁷ Assinava Boaventura d'Amaral Camargo.

16. ²³⁸ Livro de Família, pertencente a Ana Gabriela de Castro Camargo. (Coleção Zina de Castro Bicudo).

17. ²³⁹ ~~1830~~ PUPO, Celso Maria de ^{mele} Campinas, seu berço e juventude. Campinas, (Of. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais), 1969. p. 135 (Publ. da Academia Campinense de Letras, nº 20)

Correio Paulistano, de 23.8.1942.

18. ²⁴⁰ ZALUAR, Augusto Emílio. op. cit., p. 157.

19. ²⁴¹ DAUNT, Ricardo Gumbleton. op. cit.

20. ²⁴² Livro de Família, pertencente a Ana Gabriela de Castro Camargo. (Coleção Zina de Castro Bicudo).

Escritura do Eugênio

Aranhas (do Siro)

Esta estirpe Aranha, se iniciou no Brasil com Alexandre Barreto Aranha alferes de uma das companhias de Infantaria da Praça de Santos (142). Nasceu ele em 1679, pois declarou ter de idade quarenta e quatro para quarenta e cinco anos, jurando, como testemunha em processo militar, aos 9 de novembro de 1723 (143). Indicam estas datas que Alexandre Barreto Aranha viveu em Santos épocas de desassossego com

o desembarque de Francisco Duclerc que pretendia saquear a vila, o que não realizou pelo pronto reforço vindo de São Paulo, e com a invasão de forças dirigidas por Bartolomeu Fernandes de Faria requisitando sal existente na vila e escasso em outras paragens por retenção de arambarcadores.

Nas duas vezes teve a população de Santos angustiosos dias de sobresalto pela ameaça que sofreram de maiores tormentos, ficando a guarnição da praça com o encargo de perseguir Bartolomeu Fernandes de Faria, finalmente preso em Itanhaém no ano de 1722 (144).

Aos 5 de abril de 1725 já era falecido, conforme documento desta data que constituía carta do capitão general de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, propondo nomes para a vaga de alferes deixada pelo falecido Alexandre Barreto Aranha, natural de Braga (145) casado com Dona Francisca de Sales, em Santos onde era ela nascida, e de cujo casamento nasce Francisco Aranha Barreto.

Filho de Alexandre Barreto Aranha foi Francisco Aranha Barreto, nascido em Santos, que ainda muito jovem e filho de militar, sentou praça de soldado, como era hábito, a 1.º de abril de 1723, na mesma vila. Já em 6 de abril de 1725 era proposto pelo capitão-general Rodrigo César de Menezes, para

o posto de alferes, vago com a morte do pai, proposta que não foi aceita pelo Conselho Ultramarino apenas por el rei D. João V, pois, para este cargo havia candidato de dezenas de anos de serviço, que foi o escolhido.

Não demorou para que Francisco Mianha Barreto alcançasse posto de promoção; seus serviços o tornaram merecedor. Conetíssimo no cumprimento dos seus deveres, tornou-se útil e necessário em cometimentos de defesa da ordem e de bens, nas épocas de abundância de ouro do Brasil com exploração de minas que caracterizam a opulência do reinado de Dom João V.

Em 1739 começa a grande invasão dos terrenos auríferos goianos (146) dando-lhe a oportunidade de acompanhar o intendente das minas de Goiás, comandando uma esquadra (147). O Conde de Sarzedas, capitão-general de São Paulo de 1732 a 1737, cumprindo o acordo de manter a Câmara de São Paulo composta de elementos das famílias Pires e Camargo, em seu último ano do governo encarregou Francisco Mianha de sufocar qualquer reação de vereadores afastados da função camarária por não pertencerem a estas famílias (148). Seguiu-se a sua missão de comandar um destacamento na fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em defesa contra possíveis ataques de embarcações espanholas já presentes à barra do Rio de Janeiro.

Por ordem superior, estudou suas províncias litorais acima, estando em São Sebastião encarregado de aprisionar embarcações ali aportadas ilegalmente, em 1740. É nesta mesma região, levou a paz aos locais do Caminho Novo que se estava abruído entre as vilas de Santa Cruz de Salvador de Itatuba e a de São Francisco das Chagas de Tambatã, que tinham inquietas as suas populações ameaçadas por malfeitores. Desde 10 de março de 1740, em Alferes de Infantaria (149) da

quaruncas da praça de Santos.

(3)

Capou o comando da fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande em 1748, sendo, dois anos depois, encarregado de conduzir de Santos ao Rio de Janeiro, os reais quintos, ouro que exigia o maior resguardo para seu transporte em vista do seu alto valor e de perigos riscos em viagens tão longa e, por todas estas circunstâncias, só entregue a autoridade e maior confiança.

Em sua fe' de ofício certificada em Santos a 16 de outubro de 1753, foi afirmado que era Francisco Franha Barreto armado de qualidades de "isencão, pontualidade e mesmo desprezo da propria vida" "característicos que o orientam no seu serviço" (150). Mais tarde, empresa de mesma natureza lhe foi confiada como consta do "mapa do ouro do real quinto relativo à cobrança de São Paulo, e do ~~mapa do ouro~~ conduzido pelo alferes de Infantaria da Praça de Santos, Francisco Franha Barreto, que foi nomeado pelo governador do Rio de Janeiro, à ordem do governador José Antônio Freire de Andrade (151).

O governador interino de Minas, José Antonio, era irmão e substituto do governador efetivo Gomes Freire de Andrade que deixou este governo, partindo a 19 de fevereiro de 1752, para o Sul do país, com a missão de discutir e demarcar fronteiras em execução de acordo consubstanciado no tratado de Madrid, assinado pelo falecido monarca, dom João V.

Em 1753, encontrou-o Francisco Franha, no momento comandando o destacamento da Infantaria da Cidade de São Paulo, cumprindo esta missão com zelo e boa disciplina pelo que sempre foi desejada a sua continuação, (152). Mas teve novo encargo de conduzir ouro, o que fez em 1755, "tendo desempenhado a missão de que era incumbido, com perfeita inteireza", "sendo digno de

de Infantaria Francisco Franha Barreto, ausente⁹¹⁰,
casado com dona Mônica Maria de Camargo,
de idade de 33 - anos. Possui 400\$000. Filhos Joseph
idade de 4 anos, Joaquim de 3, dona Maria de 7, Ana
de 5, Gertrudes de 6" (156).

Demorado tempo labutou Francisco Franha
Barreto por outras paragens do país, participando
das longas pelejas com os castelhanos pela posse da
colônia do Sacramento e da consolidação no ter-
ritório que se acrescia ao Brasil pelo tratado de
Madrid. Camandante das tropas e fronteiras
do Rio Grande, "sempre com atividade e distin-
ção", quer "no trabalho de uma fortaleza da (Santa
Ana de Itapera) Tapuia, quer no ataque de Rio
Grande e no comando do forte de São Jorge da
Barra", recolheu-se a Santos em dezembro de
1767, para retornar, "tendo sido destacado com
toda sua companhia para Paranaguá", desde
julho de 1780 (157). Em Paranaguá, em torno de
1771, por ausência de Afonso Botelho e Sampaio,
(158) ajudante de ordens do governo da capitania
de São Paulo, ocupou Francisco Franha Barreto o
governo e comando, agindo na "repartição das
terras mineiras do rio Assungui e nas expedições
ao sertão de Itabati". Em Iguaçu comandou uma
companhia, não se esquecendo, em sua vata, dos
seus soldados que lá ficaram.

Terminadas as penosas missões que sem-
pre cumpriu com perfeição, merecendo honrosas
referências de seus superiores, voltou Francisco
Franha Barreto para sua terra natal e seu
posto permanente em Santos. Nesta cidade,
ocupou a sua maior dignidade como atesta docu-
mento do capitão-general da Capitania, Martin

toda honra que lhe quizerem fazer."

Mais uma vez teve Maranhão esta incumbência que foi certificada pelo escrivo da Intendência da ~~Real~~ Casa da Fundação da Cidade de São Paulo, provando que em 27 de janeiro de 1756, foram entregues os quintos reais na Casa da Fundação de São Paulo, "ao alferes de Infantaria da praça de Santos, Francisco Maranhão Barreto, que se dirigiu ao Rio de Janeiro e ali os depositou na Casa dos Contos, à ordem do Governador e Capitão-general da capitania do Rio de Janeiro (Conde dos Arcos - do Marco de Noronha)"

O tesoureiro passou-lhe recibo, assim como o tesoureiro da Casa da Fundação de São Paulo, o coronel Francisco Pinto do Rêgo, que assinou com ~~o~~ o escrivo do Almotarifado Joaquim José da Silva Galvão, aos 25 de julho de 1757, ano em que continuava no posto de alferes da Infantaria de Santos, "desempenhando sempre suas obrigações com zelo e prontidão, encarregando-se de comandos de confiança, desejando e sendo pedida a sua conservação por todos", "merecendo todas as honras" (153).

Por ordem do Conde de Bobadela, foi mandado incorporar-se ao Exército e comandar a fortaleza de Jesus, Maria e José, do Rio Pardo (154) onde chegou a 14 de fevereiro de 1758, e onde se achava o Exército aquartelado, "com a obrigação de o Terentear", ocupação que exerceu por mais de um ano, sempre com prontidão e zelo tendo executado "com acerto e precisão" a apreensão da fazenda de ~~a~~ "Presseguera" pertencente aos Jesuítas (155). Sua ausência se confirmou pelo recenseamento de Santos de 1765 que consigna: "de idade de 50 anos, o capitão

Lopes Lobo de Saldanha:

"Porquanto é indispensavelmente necessário haver Comandante na Praça de Santos para a defesa da mesma. Hei por bem nomear em nome de Sua Magestade Fidelíssima para Comandante na Praça de Santos para a defesa da mesma. Hei por bem nomear em nome de Sua Magestade Fidelíssima para Comandante da mesma Praça ao Capitão de Infantaria Francisco Branca Barreto; e ordeno ao mesmo Capitão tomar conta da dita Praça e de tudo que a ela pertence por inventário, ou Relação que assinará com o Capitão Fernando Leite Guimarães Sen antecessor, que lhe ha de entregar. Cuyo documento me será remetido para a todo tempo constar; e antes sem ordeno ao dito Capitão execute todas as ordens que sobre o dito Sen antecessor lhe entregar dirigidas por este Governo. etc. São Paulo 12 de março de 1776. Com a rubrica de Sua Excellência" (159)

Em 5 de abril, já estava em exercício, conforme carta que lhe dirigiu o mesmo capitão general (160), Esta correspondência atesta os selos de Francisco Branca nas palavras do chefe: "conheço que Vmce. se não descuida do que está a seu cargo. (161). Escrevendo ao antecessor afirmava o mesmo capitão general: eu não sei esquecer-me dos merecimentos de ambos, devendo Vmce e ele ~~ambos~~ estar certos que eu em tudo que puder os hei de atender" (162) Levemente a Branca dizia: "ficando persuadido da prontidão com que obser-

rou o meu despacho" (163) e mais "o grande cuidado
que Vince. tem em que as Paradas (164) marchem com a
prontidão que o Sr. Marquês Vice Rei quer, me fazer
nesta parte, socego" (165)